UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LUCIANA ELISABETH WACLAWOVSKY

FECHAMENTO DE JORNAIS IMPRESSOS E RECONFIGURAÇÃO DO JORNALISMO: PRECARIZAÇÃO E RECONVERSÃO DO TRABALHO DE JORNALISTAS

JOÃO PESSOA/PB

FEVEREIRO 2026

LUCIANA ELISABETH WACLAWOVSKY

FECHAMENTO DE JORNAIS IMPRESSOS E RECONFIGURAÇÃO DO JORNALISMO: PRECARIZAÇÃO E RECONVERSÃO DE JORNALISTAS

Defesa de tese apresentada ao programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento
Orientador Prof. Dr. Maurício Rombaldi

JOÃO PESSOA/PB

FEVEREIRO 2026

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

W115f Waclawovsky, Luciana Elisabeth.
Fechamento de jornais impressos e reconfiguração do jornalismo : precarização e reconversão do trabalho de jornalistas / Luciana Elisabeth Waclawovsky. - João Pessoa, 2026.
138 f.

Orientação: Maurício Rombaldi.
Tese (Doutorado) - UFPB/PPGS.

1. Precarização do trabalho. 2. Trabalho - regulação estatal. 3. Jornalismo. 4. Jornalistas - trajetórias profissionais. I. Rombaldi, Maurício. II. Título.

UFPB/BC CDU 331(043)

Elaborado por RUSTON SAMMEVILLE ALEXANDRE MARQUES DA SILVA - CRB-15/0386

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA Nº 10/2026 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 23 de Fevereiro de 2026

ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA

AVALIAR A DISCENTE LUCIANA ELISABETH WACLAWOVSKY

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2026, às 13:30 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de defesa da Tese de Doutorado intitulada "Fechamento de jornais impressos e reconfiguração do jornalismo: precarização e reconversão de jornalistas", apresentada pela discente LUCIANA ELISABETH WACLAWOVSKY. A Comissão Examinadora foi composta pelos(as) docentes: MAURICIO ROMBALDI (Presidente), MIQUELI MICHETTI (PPGS/UFPB), AGDA PATRICIA PONTES DE AQUINO (UFPB), ANTONIO GIOVANNI BOAES GONCALVES (UFPB) e TIAGO MAGALDI GRANATO SILVA (UFRJ). O professor MAURICIO ROMBALDI, na qualidade de Presidente da Comissão, declarou abertos os trabalhos e convidou os demais membros da banca a compor a mesa. Em seguida, concedeu a palavra à discente para a apresentação de uma síntese de sua TESE, posteriormente arguida pelos integrantes da Comissão Examinadora. Após a defesa do trabalho pela discente, foi encerrada a etapa de arguição, e os examinadores emitiram parecer final, atribuindo ao trabalho o conceito de APROVADO. Concluída a sessão, ficou estabelecido que a Universidade Federal da Paraíba, após o cumprimento de todas as etapas e exigências do PPGS, em conformidade com a legislação vigente, expedirá o respectivo diploma de DOUTORA em Sociologia.

(Assinado digitalmente em 26/02/2026 18:33)
AGDA PATRICIA PONTES DE AQUINO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2794616

(Assinado digitalmente em 26/02/2026 16:51)
MAURICIO ROMBALDI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2276902

(Assinado digitalmente em 27/02/2026 10:16)
MIQUELI MICHETTI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2425306

gov.br
Documento assinado digitalmente
TIAGO MAGALDI GRANATO SILVA
Data: 27/02/2026 10:58:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANTONIO GIOVANNI BOAES GONCALVES
Data: 27/02/2026 20:02:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Processo Associado: 23074.002481/2026-92

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufpb.br/documentos/ informando seu número: **10**, ano: **2026**, documento (espécie): **ATA**, data de emissão: **23/02/2026** e o código de verificação: **3bc19388fd**

RESUMO

A extinção de jornais tornou-se uma realidade com a transição da vida analógica para a digital, ocorrida na virada do milênio. Em pouco mais de duas décadas, transformações sociais profundas sucederam mais de dois séculos de hegemonia do jornalismo impresso, impulsionando uma migração acelerada para o ambiente digital. Esse processo insere-se em um contexto mais amplo de crescente precarização do trabalho, compreendida como um movimento de readequação do sistema capitalista às exigências da acumulação. Tal dinâmica é intensificada por reformas na regulação estatal do trabalho, que reduzem direitos e favorecem formas laborais cada vez mais individualizadas e submetidas a mecanismos de controle. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as transformações nas relações de trabalho no jornalismo brasileiro, tensionadas pela incorporação de tecnologias da informação, com destaque para as plataformas digitais. Essas mudanças impactaram o fechamento de jornais impressos e a retração do mercado de trabalho para jornalistas. Busca-se, em especial, compreender tais processos a partir das experiências de profissionais da área. O estudo recorre à análise das disposições sociais constituídas ao longo das trajetórias de jornalistas, investigando a conformação de modos de pensar, agir e julgar diante das dificuldades econômicas enfrentadas por jornais impressos e da desregulamentação da profissão. Examina, assim, um mercado de trabalho cada vez mais restrito ou mesmo inexistente em algumas regiões, condições que, por vezes, não impedem a permanência desses profissionais no campo jornalístico. A pesquisa analisa trajetórias profissionais a partir de entrevistas em profundidade com jornalistas egressos da imprensa escrita da Paraíba, com o objetivo de compreender seus percursos após o fechamento dos diários comerciais. Examina, ainda, a profissão sob a perspectiva de jornalistas cujas trajetórias os conduziram a caminhos distantes de seus contextos de origem. A partir disso, examina-se a absorção desses trabalhadores na própria mídia ou se houve necessidade de reconversão profissional, avaliando as condições objetivas e subjetivas de adaptação. Questiona-se, ainda, os motivos da escolha pela profissão, marcada por baixa remuneração, jornadas exaustivas e escassez de oportunidades. Para tanto, foram entrevistados oito profissionais: cinco da Paraíba e três de outros estados.

Palavras-chave: Precarização. Estado. Jornalismo. Trabalho. Regulamentação. Trajetória

ABSTRACT

The extinction of newspapers became a reality with the transition from analog to digital life at the turn of the millennium. In just over two decades, profound social transformations succeeded more than two centuries of hegemony of print journalism, driving an accelerated migration to the digital environment. This process is part of a broader context of increasing job insecurity, understood as a movement of readjustment of the capitalist system to the demands of accumulation. This dynamic is intensified by reforms in state regulation of labor, which reduce rights and favor increasingly individualized forms of work subjected to control mechanisms. In this context, this research aims to analyze the transformations in labor relations in Brazilian journalism, strained by the incorporation of information technologies, particularly digital platforms. These changes have impacted the closure of print newspapers and the contraction of the job market for journalists. In particular, it seeks to understand these processes from the experiences of professionals in the field. The study uses an analysis of the social dispositions formed throughout the trajectories of journalists, investigating the shaping of ways of thinking, acting, and judging in the face of the economic difficulties faced by print newspapers and the deregulation of the profession. It thus examines a job market that is increasingly restricted or even non-existent in some regions, conditions that, at times, do not prevent these professionals from remaining in the journalistic field. This research analyzes professional trajectories based on in-depth interviews with journalists who left the print media in Paraíba, aiming to understand their paths after the closure of commercial newspapers. It also examines the profession from the perspective of journalists whose trajectories led them down paths distant from their original contexts. From this, it examines the absorption of these workers into the media itself or whether there was a need for professional retraining, evaluating the objective and subjective conditions of adaptation. It also questions the reasons for choosing this profession, marked by low pay, exhausting work hours, and a scarcity of opportunities. To this end, eight professionals were interviewed: five from Paraíba and three from other states.

Keywords: Precarization. State. Journalism. Work. Regulation. Trajectory.

RESUMEN

La extinción de los periódicos se hizo realidad con la transición de la vida analógica a la digital a principios del milenio. En poco más de dos décadas, profundas transformaciones sociales sucedieron a más de dos siglos de hegemonía del periodismo impreso, impulsando una migración acelerada al entorno digital. Este proceso se enmarca en un contexto más amplio de creciente precariedad laboral, entendida como un movimiento de reajuste del sistema capitalista a las exigencias de la acumulación. Esta dinámica se ve intensificada por las reformas en la regulación estatal del trabajo, que reducen derechos y favorecen formas de trabajo cada vez más individualizadas y sujetas a mecanismos de control. En este contexto, esta investigación busca analizar las transformaciones en las relaciones laborales en el periodismo brasileño, afectadas por la incorporación de las tecnologías de la información, en particular las plataformas digitales. Estos cambios han impactado el cierre de periódicos impresos y la contracción del mercado laboral periodístico. En particular, busca comprender estos procesos a partir de las experiencias de los profesionales del sector. El estudio utiliza un análisis de las disposiciones sociales formadas a lo largo de las trayectorias periodísticas, investigando la configuración de las formas de pensar, actuar y juzgar ante las dificultades económicas que enfrentan los periódicos impresos y la desregulación de la profesión. De este modo, examina un mercado laboral cada vez más restringido o incluso inexistente en algunas regiones, condiciones que, en ocasiones, no impiden que estos profesionales permanezcan en el campo periodístico. Esta investigación analiza las trayectorias profesionales a partir de entrevistas en profundidad con periodistas que dejaron la prensa escrita en Paraíba, con el objetivo de comprender sus trayectorias tras el cierre de los periódicos comerciales. También examina la profesión desde la perspectiva de periodistas cuyas trayectorias los llevaron por caminos alejados de sus contextos originales. A partir de esto, examina la integración de estos trabajadores en los propios medios o si existió la necesidad de una reconversión profesional, evaluando las condiciones objetivas y subjetivas de adaptación. También cuestiona las razones para elegir esta profesión, caracterizada por bajos salarios, jornadas laborales agotadoras y escasez de oportunidades. Para ello, se entrevistó a ocho profesionales: cinco de Paraíba y tres de otros estados.

Palabras clave: Precarización. Estado. Periodismo. Trabajo. Regulación. Trayectoria.

Aos meus pais Ana Lúcia e Marcos Antônio, que me apoiaram incondicionalmente para não desistir dos meus sonhos.

Às minhas crianças e adolescentes – Pedro Henrique, Theo, Ísis e Antônia: nunca desistam de sonhar por mais árida que seja a vida e seus contornos – porque os sonhos nunca envelhecem!

AGRADECIMENTOS

Fruto de intensa e profunda reflexão, a escrita de uma tese é resultado de um esforço coletivo. Neste sentido, penso que a pesquisa acadêmica não é um percurso solitário, comumente propagado entre acadêmicos e pesquisadores. Desta forma, o agradecimento desta etapa do doutoramento é uma deferência ao ensino público, gratuito e de qualidade. Dito de outra forma, foi uma honra ser parte do quadro de discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Por consequência deste acesso à titulação, agradeço imensamente ao professor orientador Maurício Rombaldi, por sua dedicação e paciência com uma jornalista *outsider* que escolheu a sociologia do trabalho para aprofundar conhecimentos e experiências de pesquisa. Sua acolhida foi fundamental para minha permanência em tão complexa jornada. A todas e todos os docentes deste PPGS que me receberam com afeto e conhecimento, em especial às geniais professoras Miqueli Miquetti e Marcela Zamboni, que ensinaram muito mais do que o dito em sala de aula; e aos professores Giovani Boaes, presente desde o início do doutorado, colaborando e contribuindo para o aperfeiçoamento desta pesquisa e Roberto Veras de Oliveira, por sua devoção em ensinar e trazer consciência crítica aos estudos da sociologia do trabalho. A meus colegas de grupo de orientação e aos que dividiram aulas e trabalhos, em especial à Gabriela Maroja e ao Gilberto Romeiro, sempre presentes ao longo de toda minha trajetória enquanto pesquisadora. Ao querido amigo David Santos Rodrigues pelo apoio do início ao fim desta etapa da vida. Aos incríveis e corajosos jornalistas que abriram corações e mentes à investigação de seus percursos profissionais, mas acima de tudo, às suas trajetórias pessoais: sem elas e eles, essa pesquisa não seria viva. À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ, pelo incentivo financeiro ao longo de todo o curso doutoral por meio de Bolsa Acadêmica. Às amigas Carolina Gabas Stuchi, Ester da Costa Souza, Érica Renata Chaves Araújo de Melo – Zênia presente!, Flávia Adriane de Azevedo, Gioconda Vieira Bretas, Priscilla de Oliveira Ferreira e Rosiane Cruz que, mesmo à distância, por uma série de fatores, nunca largaram minha mão nos piores e melhores momentos desta extenuante caminhada. Ao querido mestre e amigo Gilberto Carvalho que mostrou, por seu exemplo de vida e trajetória, que existe um lado a ser escolhido: o lado dos pobres – nada nos sobrará, porém nada nos faltará! Aos meus fiéis escudeiros Kau, Lilica, Che 1, Che 2, Lolita, Pietra (*in memorian*), pelo suporte emocional e amor incondicional. Por último, porque é mais importante, ao meu companheiro Sérgio Fernandes Freitas, que me faz lembrar todos os dias que o sinônimo de amor é amar, especialmente no que se refere ao combate ao capitalismo selvagem – o mais importante é saber quem está ao seu lado da trincheira e Sérgio está presente em todas as batalhas.

Há uma missão dos pesquisadores, dos cientistas em particular –, que é a de restituir a todos as contribuições da pesquisa. Somos, como diria Husserl, "funcionários da humanidade", pagos pelo Estado para descobrir coisas, seja sobre o mundo natural, seja sobre o mundo social, e, ao que me parece, faz parte das nossas obrigações restituir o que descobrimos.
Pierre Bourdieu (1997)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO I / A profissão e suas contradições: precarização enquanto tendência 31

1.1 Estado, regulação da atividade jornalística e identidade profissional ... 40

1.2 Impactos do capitalismo de plataforma e novas tecnologias na rotina de jornalistas e o debate sobre precarização do trabalho de jornalista 45

1.3 Jornalista ou colaborador/a? O discurso de empreendedor na categoria e a busca por trabalho em mídias digitais independentes 49

CAPÍTULO II / Transformações no meio jornalístico brasileiro e os arranjos alternativos: o que mudou nas relações profissionais e sociais com a migração do meio impresso para o digital? 57

2.1 Mercado de trabalho jornalístico: mídia eletrônica, jornalismo independente ou concurso público? 71

2.2 Proteção ao trabalho: instituições sindicais que atuam para manter o trabalho de jornalistas 79

CAPÍTULO III / Disposições profissionais: trajetórias sociais e a reconversão de capitais 84

3.1 Caminhos da pesquisa 91

3.2 Ser jornalista: trajetórias profissionais que mudaram vidas 94

3.3 A manutenção da profissão 102

3.4 Trajetórias precárias 105

3.5 Trajetórias alteradas a reconversão de capitais 108

CAPÍTULO IV / Novos caminhos a trilhar 110

CONSIDERAÇÕES FINAIS 117

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 120

ANEXO II 127

ANEXO III 132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego

CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas/SP

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPJ – Cadastro de Pessoa Jurídica

CPTC/ECA/USP – Centro de Pesquisas em Comunicação e Trabalho da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo

CF – Constituição Federal

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e estudo Socioeconômicos

EC – Emenda Constitucional

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho

FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

GAFAM – Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEI – Microempreendedor Individual

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MPT – Ministério Público do Trabalho

NE – Nordeste

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PCD – Pessoa Com Deficiência

PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

ONG – Organização Não Governamental

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

REMIR – Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista

RH – Recursos Humanos

SINDJOR – Sindicato dos Jornalistas

STF – Supremo Tribunal Federal

TV – Televisão

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Quantidade de desertos de notícias no NE 77

TABELA 2 – Nº de registros profissionais sem diploma distribuído por Estado 84

TABELA 3 – Características das/os jornalistas entrevistadas/os 91

INTRODUÇÃO

É o problema que encontram os sociólogos: tornar extraordinário o que é ordinário; evocar o ordinário de maneira que as pessoas vejam a que ponto é extraordinário.
Pierre Bourdieu (1997)

A extinção dos jornais impressos é uma realidade que assombra o mundo ocidental desde o início da transição da vida analógica para a digital, na virada do milênio[1]. Contamos, portanto, duas décadas de céleres transformações na sociedade e, consequentemente, de mudança nos hábitos sociais e culturais – das longas leituras de opinião em papel jornal, a 240 caracteres inicialmente no computador e, mais recentemente, na palma da mão, por exemplo – que evoluíram, praticamente, na velocidade da luz. Afinal, foram pouco mais de dois séculos de notícias e informações em formato papel, para aproximadamente 20 anos de internet, em se tratando apenas da migração de fatos jornalísticos impressos para o mundo digital. Diante de tal metamorfose, nesta tese pretende-se compreender a evolução desses processos do ponto de vista laboral, considerando-se a relação entre condições e experiências sociais de profissionais que ajudam a construir a realidade sociocultural da história do Brasil.

Para se chegar até a entrega final desta pesquisa, o percurso de leituras, estudos e investigação foi profundo. Mesmo assim, a impressão que se tem é que sempre irá faltar alguma bibliografia ou referência. Para além da bibliografia analisada, no ano de 2021, a pesquisadora participou de disciplina extracurricular oferecida pela Universidade Federal do Ceará (UFC), sob o título *Transformações no mundo do trabalho da(o)s jornalistas*, cuja contribuição para a escrita desta pesquisa foi de bastante relevância por reunir professores e professoras de universidades federais para dialogar com discentes de todo o país sobre esta que atualmente é uma das principais dúvidas da profissão: o que vem pela frente, quando se trata da profissão de jornalista no Brasil?

Portanto, para se obter respostas aos questionamentos propostos por esta pesquisa, foi realizada investigação da trajetória de profissionais dos jornais impressos do Estado da Paraíba. Porém, com o andamento do estudo e a necessidade de compreender um

[1] A partir de 1990 começou a soar o alerta para os jornais impressos nos EUA. Em dias de semana, a circulação média daquele ano era 62,3 milhões de exemplares e, cinco anos depois, estava quase 7% menor. Em 2000, a indústria do setor norte americano vendia menos 6,5 milhões por dia, um encolhimento de mais de 10% (CRISTOFOLETTI, 2019, pg 17).

pouco mais sobre o vasto campo jornalístico e suas disposições socioprofissionais, ampliar as entrevistas para trajetórias de profissionais em outros estados e que passaram por diferentes redações, seja jornal, rádio ou TV, tornou-se necessário.

Jornalista graduada há 25 anos, passei por muitas experiências profissionais em diversas modalidades de contratação como terceirizada com e sem carteira de trabalho, *freelancer*[2], Pessoa Jurídica (PJ), Micro Empreendedor Individual (MEI), assessora de imprensa com cargo político e/ou terceirizada, bolsista e consultora e, observei, nessas mais de duas décadas exercendo a profissão, que grande parte dos colegas que convivi desistiram do jornalismo em busca de outros meios de subsistência econômica e, por consequência, relações sociais. Alguns, após anos de jornalismo e sem esperança de se sustentar na profissão, se predispuseram – e, acima de tudo, apresentaram condições financeiras, sociais e culturais – de investir emocional e economicamente em outra graduação para mudar de carreira, o que aqui nesta pesquisa chamaremos de *reconversão de capitais*. Outros, iniciaram atividades enquanto autônomos nas redes sociais ou plataformas digitais, o que pode ser considerado uma forma de *uberização ou plataformização* do trabalho jornalístico. Tem, ainda, profissionais que se dispuseram a enfrentar anos de estudo e qualificação para mudar de rumo em busca de aposentadoria ou simplesmente aumentar os rendimentos, como é o caso desta pesquisadora, tarefa árdua de ser cumprida tendo em vista as dificuldades do mercado de trabalho atual. Portanto, a defesa da tese leva esta jornalista a engrossar a fila de desempregadas/os com a máxima titulação acadêmica, o que leva a questionar os rumos reais da profissão de 2026 para a frente.

Dito isto, esta jornalista e pesquisadora sempre esteve ligada ao Mundo do Trabalho, seja pela militância política em busca de melhores condições de vida e direitos sociais, ou enquanto repórter e assessora de imprensa na cobertura de pautas ligadas aos direitos essenciais e humanos voltados às atividades laborais. Tive a oportunidade, por exemplo, de acompanhar de perto enquanto repórter, todo o processo de tramitação do Projeto de Lei 6.787 de 2016, até a votação e aprovação do que se chama hoje de Lei 13.467 de 2017, mais conhecida como a nova legislação trabalhista, ou Reforma

[2] Freelancer, também conhecido popularmente no Brasil pelas expressões ou gírias freela ou frila, é o termo inglês para denominar o profissional autônomo que se autoemprega em diferentes empresas ou, ainda, guia seus trabalhos por projetos, captando e atendendo seus clientes de forma independente. Fonte: Wikipédia. Acesso em 28 out 22.

Trabalhista brasileira. Esta experiência profissional transformou minha vida pessoal e laboral, ao ponto de converter meu luto em luta em forma de pesquisa de mestrado e dissertação (Waclawovsky, 2020).

Ao me formar em Comunicação Social com bacharelado em jornalismo na Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUC/RS, me deparei com um limbo profissional, com poucas opções de escolha. Restavam, nos idos do ano 2000, assessoria de imprensa estatal (prefeitura ou governo estadual) ou jornais comerciais que, àquela época, já tinham a péssima fama de explorar jovens recém-saídos da universidade, ou *foca* na linguagem jornalística. Não havia terceiro setor forte na área de comunicação, tampouco redação de jornalismo de resistência ao mercado conservador e tradicional, identificado enquanto grande mídia hegemônica e dominadora do mercado.

Meu destino levava a acreditar que a assessoria de imprensa governamental seria a única opção, tendo em vista a trajetória de estágios em secretarias municipais de Porto Alegre-RS. Me deparo, então com a realidade: a troca das gestões municipais e estaduais (naquele tempo o Governo Federal era distante demais dos olhos e do coração) por voto direito, a cada dois anos. Em uma dessas dança das cadeiras política, no ano de 2003 me vi desempregada e desesperada. Jovem e ávida em alcançar independência financeira, jamais imaginei, no alto da minha imaturidade profissional, que teria de sair do Rio Grande do Sul para atingir o objetivo de vida: ser uma jornalista reconhecida. Criada entre as décadas de 1980 e 1990, minha juventude pode ser considerada a fase mais difícil de minha trajetória. Havia um sentimento coletivo de falta de perspectiva devido ao assombroso avanço das políticas neoliberais que deram novos rumos ao Brasil e ao mundo. As dificuldades eram tamanhas que até o lazer em família ficava restrito a viagens curtas para visitar parentes e familiares. As desigualdades sociais eram visíveis e acentuadas, porém os debates sobre a situação nacional pareciam estar distantes da jovem sonhadora que acompanhava as notícias pela Voz do Brasil e Jornal Nacional. Cardoso (2019), ilustra esta desigualdade partindo da investigação e da sociedade do trabalho no Brasil. Em seu estudo, o autor sugere que a base do trabalho brasileiro se dá a partir da concepção de trabalho escravo, o que "deixou marcas muito profundas no imaginário e nas práticas sociais posteriores, operando como uma espécie de lastro do qual as gerações sucessivas tiveram grande dificuldade de se livrar" (p.35). A percepção de que a transição de escravos para o "trabalho livre" remete à construção da ordem capitalista do Brasil.

> (...) a história social do trabalho vem revendo nosso passado, que já não é mais o mesmo. Aspecto saliente da revisão em curso é o

> reconhecimento da escravidão como momento daquela história. Por razões não inteiramente evidentes, mas que terão a ver com dinâmicas disciplinares mais do que com a ordem do mundo, os estudos sobre escravidão fazem parte da genealogia de um ramo da investigação social que se poderia denominar "relações raciais", enquanto a investigação sobre a constituição da sociedade do trabalho no país encontrou seu momento inaugural na imigração europeia (CARDOSO, 2019, p. 42).

Em se tratando do Brasil contemporâneo, a partir da noção de Estado enquanto estrutura de proteção de direitos e reguladora de políticas públicas, desde a declaração da Constituição de 1988, conhecida por Constituição Cidadã, a década de 1990 nos remete a um desmonte estatal com a supressão e/ou venda de instituições públicas nas esferas federal, estadual e municipal, para empresas estrangeiras, como é caso da privatização em massa colocada em prática por um sociólogo no comando da Presidência da República. Do ponto de vista laboral, esse período da história brasileira e da América Latina, é considerado o início de uma narrativa do empreendedorismo individual e a institucionalização da informalidade que, por sua vez, traz consequências irreversíveis na maneira em se relacionar com a cultura e a sociedade. Segundo Lima e Oliveira (2021, p. 905-932), as reformas neoliberais iniciadas a partir da década de 1990, são consideradas o embrião da precariedade e do discurso de empreendedor enquanto ressignificação do trabalho formal para o informal.

Para Lima e Oliveira, em uma época que a expansão da globalização tomou conta das agendas dos países, quando o neoliberalismo penetra nas entranhas do Estado e assume as políticas internacionais, houve uma explosão de *novidades*[3] voltadas ao Mundo do Trabalho. Tratada enquanto *indústria criativa*[4], termo alcunhado originalmente na Austrália e absorvido pelo Reino Unido enquanto política pública, essa metodologia, na qual os meios de comunicação estão inseridos, se espalhou por todo continente europeu e desceu para as Américas. De acordo com os autores,

> Num contexto de políticas neoliberais, a indústria criativa incorporou setores econômicos tradicionais da indústria cultural, como rádio, televisão, cinema, teatro, música, arquitetura e design; setores da tecnologia da informação e outros também foram redefinidos enquanto tais, incluindo esportes, atividades de criação no setor de confecções, alimentos etc. A referência ao termo "criativo" nessas atividades deriva de sua inserção na revolução tecnológica, de sua relação com novas tendências de

[3] Grifo da pesquisadora.
[4] Grifo da pesquisadora.

> consumo, assim como com a reestruturação produtiva, que, em algumas de suas variantes, resultou em certa valoração do caráter criativo do trabalho, dos contratos por projetos, da autonomia e do discurso do empreendedorismo entre os trabalhadores (Bendassolli, 2009). (LIMA e OLIVEIRA, 2021, p. 919)

Neste sentido, ao se tratar da prevalência da informalidade e precariedade, é preciso fazer uma reflexão anterior, que remete ao início da década de 1930, sobre os aspectos socioeconômicos da expansão do capitalismo que antecede a transformação abrupta ocorrida na década de 1990. Neste sentido, Francisco de Oliveira (2003) trata do momento histórico enquanto a destruição das regras do jogo. Para ele, do ponto de vista da legislação trabalhista, a criação da Consolidação das Leis Trabalhista – CLT, representou um "conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação" (Oliveira 2003). Ele chama de "exército de reservas" a população em geral que precisava se adequar à reprodução do capital e à inspiração do modo de acumulação que se desenhava, cada vez mais próximo do que hoje entendemos por sistema capitalista.

> (...) de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso de fatores; de outro, a legislação *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de "mercado livre", na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a (OLIVEIRA, 2003, p. 38-39).

Sem saber ou ter acesso aprofundado a informações de cunho político, social e econômico, dentro de casa ou em uma universidade privada que não fazia da sala de aula espaço de consciência crítica, me tornei jornalista. Filha de funcionários públicos[5], mãe professora de escola municipal, estadual e federal, e pai engenheiro e funcionário de

[5] Discorro esta trajetória no primeiro capítulo da minha dissertação em Waclawovsky, Luciana Elisabeth. Reforma Trabalhista: Análise sobre a tramitação da Lei 13.467/17 e suas implicações na consolidação de um Estado Democrático de Direito. João Pessoa – 2020.

carreira de uma estatal de telecomunicação gaúcha extinta pelo avanço neoliberal da segunda gestão Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), ainda existia em mim o sonho de ser uma jornalista de renome nacional com o objetivo de dar voz às pessoas que não tinham acesso e vez às vozes oprimidas por um período pós ditadura civil militar, cuja repressão deixou marcas profundas em uma sociedade silenciada pela ditadura que predominou por décadas no Brasil. No entanto, diante do escasso acesso à qualificação, tendo em vista a situação econômica familiar e as disposições sociais em que me forjei jornalista, sem herança e com práticas de sobrevivência voltada à militância política de rua, sem o domínio de língua estrangeira e sem a experiência opcional de redação em grandes jornais, me vi assustada diante de um mundo que ainda tentava descobrir como funcionava. Desta forma, o ano era 2004 quando decidi sair da apatia do desemprego estrutural em minha área de atuação e fui morar na Capital Federal em busca de trabalho que pudesse me proporcionar uma vida socioprofissional menos restrita. Foi assim que, ainda considerada foca[6], me espantei com a quantidade de colegas formados na mesma turma da PUC-RS, que decidiram trocar a vida toda em busca de estabilidade profissional. Não havia, portanto, ainda, a noção de precarização da atividade de jornalista. Tampouco se falava nesta condição inerente aos serviços de comunicação prestados especialmente em órgãos públicos federais. Havia, naquele momento, uma indagação e inquietação interna: por que tantos colegas estão migrando junto comigo? Desde então minha trajetória profissional se confunde com a pessoal e o que era para ser apenas uma profissão acabou me tornando cidadã consciente da luta de classes.

Em que pese minha atual situação de desempregada durante a escrita desta tese, hoje o jornalismo não está presente somente na subsistência econômica, mas em minhas predisposições sociais e laborais, sendo o doutoramento uma forma de qualificar meu trabalho, o mercado jornalístico me considera qualificada demais, enquanto para atuar na docência ou enquanto pesquisadora, meu Lattes tem pouca produção justamente porque preciso trabalhar para garantir meu sustento. Dito de outra forma, sigo na mesma situação que a maioria das e dos jornalistas que falaram com esta pesquisadora se encontram, excluindo quem passou em concurso público. Desta forma, apesar de décadas de experiência em jornalismo, seguimos – ou perseguimos – práticas condicionadas a todas as dinâmicas e variáveis que combinam o que se entende por precarização do trabalho de jornalistas.

[6] Denominação jornalística para carimbar jornalistas recém-formada e sem experiência.

Sobre esta disposição, Druck (2021, p. 65-103) aponta que na atualidade, as pesquisas acadêmicas sugerem a introdução de conceitos metodológicos que discorrem da união dos termos já conhecidos por *flexibilização e precarização*. Para esta tese, o foco se dá, conforme o título deste estudo, em relação à precarização. De acordo com a autora,

> O debate acerca da precarização do trabalho se refere, fundamentalmente, aos resultados e impactos da flexibilização, cujos conteúdos mais recorrentes nas análises são: fragmentação, segmentação dos trabalhadores; heterogeneidade; individualização; fragilização dos coletivos; informalização do trabalho; fragilização e crise dos sindicatos; e a mais importante delas, a ideia de *perda* – de direitos de todo tipo – e da degradação das condições de saúde e de trabalho. Noções que dão conteúdo à ideia de precarização, considerada como a implicação mais forte da flexibilização (DRUCK, 2021, p. 73 e 74).

Portanto, esta pesquisa remete à trajetória e práticas adquiridas desde o momento em que, aos 12 anos, já havia inconscientemente decidido ser jornalista. A tenra idade não me dava condições de analisar as disposições profissionais pré-existentes, mas o desejo era tamanho que toda leitura e escrita eram poucas para a adolescente que se forjava jornalista. Entrevistas em forma de longas conversas ou se interessar pela vida de pessoas desconhecidas se insinuava uma das principais brincadeiras de criança. Dito em outras palavras, não poderia haver outra profissão que pudesse se enquadrar em meu perfil que não a de jornalista. A influência da profissão foi tão forte que afetou todas minhas decisões pessoais. Não casar e não ter filhos ou filhas foi a principal. Como iria me dedicar 100% ao jornalismo se tivesse outras jornadas extenuantes a cumprir? Desta forma, a não concepção de família nuclear se deu a partir da compreensão que a profissão estava à frente de qualquer resolução: nada ou alguém me impediria de ser uma jornalista.

Considerando a experiência pessoal desta pesquisadora, trazida para esta tese após compreender que as práticas sociais e trajetórias profissionais entrevistadas se entrelaçam, mesmo diante de especificidades regionais, o sentido para esta pesquisa é entender em qual contexto se formam profissionais de imprensa: sua maneira de pensar, se expressar, sentir, agir e julgar diante de tantas dificuldades profissionais, econômicas, sociais e emocionais, e que não impedem que escolham e exerçam a profissão, mesmo sabendo que ela está desregulamentada e que o mercado se encontra cada vez mais restrito ou, a depender da região, até mesmo, inexistente. Com a intenção de focar na atividade jornalística realizada de um modo geral, esse estudo se propõe a investigar desde um caso particular, sob uma perspectiva regional, até situações em nível nacional. No entanto, em

especial, direcionamos nosso olhar para os jornalistas egressos dos jornais impressos da Paraíba tendo em vista compreender suas trajetórias passadas e o que fazem hoje, após o fechamento dos diários comerciais. No mesmo sentido, também se indaga se o mercado de trabalho conseguiu absorver estes profissionais na própria mídia ou se estas pessoas tiveram de buscar outras formas de sustento, considerando-se as condições objetivas e subjetivas para a sua (in)adaptação em um contexto transformado. Questiona-se, ainda, sobre quais razões estas pessoas escolherem o jornalismo enquanto profissão, sabendo que há anos profissionais de imprensa além de mal remunerado e trabalhar em jornadas exaustivas, convivem com a realidade de opções exíguas no mercado de trabalho. Desta forma, ao analisar as entrevistas realizadas para esta pesquisa, me deparei com dores que não são apenas individuais, minhas, mas de um coletivo de jornalistas que tinha no jornalismo sonhos similares e até mais ousados, como é o caso da jornalista que desistiu de ser correspondente internacional em razão, especialmente, da precarização do trabalho manifestada tanto pela contratação informal, sem vínculos, quanto no pagamento da hora trabalhada no exterior, remunerada em moeda Real e não em Dólar ou Euro.

Impressiona, portanto, que a maioria das entrevistas reflete o que idealizei ao encarar o vestibular (naquela época, não existia Enem – Exame Nacional do Ensino Médio). Não haveria, portanto, outra metodologia a ser inspirada que não a teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). A análise da escuta destas jornalistas (de oito entrevistas, três são do gênero masculino) foi realizada sob a perspectiva do entendimento das condições sociais às quais profissionais de imprensa estão envolvidos, incluindo, especialmente a "constituição de ações individuais e coletivas relacionadas aos ambientes produtivo e político", conforme estudo de Rombaldi e Tomizaki (2022, p. 721-739). Dito de outra forma, pessoas diferentes, de gerações diversas e culturas diversas reproduziram práticas e disposições semelhantes quanto a uma identidade profissional homogênea em suas subjetividades e objetividades. Levando isso em conta, por mais distinta que seja a criação destas e destes jornalistas, existe uma convergência que nos coloca em igualdade de predisposição com diferentes formas de encarar a precarização do trabalho voltado a jornalistas profissionais.

Assim sendo, para além da identificação profissional, observam-se disposições sociais comuns que conectam os casos analisados nesta pesquisa, especialmente no que se refere à qualificação escolar. Das oito entrevistas realizadas, apenas uma profissional cursou integralmente a educação básica e superior em instituições privadas, do ensino fundamental à pós-graduação. Nos demais casos, as trajetórias educacionais foram

marcadas por restrições financeiras familiares. Esse aspecto evidencia-se, por exemplo, no relato de Waléria, cuja condição econômica a levou a disputar uma bolsa parcial para estudar em uma escola privada, com o objetivo de ampliar as chances de ingresso na Universidade Federal em seu Estado. De origem social modesta, nenhum dos entrevistados teve acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras durante a juventude, sendo essa possibilidade restrita àqueles que, de forma mais persistente, passaram a custear cursos apenas na fase adulta.

Essas trajetórias convergem, sobretudo, na escolha do jornalismo como estratégia para alcançar visibilidade pública e dar voz às desigualdades sociais, conforme indicado pela maioria dos relatos. Assim sendo, o estudo das trajetórias tem o objetivo de aprofundar a conexão entre disposições sociais e as condições apresentadas pelo campo jornalístico e do mercado de trabalho. Sobre a importância do tripé metodológico, Quijoux (2021), destaca:

> De fato, Bourdieu desenvolve pistas interessantes para compreender tanto as condições objetivas quanto as subjetivas nas relações de trabalho: como as pessoas se reconhecem em seu trabalho? Por que e sob quais condições sociais elas são levadas a defendê-lo? O interesse da perspectiva bourdieusiana é retirar o foco central da atividade para revelar as estruturas sociais gerais às quais obedecem aos modos de conduta e de práticas profissionais (QUIJOUX, 2021, p. 222)

Isto posto, pode-se afirmar que esta pesquisa vem sendo pensada enquanto produto acadêmico de pós-graduação, desde o ano de 2018, quando iniciei minhas atividades acadêmicas no mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, também na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cuja dissertação tratou de analisar a tramitação da Reforma Trabalhista no Congresso Nacional e seus impactos nos direitos de trabalhadoras e trabalhadores. Quando da mudança de Brasília–DF para João Pessoa–PB, no ano de 2017, enquanto leitora diária e assídua de jornais impressos locais e nacionais e, tendo em vista o ofício diário de escrever ou assessorar, busquei conhecer quais periódicos poderiam me informar acerca da realidade regional. Foi quando me deparei com a inexistência de jornais impressos. Na verdade, havia *A União*, jornal estatal, e os últimos suspiros do Correio da Paraíba, além das rádios, portais de notícias e das TV's. Interessada em entender as linhas políticas e editoriais locais, me impressionei com a extinção dos jornais, mesmo sabendo que a transição tecnológica significa a mutação do papel para plataformas digitais. No entanto, à época, parecia que o choque

era resultado exclusivo de minha percepção, dado que as pessoas com quem conversava sobre a situação tratavam o fato de não existir mais jornal impresso com sutil naturalidade.

Historicamente, no Brasil, a imprensa surge com a vinda da família real portuguesa, no ano de 1808 (Motta, 2002). Há 200 anos, portanto, a chegada do jornalismo se confunde com a construção da sociedade brasileira e, sendo assim, podemos traçar um paralelo da relação da imprensa com a evolução do sistema capitalista nacional e suas contradições. Contrastar, portanto, a possível extinção de uma profissão que, ao longo de décadas, se adaptou às exigências mercadológicas ao passo em que gigantes conglomerados de comunicação foram sendo construídos, transformado a produção de notícias diárias em um nicho de poder e dinheiro.

O capitalismo é mutável e, ao longo das últimas décadas, observam-se transformações econômicas e sociais decorrentes, em uma velocidade que desafia a perspicácia de pesquisadores dedicados à ciência de estudar as relações laborais. Dessa forma, se faz necessário, cada vez mais, o aprofundamento de estudos sobre as mutações do mundo do trabalho e suas implicações em diferentes categorias profissionais. Fazer ciência, portanto, é perceber fenômenos que desafiam o cotidiano da sociedade como mudanças comportamentais, culturais e na maneira de se relacionar seja por meio do trabalho ou por simples mudanças de hábitos. Acontece que a essência do capitalismo é encantadora. Afinal, se não fosse assim, a rispidez do dia a dia com as instáveis relações de trabalho subseguidas de baixa ou pouca remuneração provavelmente seriam insuportáveis, a ponto de fazer multidões se rebelarem a favor de uma drástica transformação social, no sentido de garantirem seus direitos, cada vez mais minguados em razão do (des) controle do Estado e desregulamentações crescentes.

Desta forma, é praticamente impossível dissociar flexibilização das normas e precarização do trabalho sem tratar de desregulamentação por parte do Estado. Feita esta consideração, a sensação que se tem ao iniciar as investigações sobre o fim dos periódicos em papel jornal, é que o início do fim da profissão de jornalista tem data e endereço quando, no dia 17 de junho de 2009 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, pela inconstitucionalidade da exigência de diploma ou registro de jornalista para exercer a profissão. Conforme entendimento da Suprema Corte brasileira, o Decreto-Lei 972/1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, foi baixado no período da ditadura militar, portanto "não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e as exigências nele contidas ferem a liberdade de imprensa e contrariam o direito à livre

manifestação do pensamento inscrita no artigo 13 da Convenção Americana dos Direitos Humanos".

Destaco as falas[7] das autoridades máximas do judiciário brasileiro, à época da decisão, quando as ministras Carmen Lucia e Ellen Gracie e os ministros Carlos Ayres Brito, Gilmar Mendes (relator da matéria), Ricardo Lewandowski, Eros Graus, Cezar Peluso e Celso de Mello – o único voto contrário foi do ministro Marco Aurélio – avaliaram que qualquer pessoa poderia exercer a profissão, afinal o jornalismo não representa nenhum risco maior à sociedade. É interessante analisar os destaques dos votos, afinal, passados 16[8] anos da decisão, o mundo se transformou rápido demais, conforme abordaremos ao longo deste estudo.

> A ministra Cármen Lúcia disse que a CF de 1988 não recepcionou o DL 972. "Não há recepção nem material nem formal", sustentou ela. Além disso, a ministra considerou que o inciso V do artigo 4º do DL contraria o artigo 13 do Pacto de San Jose da Costa Rica.
>
> Segundo Ricardo Lewandowski, "o jornalismo prescinde de diploma". Só requer desses profissionais "uma sólida cultura, domínio do idioma, formação ética e fidelidade aos fatos". Segundo ele, tanto o DL 972 quanto a já extinta – também por decisão do STF – Lei de Imprensa representavam "resquícios do regime de exceção, entulho do autoritarismo", que tinham por objeto restringir informações dos profissionais que lhe faziam oposição.
>
> Ao também votar pelo fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista, o ministro Carlos Ayres Britto distinguiu entre "matérias nuclearmente de imprensa, como o direito à informação, criação, a liberdade de pensamento", inscritos na CF, e direitos reflexamente de imprensa, que podem ser objeto de lei. Segundo ele, a exigência do diploma se enquadra na segunda categoria. "A exigência de diploma não salvaguarda a sociedade para justificar restrições desproporcionais ao exercício da liberdade jornalística", afirmou. Ele ponderou, no entanto, que o jornalismo continuará a ser exercido por aqueles que têm pendor para a profissão, sem as atuais restrições. Ao votar contra elas, citou os nomes de Carlos Drummond de Andrade, Otto Lara Resende, Manuel Bandeira, Armando Nogueira e outros como destacados jornalistas que não possuíam diploma específico.

[7] Fragmentos das falas dos votos foram retiradas do site oficial do STF em https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717&ori=1 acessado em 30/01/2024

[8] Considerando o ano de finalização da escrita da pesquisa em 2025.

> O ministro Cezar Peluso observou que se para o exercício do jornalismo fossem necessárias qualificações como garantia contra danos e riscos à coletividade, uma aferição de conhecimentos suficientes de verdades científicas exigidas para a natureza do trabalho, ofício ou profissão, o diploma se justificaria. Entretanto, segundo ele, "não há, no jornalismo, nenhuma dessas verdades indispensáveis", pois o curso de Comunicação Social não é uma garantia contra o mau exercício da profissão. "Há riscos no jornalismo?", questionou. "Sim, mas nenhum é atribuível ao desconhecimento de verdade científica que devesse governar a profissão", respondeu, ele mesmo. Ele concluiu dizendo que, "há séculos, o jornalismo sempre pôde ser bem exercido, independentemente de diploma".
>
> O ministro Eros Grau e a ministra Ellen Gracie acompanharam integralmente o voto do relator, ministro Gilmar Mendes.
>
> Celso de Mello acompanhou o relator do recurso. Porém, o ministro fez uma análise histórica das constituições brasileiras desde o Império até os dias atuais, nas quais sempre foi ressaltada a questão do livre exercício da atividade profissional e acesso ao trabalho. Ele salientou que não questionaria o que chamou de "origem espúria" do decreto-lei que passou a exigir o diploma ou o registro profissional para exercer a profissão de jornalista, uma vez que a norma foi editada durante o período da ditadura militar. Para o ministro, a regra geral é a liberdade de ofício. Ele citou projetos de lei em tramitação no Congresso que tratam da regulamentação de diversas profissões, como modelo de passarela, design de interiores, detetives, babás e escritores. "Todas as profissões são dignas e nobres", porém há uma Constituição da República a ser observada, afirmou.

Aparentemente a composição daquela Corte parecia entender o jornalismo em sua forma mais romantizada, lírica e literária, desconsiderando o impacto social e laboral da desregulamentação da profissão e o consequente desencadeamento, conforme destaca a jornalista 7, cuja diplomação se deu em seguida à decisão do STF, "nossa turma se formou com a sensação de estar em um velório porque tínhamos noção do que isso significava para nós, recém-formados".

Dito isto, a sensação que temos, de quem vive em tempo real e atual a terceira década do século XXI, é que o espírito de um passado nem um pouco recente resiste. É uma espécie de repulsa às rupturas que rondam, principalmente, em se tratando da mente de líderes políticos e econômicos, nos espaços público e privado, que insistem em ditar não somente regras e leis, mas modas e costumes que remetem aos tempos inspirados e referenciados aos períodos colonialista e patriarcal. Neste sentido, Filgueiras (2021) explica que o discurso do "novo", operado por órgãos e membros que representam o

capital (não trabalharemos com a lógica liberal da 'mão invisível do mercado')[9], nada mais é do que uma narrativa para escamotear a permanência de uma prática aplicada desde os primórdios do capitalismo, que assombra e persegue a humanidade. Para o autor, estas profecias que envolvem mercado e o mundo do trabalho, "buscam legitimar políticas públicas e práticas que destroem direitos e condições dignas de trabalho e ampliam a desigualdade e o desemprego". Além de enfatizar que, quem manda no capital e no mercado, são principalmente homens que manejam e decidem o que deve ou não ser feito, criado e recriado no intuito de ofertar um verniz com jeito de novo e novidade, geralmente aceito sem grandes manifestações populares contrárias.

Neste sentido, entender trajetórias de jornalistas após a desregulamentação da profissão e emergência de tecnologias que a impactaram é um desafio para se entender esta nova-velha dinâmica laboral. Poderíamos escrever uma tese baseada em exemplos práticos sobre os "ineditismos" do capitalismo, e como essa ação se expressa na contemporaneidade. Mas iremos focar no tema *trabalho*. Na verdade, mais precisamente na sociologia do trabalho cuja relevância para os estudos das ciências sociais em compreender o desenvolvimento do mundo ocidental a partir da invenção da máquina e da industrialização, é fundamental para vislumbrar a estrutura da sociedade contemporânea. Em seu Dicionário de Ciência e Tecnologia (2011), Holzmann explica que pesquisas e estudos sobre o trabalho e trabalhadores são do século XVIII, quando eclodiram as duas grandes revoluções, especialmente a Industrial. No entanto, no Brasil, as investigações datam somente a partir dos anos de 1950; ou seja, são relativamente recentes. Dentre outras definições, a autora enfatiza a necessidade de pesquisas que buscam compreender as profundas transformações da sociedade contemporânea por meio das relações laborais que têm feito a Sociologia do Trabalho uma disciplina em franco desenvolvimento:

> Mudanças operadas nas relações de trabalho e de emprego têm levado à investigação de novas modalidades de contratação adotadas em substituição ao contrato típico predominante antes do início da reestruturação. Esses contratos flexíveis, têm ampliado a precariedade, a instabilidade e a insegurança relativas às condições laborais (HOLZMANN, 2011 pg 370)

[9] O economista e filósofo escocês Adam Smith (1723-1790) entendeu que a economia de um país não deveria sofrer interferência do Estado defendendo, desta forma, a livre concorrência de mercado. Ocorre que o Estado, representado por uma elite econômica, política e cultural tem sim mãos que pesam sobretudo nos modos de dominação e violência simbólica.

Desenvolver uma análise que trata de entender o Mundo do trabalho é ir e voltar em teorias e metodologias da sociologia, da história, da economia, da política entre outras ciências, para elucidar – ou pelo menos tentar, transformações socioeconômicas e culturais das atividades produtivas e suas evoluções tecnológicas de produção de bens e serviços. Mas não só isso. A reflexão da importância da sociologia do trabalho fez com que Festi (2023), buscasse compreender duas linhas sociológicas de estudo fundamentais para aprofundar estudos sobre trabalho: a escola francesa e a brasileira. Segundo o pesquisador, a análise das disputas políticas e acadêmicas ocorridas entre os anos 1950 e 1960, "foram decisivas para reconstruir o contexto em que a sociologia do trabalho se constituiu tanto no Brasil quanto na França" (Festi, 2023). O autor destaca que, para realizar tal imersão,

> (...) foi fundamental partir da prerrogativa de que a comunidade científica é um campo de luta entre diferentes forças e "agentes" que buscam conquistar o "monopólio da manipulação legítima dos bens científicos", ou seja, o controle sobra as regras que estabelecem o que é e o que não é considerado científico (FESTI, 2023 pg 21).

Para esta análise, portanto, ampliamos os entendimentos científicos sobre o Mundo do Trabalho, evidenciando as semelhanças entre a esocla de sociologia frabcesa e brasileira, ao relacioná-lo a outras esferas da vida social, compreendendo trabalhadoras e trabalhadores desde suas disposições socioprofissionais em ver, julgar e agir diante da realidade social, e da reprodução material e simbólica que tem a potencialidade para ampliar ou diminuir desigualdades. A utilização do conceito de *habitus* no trabalho, de acordo com Quijoux (2021), "permite compreender melhor os mecanismos de apropriação de um cargo, ou, mais amplamente, de socialização profissional"

> (...) ao lançar luz sobre as condutas no trabalho por meio do encontro – feliz ou não – entre trajetória social, propriedades e definições de um cargo, Bourdieu supera a armadilha de uma leitura sincrônica – frequente nas condições de trabalho – e mostra que a relação com o trabalho é o resultado de uma articulação complexa entre as socializações primárias e secundárias (QUIJOUX, 2021, p. 234).

Neste estudo, em especial, emerge compreender sobre de que forma as crises socioeconômicas se relacionam, seja como causa ou efeito, com o desmantelamento de proteções sociais a partir do estudo de trajetórias de profissionais de imprensa que perderam suas posições de trabalho em razão do fechamento dos jornais impressos

paraibanos, sem deixar de lado análise nacional e global, já que estamos tratando de uma realidade presente no mundo todo. Além disso, avalia-se como as transformações no mercado laboral e nas profissões desafiaram as tradicionais formas de regulação do trabalho, estabelecidas no período moderno.

No Brasil, a nova legislação trabalhista brasileira estabelecida por meio da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017**)** representou um aprofundamento da crise estrutural do emprego, a partir da implementação de políticas que "concorrem para penalizar o trabalho e favorecer o capital" (Oliveira, 2019). Exemplo desta dinâmica é o atual e amplo debate social a respeito da jornada de trabalho 6x1, que significa trabalhar seis dias consecutivos por semana com direito a folgar apenas um. Ao longo de décadas esta prática empresarial de contrato de trabalho foi imposta por empregadores, especialmente no âmbito de serviços e comércios. De repente, em meio a tantos debates de adoecimento laboral, assédio e crises de abalo na saúde mental de trabalhadoras e trabalhadores, esta pauta está sendo questionada pela sociedade e já adentrou gabinetes de representantes do executivo, legislativo e judiciário, em discursos, falas e reflexões sobre este sistema que, desde a regulamentação da nova legislação trabalhista, se mostrou rígido demais. Com intensos e calorosos discursos no Congresso Nacional, ao longo de 2025, oposição e situação ao Governo Federal defendem seus respectivos interesses. No entanto, a pauta já entrou na Casa Legislativa em forma de Proposta de Emenda à Constituição (PEC). A propositura, que resiste em avançar por partidos políticos identificados à direita e extrema direita, é transformar as atuais 44 horas semanais de trabalho em oito horas diárias e 36h semanais[10]. Estudo da Unicamp via CESIT esclarece que o Brasil é o país que mais reproduz altas jornadas de trabalho no mundo. De acordo com a publicação[11],

> A forte adesão à proposta de acabar a jornada 6x1 e reduzir a jornada é um grito de socorro contra a subordinação do tempo da vida somente ao trabalho, com escalas que desorganizam a vida, com baixos rendimentos e ausência de oportunidades de trabalho. O grito é tão forte que sensibiliza grande parte da sociedade, especialmente, a juventude que busca ter horizontes mais promissores para a sua vida. A vida não é só trabalho. Pelo contrário, o trabalho precisa proporcionar as condições para as pessoas viverem ela em todas as suas dimensões. Mesmo quem trabalha na jornada "padrão" 5x2 está cansado o suficiente para

[10] Disponível em https://www.camara.leg.br/noticias/1110526-proposta-de-reducao-da-jornada-de-trabalho-e-fim-da-escala-6x1-gera-debates-no-plenario-da-camara/ acessado em 02 de janeiro de 2025.
[11] Disponível em https://www.cesit.net.br/pesquisadores-do-cesit-defendem-fim-da-escala-6x1-em-artigo-na-folha-de-sao-paulo/ acessado em 02 de janeiro de 2025.

> saber que deve ser desumano trabalhar seis dias e folgar um, que nem sempre coincide com o domingo. O fim de semana de dois dias é curto e passa rápido – mal se descansou e o final de domingo se apresenta angustiante com o retorno ao trabalho na manhã seguinte. Na 6x1 não há fim de semana, há um respiro breve entre outros seis dias de trabalho. (CESIT, 2024, p. 3)

No que se refere especificamente ao jornalismo, as regras que vem sendo impostas desde a virada do milênio, sejam elas decorrentes do avanço tecnológico ou das mudanças de regulação de mercado, influenciam diretamente nas condições de trabalho da atividade jornalística e no perfil dos jovens jornalistas, bem como nos rumos de jornalistas experientes – como é o caso desta pesquisadora. A burla das empresas ao contratar jornalistas naturaliza o espírito do empreendedorismo a partir do momento em que para trabalhar, há que ser MEI. E, tendo o CNPJ consolidado, o profissional passa a ser sua própria empresa prestadora de serviços de comunicação a uma empresa de grande porte, seja pública ou privada.

A partir desta compreensão, esta tese está dividia em três capítulos. No capítulo I a proposta é trazer o debate à luz dos estudos e pesquisas sobre o trabalho no século XXI e situar a condição da profissão de jornalista em nível nacional e regional. A ideia é tratar os conceitos de espaço e mercado de trabalho jornalístico, passando pela regulação, até a precarização dos dias atuais, incluindo a força do Estado ao promover a desregulamentação da profissão. Deste modo, a partir da análise individual das trajetórias dos profissionais aqui apresentados, propõe-se examinar se a desregulamentação da profissão impactou na desistência de exercer o jornalismo ou migração para outra profissão ou forma de sustento. A ideia, portanto, é entender se há relação entre a precarização do trabalho e a influência do Estado enquanto agente regulador, partindo do princípio que é do corpo estatal regular as regras que regem o mercado, ou seja, o capital de uma nação. Para tanto, nesta primeira etapa dialogamos com autores que tratam da árdua tarefa de estudar os recentes fenômenos que englobam o capitalismo de plataforma, novas tecnologias e a consequente precarização do trabalho. Trazemos, ainda, a pesquisa empírica para dentro do âmbito teórico sobre as relações profissionais e o novo espírito do capitalismo enquanto essência para se compreender quais rumos os ventos das novas tecnologias de plataforma podem chegar a curto prazo. Em resumo, a essência é realizar debate teórico atual sobre capitalismo, trabalho, ação do Estado e o mercado jornalístico.

O capítulo II aborda as transformações do mercado nacional de imprensa, do fechamento e extinção dos impressos à atuação em mídias digitais independentes, ou à desistência da profissão como veremos na análise das trajetórias no próximo capítulo,

bem como o impacto deste fenômeno moderno para a vida pessoal e profissional de jornalistas. Trataremos da carência ou inexistência total de ambiente de trabalho para exercer a profissão no Estado da Paraíba, onde funcionam, atualmente, um jornal impresso subsidiado pelo Governo Estadual. Neste sentido, faremos um debate sobre o mercado de trabalho jornalístico regional, além de versar a respeito da sobrevida do sindicato dos jornalistas paraibano após o fechamento dos impressos e sobrevivência a partir das mídias eletrônicas e digitais existentes. Esta tarefa careceu de muitas informações pois não existe uma memória escrita ou documental do processo de extinção dos jornais, quantos jornalistas foram demitidos e quantos foram realocados em mídias digitais ou outra atividade laboral. Parte deste trabalho foi remontado por meio de memória oral a partir de entrevistas possíveis, realizadas com os sindicalistas e profissionais que trabalharam nas redações dos extintos jornais. Tendo em vista a destruição do Sindicato dos Jornalistas da Paraíba por ação de vandalismo, o trabalho ficou ainda mais precarizado porque muitos documentos foram extraviados.

No terceiro capítulo tratamos dos dados empíricos coletados para a pesquisa, com a análise das entrevistas realizadas. Neste ponto a trajetória de jornalistas é relacionada às alterações das condições estabelecidas no mercado de trabalho, o que compreende um entendimento sobre as experiências de jornalistas nas redações dos extintos jornais impressos O Norte, Diário de Borborema e Correio da Paraíba. Neste sentido, a pesquisa baseada na metodologia qualitativa poderá imbricar o estudo com método quantitativo ao contrapor dados extraídos de pesquisas realizadas em nível nacional sobre o perfil do profissional de imprensa no Brasil, realizado por entidades de classe e centros acadêmicos de pesquisa. A escolha dos profissionais se deu a partir da indicação de profissionais por meio do Sindicato dos Jornalistas da Paraíba – Sindjor/PB e indicação de jornalistas que trabalharam nas redações dos extintos jornais. Para tratar da realidade em âmbito nacional, foram ouvidas três profissionais que trabalharam nos mais diversos veículos de circulação em todo país a partir de indicações em conversas com representantes sindicais em Brasília/DF.

A proposta aqui é compreender a escolha pela profissão, tempo de trabalho dentro da redação[12], impactos da demissão e do fechamento dos jornais, além da relação com as

[12] A redação de um jornal é o local coletivo de trabalho de jornalistas, mesmo sendo uma assessoria de comunicação. Portanto, tratarei do ambiente de trabalho de jornalistas enquanto redação, mesmo sendo assessoria de imprensa/comunicação. O termo redação só não abrange o trabalho de home office por este se tratar de uma atividade solitária.

novas tecnologias, até chegar aos dias de hoje e atual vinculação profissional. Será que nossos entrevistados e entrevistadas ainda atuam enquanto jornalistas ou mudaram de profissão? Indagamos, portanto: para onde foram e onde estão os jornalistas que escreviam a notícia na Paraíba até o início de 2020, data do fechamento do último impresso comercial paraibano, bem como examinamos, em nível nacional, os atuais questionamentos do mundo do trabalho focado no jornalismo profissional. Para tanto, dividimos este capítulo em três partes que possibilitam pensar as condições sociais que levam à escolha da profissão, à manutenção do percurso profissional no jornalismo ou ao desvio de rotas. Desta forma, as entrevistas, analisadas são entrelaçadas, o que nos permite compreender casos paradigmáticos, ilustrativos dos passos dados pelos protagonistas da pesquisa, de modo que se permita compreender o fenômeno do jornalismo de forma mais ampla[13].

Para se atingir a proposta de investigação que visa apreender a constituição das disposições que os levaram a optar pela carreira no jornalismo e, depois ao caminho inverso em buscar outra profissão, as entrevistas foram divididas em cinco blocos, sendo eles: trajetória profissional, escolaridade, práticas culturais e de lazer, família e visão política. Chama a atenção, dentro do processo de coleta de dados por meio das entrevistas, a distinção entre os mais jovens e os mais velhos ouvidos nesta etapa da pesquisa. Graduados na segunda década dos anos 2000, os mais novos deixam claro que a escolha pelo jornalismo teve mais a ver com ter uma profissão, o que difere dos mais antigos, formados antes da virada do milênio, cuja paixão e devoção pela prática de informar e noticiar aparece de forma mais intensa. Desta forma, a partir da divisão das perguntas em blocos, foi possível compreender o quanto as experiências sociais e as disposições familiares interferiram na busca por outras profissões e diferentes socializações.

Conforme dito anteriormente, para esta pesquisa foram selecionados jornalistas a partir de busca ativa por profissionais que tenham passado pelas redações dos impressos fechados com apoio do Sindicato de Jornalista da Paraíba – Sindjor/PB e, também, por indicação das próprias pessoas entrevistadas, além das três entrevistadas que abrangem trajetória nacional dentro da profissão Feita esta primeira seleção, o próximo passou foi a disponibilidade em contar sua trajetória pessoal e profissional.

[13] Antecipo aqui todo meu agradecimento a essas fantásticas e fantásticos profissionais, meus colegas de jornalismo, que seguem sua jornada profissional, pessoal e social com muita dedicação e se colocaram à disposição desta pesquisa para repassar suas experiencias e, quem sabe, penso eu, ajudar no processo de ressignificação desta tão nobre e apaixonante carreira, infelizmente cada vez mais precarizada.

Os roteiros de entrevistas aplicados junto aos profissionais (anexo II) foram elaborados de forma coletiva com orientandos do projeto de pesquisa desenvolvido pelo professor Dr. Maurício Rombaldi, intitulado "Desigualdade e relações de trabalho no Brasil: trajetórias sociais e precariedade na região Nordeste do país"[14], em que o grupo de pesquisadores que o compõe apresentou suas questões de pesquisa para que fossem propostas perguntas que servissem à problematização em compreender a constituição das disposições sociais para o trabalho e seus efeitos da (in)adaptabilidade de trabalhadores e trabalhadoras diante de contextos de transformações econômicas, que orientou o projeto e, de diferentes formas, as pesquisas individuais.

Para tanto, a bibliografia utilizada para este trabalho pretende trazer ampla abordagem atualizada sobre o debate da precarização do trabalho, novas tecnologias e capitalismo de plataforma sob a perspectiva da sociologia do trabalho; além dos debates sobre a comunicação com foco específico no jornalismo impresso e digital, entrelaçando estas temáticas com revisão bibliográfica que trata do novo espírito do capitalismo e impactos do neoliberalismo no século XXI. Tratar da profissão de jornalistas traz desafios não somente na forma de descrever as multitarefas realizadas diariamente, mas em conceituar esta realidade para entender se o novo formato de trabalho induzido, especialmente, pela plataformização das mídias, mascara a precarização laboral, conforme examinaremos ao longo desta tese.

[14] Este projeto visa a compreender os mecanismos materiais e simbólicos de reprodução de desigualdades sociais por meio das relações de trabalho no Brasil, a partir da análise de trajetórias sociais que experimentam precariedade em diferentes áreas e segmentos econômicos da região Nordeste do país. Na análise, serão considerados trabalhadores(as) que vivenciam a precariedade das relações de trabalho, em especial por meio da informalidade. Para tanto, será realizada a coleta de dados disponibilizados pela PNAD Contínua, IBGE, RAIS e CAGED; serão aplicados questionários junto a grupos de trabalhadores(as) e serão realizadas entrevistas em profundidade.

CAPÍTULO I / A profissão e suas contradições: precarização enquanto tendência

Quando se trata de aprofundar o debate sobre o capitalismo e a reestruturação que ocorreu em torno dos mercados financeiros e da fusão de empresas multinacionais – tal o caso dos conglomerados de comunicação no Brasil e países da América Latina, por exemplo – Boltanski e Chiapello (2009), apontam que esta transformação veio acompanhada da flexibilização do trabalho, expressa, entre outras coisas, na contratação temporária e introdução de horários flexíveis. Para os autores, isso tem significado no progressivo corte de "dispositivos de proteção instaurados durante um século de luta social." Ao mesmo tempo, eles destacam que a evolução tecnológica deu origem a uma maneira renovada de se obter lucros, ao passo que, "paralelamente, as novas tecnologias de comunicação, encabeçadas pela telemática, possibilitaram gerar encomendas em tempo real em nível planetário, conferindo meios para uma reatividade mundial até então desconhecida" (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 22).

Deste modo, a partir da investigação individual das trajetórias dos jornalistas analisadas, este estudo se propõe a examinar como a desregulamentação da profissão e a emergência de novas tecnologias impactaram os percursos ocupacionais, seja na forma da escolha por se manter na carreira de jornalista ocorreu, ou na opção pela migração para outra profissão ou forma de sustento ou, ainda, na qualificação para seguir a carreira. A ideia, portanto, é entender a relação entre a precarização do trabalho, a influência do Estado enquanto agente regulador e as transformações tecnológicas, partindo do princípio que é do corpo estatal regular as regras que regem o mercado. Para tanto, busca-se compreender as trajetórias dos profissionais de imprensa na relação entre transformações de ordem objetiva, relacionando-as com a constituição de subjetividades que se refletem na escolha da profissão e pela busca ao acesso ao ensino superior. Druck (2022) traz importante reflexão sobre flexibilidade x flexibilização e precariedade x precarização, dando luz à conceitos que, ao longo das décadas, se metamorfoseou para se adaptar às regras do capitalismo contemporâneo e, cada vez mais, se transforma em outras investigações sociais, tendo em vista a velocidade com a qual o capital busca novas nomenclaturas que se encaixam em uma roupa apertada da classe trabalhadora, conforme sugere Filgueiras:

> Há uma relação evidente e estreita entre as narrativas das "novidades" e o neoliberalismo, pois elas promovem ataques aos

> direitos sociais e fazem apologia a soluções individuais para os desafios do mundo do trabalho sob o mantra do livre mercado, buscando a mercantilização da força de trabalho (Filgueiras, 2022 p. 19).

Desta forma, o debate acerca das teorias é importante para entender as tendências ao trabalho precarizado, conforme consta no cerne deste estudo. Segundo Druck (2022, p. 68), o termo flexibilização é usualmente mais reconhecido em debates, tendo em vista que "as transformações no trabalho e no emprego são marcadas invariavelmente por *instabilidade, incerteza, insegurança, imprevisibilidade, adaptabilidade e riscos"*. Situações que, via de regra, estão colocadas nas disposições do mercado de trabalho de profissionais de imprensa. De acordo com a autora,

> No âmbito do processo de trabalho, a flexibilização se aplica: nos conteúdos do trabalho, nas jornadas móveis de trabalho (a exemplo do banco de horas e outros), na remuneração através dos salários flexíveis (parte fixa e parte variável que chega a representar 60% do total e depende das metas/objetivos cumpridos, dos prêmios de produtividade, assiduidade, criatividade, etc) 1; no posto de trabalho, através da multifuncionalidade ou polivalência; nos conteúdos do trabalho, redefinidos pelas práticas gerenciais e pelas novas tecnologias, que inauguram procedimentos e comportamentos em intervalos de tempo cada vez mais curtos; nas formas de gestão e organização inspiradas no toyotismo (onde a lógica do *just-in-time* contamina todo o processo de trabalho: hora certa, tempo certo, quantidade certa e, portanto, erro zero, implicando num controle rigoroso sobre o trabalho, é a "administração por stress"). São dimensões também classificadas como *funcionais* ou *qualitativas*, cujos efeitos constatados apontam para um processo de intensificação do trabalho para os que permanecem empregados em condições de maiores riscos de acidentes e adoecimento (DRUCK, 2022 p. 71)

Já a flexibilidade, segundo a pesquisadora, é defendida por outros estudiosos do tema, que apesar de serem semelhantes, não são sinônimos e provém de outra vertente investigativa que podem ou não se encaixar na terminologia flexibilidade a depender do funcionamento interno e externo de cada empresa que contrata seus trabalhadores (Druck, 2022). Para esta pesquisa, investigaremos a profissão de jornalista a partir da flexibilização do trabalho. No que se refere ao debate precariedade versus precarização, leva-se em conta, também os debates teóricos que envolvem a discussão sobre seus respectivos usos, tendo em vista que, precarização e precariedade podem ser consideradas sinônimos, diferentemente da flexibilidade versus flexibilização.

> O debate acerca da precarização do trabalho se refere, fundamentalmente, aos resultados e impactos da flexibilização, cujos conteúdos mais recorrentes nas análises são: fragmentação, segmentação dos trabalhadores; heterogeneidade; individualização; fragilização dos coletivos; informalização do trabalho; fragilização e crise dos sindicatos; e a mais importante delas, a ideia de *perda* – de direitos de todo tipo – e da degradação das condições de saúde e de trabalho. Noções que dão conteúdo à ideia de precarização, considerada como a implicação mais forte da flexibilização (DRUCK, 2022 p. 73-74).

Dito isto, para além dos fenômenos sociológicos que transcorrem acerca da *plataformização*, *uberização* e *flexibilização* da legislação trabalhista nacional, os profissionais de imprensa sofreram derrota profunda na garantia de direitos a partir da desregulamentação da categoria no ano de 2009 pelo STF. Portanto, para a presente pesquisa, que trata da precarização do trabalho de jornalistas, o termo *uberização* pode ser apropriado por representar a formalização e a naturalização da informalidade e da precarização. A *uberização* é um fenômeno social e global e está diretamente associado às novas relações laborais e, de acordo com Ludmila Abílio (2020), "se refere à materialização de décadas de transformações políticas do mundo do trabalho". A pesquisadora considera que a *uberização* "abarca diversas ocupações, atravessando o mercado de trabalho de alto a baixo, seja no presente, seja desenhando-se como um futuro próximo e possível", a partir de "novas formas de controle, gerenciamento e organização do trabalho" (ABÍLIO, 2020 p. 111-112). Pode-se dizer, neste sentido, que a precarização que se deu a partir das novas relações de contrato e de trabalho, antecede à chegada da plataforma de transporte *Uber*, que entrou no Brasil em 2014, quando a tendência ao trabalho precarizado ficou ainda mais evidente, conforme esclarece a pesquisadora,

> A uberização segue na esteira de décadas de forjamento da possibilidade técnico política de dispersão do trabalho e centralização do controle, que resultou, entre outros elementos, de reconfigurações no papel do Estado na relação entre capital e trabalho, da liberalização de fluxos financeiros e de investimento, da concentração de renda e de processos de oligopolização, que correm associados a inovações tecnológicas e reestruturações produtivas (*Ibidem* p. 580).

Para o caso do Brasil, há que se levar em consideração as recentes reformas de Estado como a Trabalhista e a Terceirização, ambas de 2017, que promoveram ampla flexibilização na legislação brasileira. De acordo com estudo realizado pela Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR, 2019), estas

transformações acentuaram ainda mais a informalidade e elevaram o desemprego, contrariando as expectativas do mercado. Neste sentido, conforme observa Filgueiras e Queiroz (2023), a terceirização é considerada "o carro-chefe da precarização do trabalho no Brasil a partir dos anos 1990", cujos longos debates entre sociedade, governos e parlamento, operaram como "cortina de fumaça para a generalização dessa forma de contratar". Segundo os autores,

> A trajetória da terceirização no Brasil deixa muito clara essa estratégia, porque enquanto acalorados debates buscavam diferenciar a terceirização da atividade-meio e a terceirização de atividade-fim, traçando limites cada vez mais volúveis em relação às suas formas, a estratégia do capital operou sorrateiramente até alcançar o Supremo Tribunal Federal – STF (julgamento da ADPF n. 342) e também da legislação (Lei n. 13.467/2017). Suplantaram-se sem constrangimento os termos do debate colocado pelo próprio setor patronal (Filgueiras; Dutra, 2023, p. 193).

Já em nível global, estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata especificamente sobre o trabalho de plataformas digitais, aponta que esta dinâmica é tendência mundial, "que criou disrupções não só nos modelos de negócios existentes, como no modelo de emprego no qual esses modelos de negócio se assentavam" (OIT, 2020). No entanto, a mesma instituição identifica que, nas formas de contratação e vínculos empregatícios, o trabalho nas plataformas digitais também "assemelha-se a modalidades de trabalho há muito existentes, com a diferença de ter uma ferramenta digital como intermediária" (OIT, 2020). Desta forma, jogando luz para a situação brasileira, conforme definições de Ludmila Abílio (2020), as atividades laborais dispostas nos meios digitais podem ser definidas a partir do conceito de informalização,

> Mostra-se complexa e poderosa na redefinição das relações de trabalho, podendo ser compreendida como mais um passo no processo de flexibilização do trabalho, ao mesmo tempo que concorre com as terceirizações na forma como as conhecemos nas últimas décadas (ABÍLIO, 2020 p. 112).

Entendemos, portanto, que a nomenclatura *uberização* pode ser aplicada para o meio jornalístico pois, de acordo com Ricardo Antunes (2021), em linhas gerais, essa nova modalidade de mercado laboral possui traços na "individualização, invisibilização e prática de jornadas extenuantes". Para o pesquisador, um dos efeitos mais perversos deste fenômeno se encontra na transfiguração do trabalhador assalariado que converte trabalhadores em prestadores de serviço:

> Na concretude brasileira, temos como exemplos os empreendedores, pejotizados, MEI's (Microempreendedor Individuais) todos obliterados pelo ideário mistificador do "trabalho sem patrão" (ANTUNES, 2021, p. 34).

A desregulamentação da legislação trabalhista no Brasil ganha velocidade a partir da década de 1990. Grosso modo, fez-se necessário destacar que as transformações econômicas experimentadas durantes os governos neoliberais – observadas, em especial, na abertura do mercado nacional para as empresas internacionais e, consequentemente entrada de capital estrangeiro– implicou em medidas que se atrelavam à ideia de uma suposta modernização das leis do trabalho. A porta de entrada desta política liberal da década de 1990, estava sendo comandada sob regência do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso que administrou o país por dois mandatos (1995 a 2003). A partir de então, a terceirização, a flexibilização das regras trabalhistas e a informalização do trabalho, se tornam agenda permanente da política empresarial nacional.

Cardoso Jr (2001) defende que, a contar do ano de 1994, "tem início uma estratégia de desregulamentação do mercado de trabalho nacional, que prima por alteração gradual e pontual de itens importantes da legislação trabalhista e social consagrada na CLT e na Constituição de 1988". De lá para a segunda década dos anos 2000, a chamada modernização das leis trabalhistas segue ditando a regra entre legisladores e empresários. Assim, o fenômeno do capitalismo de plataforma entra em cena e promove, de maneira acelerada, transformações nas dinâmicas das relações de trabalho. Para Antunes (2021) existe uma similaridade 'tenebrosa' entre as distintas fases do capitalismo:

> (...) no auge da era digital, presenciamos a ampliação ilimitada, sob comando do capital financeiro, de formas pretéritas de extração e sucção do excedente de trabalho que recordam a exploração e espoliação daquela fase primeva do capitalismo (ANTUNES, 2021 p. 35).

Sob o ponto de vista da regulação do trabalho, por exemplo, Castel (1998) salienta que, atualmente, estaríamos vivenciando uma transição nos padrões de regulação, em que se observaria uma tendência cada vez maior ao fim da inclusão social por meio do emprego. Ao investigar as questões contemporâneas do trabalho, o autor refletiu que "de agora em diante, para muitos, o futuro é marcado pelo selo do aleatório", ao tratar das questões sociais que envolvem as origens do assalariamento e as novas relações de trabalho no novo século.

Trazendo a reflexão para a realidade brasileira atual, em se tratando especificamente do jornalismo, a pejotização ou o MEI são utilizados por empresas ou agências de comunicação que terceirizam os serviços da atividade jornalística para órgãos públicos federais ou regionais, ou até mesmo para empresas privadas. Em algumas situações, a contratação é terceirizada com as mesmas práticas da carteira assinada, ou seja, além das oito horas diárias obrigatórias, conta com benefícios como férias remuneradas, vale refeição e plano de saúde enquanto parte do pacote das relações laborais, no entanto, os e as profissionais recebem tratamento de empreendedores ou colabores. Do ponto de vista legal, esta prática está regulamentada em conformidade com a atual legislação brasileira por meio da lei 13.429/17, que dispõe sobre a as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Dito de outra forma, as entrevistas realizadas para esta tese revelaram situações esdrúxulas do ponto de vista contratual, que acontecem há décadas, que, no entanto, estão supostamente garantidas pela legislação trabalhista. Na verdade, empresas e empresários destinam energia para garantir arcabouço jurídico para se resguardar de possíveis irregularidades. No jornalismo, por exemplo, o estágio é uma dessas formas de burlar a lei, conforme relatos de Graziela, que contou a esta pesquisadora das obrigações que tinha em colocar o jornal universitário no ar recebendo remuneração enquanto aprendiz, mas com obrigações de profissional. Outras formas mais perversas de entrar no mundo do jornalismo é a de prestar serviços de forma gratuita para ter a chance de ser visto enquanto profissional, como foi o caso de Fernando e Cláudio que ofereciam seus textos sem exigência de remuneração.

Outra situação bastante recorrente, já vivenciada por esta doutoranda, é a contratação via CLT no enquadramento de serviços gerais para exercer a função diária de repórter ou assessoria de imprensa. A jornalista Fátima relata que este caso aconteceu no início de sua carreira.Atualmente, conforme explicitado por ela, serve a “dois patrões”, sendo um o ministério ao qual presta serviço terceirizado de jornalista, e outro a empresa na qual é contratada para exercer a profissão nas dependências do órgão público. Nesta situação, conforme relatado, Fátima contou que a terceirização de jornalistas para trabalhar em órgão públicos é normalizada na Esplanada dos Ministérios. Dificilmente empresas de pequeno porte conseguem adentrar esse nicho de terceirização do atendimento de comunicação institucional, levando em consideração as exigências dos editais de prestação de serviço. Para se chegar a abocanhar essa fatia de mercado, é necessário comprovar experiencia e condições de assumir grandes campanhas

publicitárias, como é o caso da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) e o Ministério da Saúde, que destinam verbas volumosas para divulgar as agendas do Executivo brasileiro.

Conforme Druck e Vieira (2023), as transformações ocorreram de forma gradual, lenta e progressiva por meio das reformas do Estado, segundo o que as autoras chamam de "setor público não estatal", ao referir-se às emendas constitucionais que trataram de redefinir o tamanho do Estado enquanto regulador e a transformação de uma administração pública e burocrática em administração pública gerencial (*Ibidem*, 2023, p 309). Para elas, a reforma mais radical ocorreu no ano de 1995 a partir da reforma Administrativa, sob a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Passados mais de 25 anos destas mudanças estruturais, as autoras avaliam que o principal resultado foi a precarização do trabalho dos servidores públicos e, como consequência, os serviços prestados à sociedade.

> Mesmo que, nesse período, diferentes conjunturas e governos com espectros políticos diversos tenham se sucedido, não houve nenhuma "contrarreforma" que desfizesse as alterações constitucionais da Emenda Constitucional n. 19. A terceirização cresceu sem controle, o uso de organizações sociais, especialmente na área da saúde, avançou enormemente sem a devida fiscalização por parte do poder público, os contratos temporários e CLT cresceram mais do que os estatutários nos municípios e estados, que congregam a maioria dos servidores públicos do país (DRUCK; VIEIRA in Iceberg à deriva, 2023 p. 310).

Ao analisar as transformações da lei brasileira, Kalil (2020) avalia que é preciso, do ponto de vista do Direito do Trabalho, levar em consideração que a dita modernização da legislação continua o mesmo propósito de 200 anos atrás, ou seja, acentua ainda mais "a desigualdade do poder econômico do trabalhador frente às empresas proprietárias de plataforma". Para ele,

> (...) a assimetria de informações que as coloca em situação privilegiada, a necessidade de trabalhar por longas jornadas para ser possível auferir renda para subsistência e os grandes obstáculos para promover ação coletiva dos trabalhadores são características das relações de trabalho do capitalismo de plataforma que justificam a intervenção do Direito do Trabalho para redistribuir renda e poder, tutelar a dignidade dos trabalhadores, tornar o trabalho mais democrático e viabilizar a organização coletiva (KALIL, 2020, p. 176).

Tem-se aqui, portanto, elementos importantes para aprofundar os estudos que tratam da precarização do trabalho de jornalistas enquanto uma tendência regional e nacional, sob as práticas experimentadas a partir do fenômeno mais recente da *uberização* do trabalho. Nesta perspectiva, talvez o jornalista já tenha sentido a piora no bolso e na saúde bem antes da chamada precarização das relações de trabalho se transformar em agenda permanente dos grandes empresários do setor de comunicação. Seja pela alta rotatividade profissional, seja pela instabilidade ocasionada por diferentes formas de contratação, seja pela desregulamentação da profissão. Ora, se a condição precária está diretamente ligada à flexibilização das leis trabalhistas, profissionais de comunicação caminham às margens desta área fronteiriça entre a regulação e a desregulamentação há algum tempo.

Prova desta situação são os dados obtidos pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) por meio de pesquisa encomendada ao Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre a situação de jornalistas no mercado de trabalho nacional[15]. Os dados, obtidos por meio de análises do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostraram que, no ano de 2023, o mercado formal demitiu mais jornalistas do que contratou. Conforme o levantamento, "apesar de terem ocorrido mais de 9,5 mil contratações de profissionais do Jornalismo no período, o número de desligamentos foi maior: em torno de 10,4 mil, gerando saldo líquido negativo, uma redução de 883 postos de trabalho no ano". Diz o estudo:

> Desagregando os mesmos dados por ocupação/função, verifica-se que, em 2023, houve crescimento líquido de postos de trabalho no período somente para as funções de: Designer Gráfico (+17 postos) e Repórteres de Rádio e Televisão (+ 62 vagas). De outro lado, as funções que apresentaram maior encolhimento no saldo de postos de trabalho foram: Editor (-238 postos no total), Revisor de Texto (-139) e Jornalista (-122). (Dieese, Movimentação do Emprego em Funções do Jornalismo, p. 3) https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/02/DIEESE-FENAJ-An%C3%A1lise-CAGED-2023-fev.-2024.pdf

Outra evidência que contribui para a constatação específica que a atividade jornalística tem sido marcada pela precarização e intensificação do trabalho, realidade que pode ter piorado após a pandemia de Covid-19 e a Reforma Trabalhista

[15] https://fenaj.org.br/mercado-de-trabalho-formal-no-jornalismo-demite-mais-do-que-emprega-em-2023/ acessado em 24 de março de 2024.

(Lei nº 13.467/17)[16]", parte do estudo da Fundacentro e da FENAJ, com apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), que pretende avaliar os impactos dessas questões na saúde mental do jornalista. Ainda em processo de coleta de dados, a previsão da pesquisa, que tem alcance nacional, é ser publicada no 1º semestre de 2026.

Enquanto pesquisadora da temática trabalho, percebi, ainda, que as mulheres foram as mais afetadas nesta busca por novas configurações profissionais que, muitas vezes, levaram à sobreposição de atividades com as chamadas multitarefas e, outras, à desistência da carreira de jornalista para encontrar alternativas financeiras e sociais de sobrevivência não necessariamente no universo da comunicação. Pesquisa sobre a situação das mulheres trabalhadoras da imprensa na América Latina e caribe, também divulgada pela Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), no site da FENAJ[17], aponta que 66% das mulheres jornalista da região precisam procurar emprego fora da área para complementar a renda e, segundo o estudo, mais da metade das entrevistadas revelaram que os colegas homens ganham mais. Conforme a pesquisa,

> A palavra que define as trabalhadoras da mídia é "emprego múltiplo": quatro em cada dez jornalistas pesquisadas têm mais de um emprego intermediário, e 66,7% afirmam que precisam assumir empregos fora da área para complementar sua renda. 60% das respondentes dizem que são chefes de família ou que o seu rendimento é decisivo para o sustento da família. 82% delas afirmam que os seus colegas do sexo masculino recebem salários mais elevados pelo mesmo trabalho. (https://fenaj.org.br/mulheres-jornalistas-na-america-latina-entre-a-precarizacao-e-a-falta-de-ferramentas-para-lidar-com-a-violencia-de-genero-no-local-de-trabalho/)

Essa realidade, no entanto, não se reflete apenas no jornalismo, mas em praticamente todas as profissões, conforme levantamento realizado pelo Ministério de Trabalho e Emprego (MTE)[18] e Ministério das Mulheres, divulgado em março de 2024. O estudo afirma que mulheres ganham 19,1% a menos que os homens e, para os casos de direção e gerência, a diferença salarial chega a 25,2%. O estudo revela ainda, que mulheres negras ganham menos que mulheres brancas, "no recorte por raça\cor, as mulheres negras, além de estarem em menor número no mercado de trabalho (2.987.559

[16] https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2024/maio/precarizacao-marca-atividade-do-jornalista / acessado em 29 de julho de 2025.

[17] https://fenaj.org.br/mulheres-jornalistas-na-america-latina-entre-a-precarizacao-e-a-falta-de-ferramentas-para-lidar-com-a-violencia-de-genero-no-local-de-trabalho/ acessado em 25 de março de 2024.

[18] https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial acessado em 25 de março de 2024.

vínculos, 16,9% do total), são as que têm renda mais desigual". Desta forma, não são apenas jornalistas que sofrem da emergência em se encaixar às novas atividades econômicas e formas de contratação de trabalho. Mas, por ter de se adaptar rapidamente à velocidade em que o capitalismo se modifica, talvez tenha sido uma das primeiras profissões a ter de se enquadrar na flexibilização e novas relações de trabalho, além de sofrer os impactos diretos da plataformização dos meios de informação e comunicação.

Das oito entrevistas realizadas, cinco são mulheres. Destas, duas são mães, uma idosa que segue no mercado de trabalho porque a aposentadoria não dá conta de sustentar suas demandas pessoais, incluindo plano privado de saúde e despesas médicas, uma é funcionária pública estatutária em empresa de comunicação e outra jornalista que desistiu da profissão pela falta de opções profissionais. Além de jornadas exaustivas, quatro delas compartilham do mesmo projeto inicial em ser jornalista: o sonho de mudar o mundo com desejo de ser jornalista desde tenra idade, escrever para fazer diferença e alcançar algum nível de popularidade profissional. Um sonho que, ao longo de anos, foi-se dissipando com questionamentos profissionais e conflitos internos puxados para a frustração profissional.

1.1 Estado, regulação da atividade jornalística e identidade profissional

Pierre Bourdieu aponta que o Estado estrutura formas de reprodução das desigualdades sociais, políticas e econômicas. Em seus estudos sobre a influência estatal (Bourdieu, 2014), examina sua atuação como mecanismo reprodutor de dominação e violência simbólica e, assim, oferece instrumentos analíticos para compreender seu papel diante da crescente precarização das relações de trabalho e das dinâmicas sociais que atravessam a atividade jornalística. Conforme análise de Rombaldi e Tomizaki (2023), suas formulações oferecem ferramentas para refletir sobre o peso das estruturas sociais nas práticas laborais, ao propor respostas que romperam com as perspectivas objetivistas e subjetivistas na análise das relações de trabalho.

O Estado intervém de maneira decisiva na construção da realidade social, exercendo um poder de classificação que se manifesta, entre outros aspectos, na definição socialmente legítima das profissões e na produção de seus efeitos simbólicos e materiais. Para Bourdieu (2014), a formação do Estado moderno remonta à Revolução Francesa, momento histórico em que o modelo dinástico é progressivamente substituído por um

Estado republicano, posteriormente articulado ao ideal de bem-estar social. Essa transição não se limita a uma reorganização institucional, mas implica a produção de um conjunto de crenças e princípios de visão e divisão do mundo social, forjados no deslocamento entre monarquia e república. É nesse processo que o Estado passa a concentrar diferentes formas de capital e a exercer um poder simbólico capaz de impor determinadas perspectivas legítimas da realidade social. Tal poder se realiza por meio de múltiplas instituições, entre as quais a escola ocupa posição central, atuando como instância privilegiada de inculcação, reprodução e legitimação dessas categorias estatais de percepção e classificação (Bourdieu, 2014, p. 452)..

Entre as funções centrais do Estado, destaca-se o poder de regular e redefinir as profissões, operando como instância de classificação que estrutura a organização do trabalho e a distribuição das oportunidades ocupacionais. As crises econômicas e as reconfigurações do capitalismo observadas a partir das décadas de 1970, 1980 e 1990 fragilizaram de modo particular os assalariados, historicamente dependentes das garantias jurídicas e das políticas de proteção asseguradas pelo Estado. Nesse contexto, Boltanski e Chiapello (2009) evidenciam o aumento do desemprego entre diplomados do ensino superior e executivos, ainda que de forma desigual quando comparado aos grupos menos privilegiados, sinalizando o enfraquecimento da promessa meritocrática associada à escolarização. Essa leitura converge com Bourdieu (2014) ao indicar que o diploma, embora permaneça como princípio legítimo de classificação, perde parte de sua eficácia objetiva como mecanismo de estabilização profissional. A tensão entre ambos os autores reside no fato de que, enquanto Boltanski e Chiapello enfatizam as transformações normativas e ideológicas do capitalismo contemporâneo, Bourdieu destaca a persistência das disposições sociais e das estruturas estatais na produção das trajetórias profissionais, reafirmando que a relação entre escolaridade e escolha ocupacional é inseparável das condições políticas, jurídicas e simbólicas produzidas pelo Estado.

> A monopolização do capital jurídico e do capital estatal, através da condição de acesso ao capital estatal que reside em grande parte no capital cultural, permitiu a perpetuação de um grupo dominante cujo poder reside em grande parte no capital cultural – daí a importância de todas as análises que mostram a relação entre a distribuição do capital cultural e a posição do espaço social. Todas as análises da escola são na verdade análises do Estado e da reprodução do Estado (BOURDIEU, 2014 p. 450).

Portanto, quando se fala em supressão de direitos da classe trabalhadora, ação recorrente quando a democracia se encontra vulnerável às metamorfoses do sistema

capitalista, que a realidade do mercado de trabalho se coloca presente e aprofunda as desigualdades socioeconômicas. Desta forma, não apenas os profissionais de jornalismo, mas trabalhadores e trabalhadoras assalariados como um todo foram afetados pela ação do Estado quando, no ano de 2017, o Brasil passou por uma instabilidade política vista antes somente em período ditatorial comandado por militares (1964 a 1985). Sendo assim, em meio a desestabilização política, jurídica e econômica do país, a partir da destituição da presidenta Dilma Roussef do poder executivo, as últimas grandes reformas estruturais de diminuição do Estado foram feitas. Dentre tantas perdas constitucionais, a nova legislação trabalhista bem como a liberação da terceirização de serviços por meio de lei, ambas de 2017, ocorreram a partir de um planejado e articulado golpe, onde instituições públicas orquestraram um impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (2015) que havia sido reeleita para exercer segundo mandato com a maioria dos votos. A retirada dos direitos da classe trabalhadora brasileira a partir de manobra política que contou com as três esferas do poder público – Executivo, Legislativo e Judiciário, sinalizou a importância da união da sociedade em defesa do Estado Democrático de Direito. Qualquer sinal de outro regime político que não seja a democracia, a única certeza que se tem é o aumento da desigualdade e retirada de direitos garantidos constitucionalmente. Trato deste debate em torno da reforma trabalhista, democracia, Estado Democrático de Direito e Direitos Humanos em dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. Destaco abaixo resultado da pesquisa de mestrado que auxilia a compreensão do processo em que aconteceram as reformas estruturais de Estado no ano de 2017[19]:

> Coincidentemente, as modificações mais profundas nas leis do trabalho brasileira se deram em um momento em que a democracia nacional se encontrava fragilizada com a destituição da presidente Dilma Rousseff (PT), reeleita para seu segundo mandato via sufrágio, por 54 milhões de brasileiros aptos a votar, ou 51,64% dos votos válidos, em uma eleição considerada a mais acirrada desde a redemocratização. Ao não aceitar o resultado das eleições de 2014, o candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB/Minas Gerais) iniciou uma série de manifestações públicas, utilizando-se especialmente da tribuna do Senado, ao retornar às atividades de senador após licença para concorrer ao pleito. Desde então, Dilma Rousseff (PT) foi alvo de ataques constantes do Parlamento brasileiro, atingindo o ápice da crise com a confirmação, pelo STF, de que havia cometido crime de

[19] Reforma Trabalhista: análise sobre a tramitação da Lei 13.467/17 e suas implicações na consolidação de um Estado Democrático de Direito, defendida em 21/09/2020.

> responsabilidade por praticar supostas "pedaladas fiscais", justificativa pela qual se abriu um processo de *impeachment* de sua gestão. Em dia 31 de agosto de 2016, a Corte Suprema, na voz de seu presidente à época, ministro Ricardo Lewandowsky, anuncia, portanto, o veredito final da investigação política realizada em conluio entre os poderes Legislativo e Judiciário: a primeira mulher da história a assumir a Presidência da República do Brasil estava impedida de prosseguir seu mandato. Subsequentemente à articulação política envolvendo as três esferas – Executivo, Legislativo, Judiciário – que retirou Dilma do poder, elencou-se o emedebista Michel Temer, vice-presidente da chapa vencedora em 2014, ao protagonismo de uma série de reformas de Estado que atingiram diretamente as classes sociais mais vulneráveis do país, desfavorecendo consideravelmente as maiorias invisíveis aos olhos e à sensibilidade do sistema político, composta essencialmente por mulheres negras sobrecarregadas com o peso da indiferença do Estado. Das primeiras ações administrativas federais propostas pelo recém-empossado Michel Temer, fundamentado em um projeto intitulado *Uma Ponte para o Futuro* (PMDB, 2015), a aprovação da Emenda Constitucional 95 e a Reforma Trabalhista foram consideradas, pelo corpo parlamentar e empresarial, as mais urgentes (WACLAWOVSKY, 2020, p 66-67).

Em seguida à aprovação da reforma trabalhista, no ano de 2017, o Congresso Nacional aprovou o texto da terceirização sem limites, que tramitava dentro da Casa Parlamentar há pelo menos duas décadas, conforme afirmo em minha pesquisa de mestrado (Waclawovsky, 2020). A operação passou despercebida aos olhos da sociedade em geral, muito em razão da pouca visibilidade na mídia nacional, mas não aos atentos e críticos sentidos da classe acadêmica e das centrais sindicais, importante força de voz aos direitos das trabalhadoras e trabalhadores. Sobre mais esta ação de implementar um Estado mínimo, saliento outro trecho de minha dissertação:

> (...) o PL 4.330/2004, foi proposto pelo deputado federal Sandro Mabel, empresário do setor alimentício eleito pelo estado de Goiás nas legislaturas de 1995 a 1999 e 2003 a 2015. A matéria tratava da liberação irrestrita da terceirização do trabalho em todas as atividades empresariais e diversas outras em órgãos públicos. O projeto havia sido colocado em pauta pela primeira vez no ano de 1998 (PL 4.302/98), encaminhado pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e aguardava votação da Câmara Federal desde 2002, após o Senado enviar substitutivo com alterações importantes. Sancionado por Michel Temer em 31 de março de 2017, a nova lei passou a valer na mesma data, a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU). (...) a estratégia de desmonte das políticas sociais e de retirada de direitos serve para reduzir o tamanho de Estado, abrindo espaço cada vez maior para a

> iniciativa privada em setores como educação e saúde e na privatização de serviços públicos, aos moldes do que está escrito no documento *Uma Ponte para o Futuro,* que alçou Michel Temer a ocupar o lugar de Dilma Rousseff na cadeira presidencial. A partir de setembro de 2016, no entanto, a pressão social observada nas agendas políticas pós-*impeachment*, começa a ganhar outros contornos, descaracterizando as antigas negociações saudáveis entre ideologias distintas na busca por um consenso entre o setor patronal e dos trabalhadores (WACLAWOVSKY, 2020, p. 68 a 70).

Cabe destacar que o desejo, por parte de políticos e empresários do ramo da comunicação, em extinguir o diploma de jornalista vem desde a década de 1990, durante gestão do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). E qual seria a razão para se acabar com a exigência de profissionais registrados e qualificados para exercer a profissão de jornalista? Dentre tantas probabilidades, sem a exigência da profissionalização, os jornalistas ficam sujeitos aos humores do mercado de trabalho e sem proteção trabalhista. Lima e Oliveira (2021) identificaram que a legalização de práticas laborais informais consolida regimes de trabalho baseados em uma extrema flexibilidade dos vínculos empregatícios. Para eles, a flexibilização experimentada com a aprovação da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista de 2017, impulsionou a desregulamentação das relações de trabalho, que "têm sido sistematicamente defendidos nos discursos empresarial, midiático e governamental, sob o eufemismo de "modernização". Eles analisam, ainda, que atualmente existe um discurso de "positivação de ideias de "empregabilidade", "autonomia", "flexibilização" e "modernização" das relações de trabalho". Neste sentido, de acordo com os pesquisadores, "o crescimento do chamado desemprego estrutural excluiu milhares de trabalhadores do mercado de trabalho, fazendo com que esses procurassem na informalidade uma alternativa de trabalho". Portanto, para eles:

> (...) o que caracterizaria como informal seria o fato de o trabalho, em conjunto, não contar com o reconhecimento ou proteção no âmbito das normas e leis vigentes, sendo submetido (como trabalhadores e empreendedores) a altos níveis de vulnerabilidade e a limitado acesso a infraestruturas e benefícios públicos, em total desvantagem frente à economia formal (LIMA e OLIVEIRA, 2021, p. 915)

Os autores entendem, ainda, que a entrada de plataformas digitais no mercado de trabalho é um fenômeno que "leva ao limite a informalização e terceirização das relações de trabalho" (Lima e Oliveira, 2021). E não apenas nas relações laborais, mas a precarização das relações sociais entre os colegas, levando a uma alta rotatividade dentro

de uma redação pela falta de um plano de carreira, por exemplo, até à desagregação da categoria que mal conhece a importância de ações sindicais para cobrar melhorias no ambiente profissional como, por exemplo, jornadas exaustivas de mais de oito horas diárias de trabalho, as vezes sem descanso em finais de semana e feriados.

1.2 Impactos do capitalismo de plataforma e novas tecnologias na rotina de jornalistas e o debate sobre precarização do trabalho de jornalista

O avanço das novas tecnologias está, para diversos autores, relacionado a uma nova etapa da Revolução Tecnológica que, desde a década de 1970, seria responsável pelas principais transformações do mundo capitalista na virada dos séculos XX para XXI. Para o sociólogo Manuel Castells[20], que dedicou grande parte da vida acadêmica para decifrar as mutações econômicas e sociais na virada deste novo milênio, "uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado". Aqui no Brasil, Antunes e Filgueiras (2020) entendem que, atualmente, as novas atividades laborais e relações de emprego associadas à utilização de novas tecnologias compõem "uma das principais marcas das novas configurações de contratação no mundo do trabalho em nível global."

Para os autores, a implementação de ferramentas digitais, instrumentalizadas enquanto narrativa empresarial para justificar o progresso do capital, precisa ser analisada, especialmente, em relação ao "controle, organização e regulação do trabalho por aplicativos e plataformas" (Antunes e Filgueiras, 2020 p. 29). Eles interpretam que a utilização dessas ferramentas de tecnologia são, na verdade, instrumento sofisticado para a exploração da mão de obra: "controle da força de trabalho, de que são exemplos o registro em tempo real da realização de cada tarefa, velocidade, local e movimentos realizados; a mensuração das avaliações; tudo sob o aparente comando dos algoritmos" (*Ibidem*, p. 33). Para eles, o que pode ser entendido como uma facilidade dos novos tempos, expõe cada vez mais a precarização do trabalho:

[20] *A sociedade em rede* busca esclarecer a dinâmica social da nova era da informação. Baseado em pesquisas feitas nos EUA, Ásia, América Latina e Europa, procura formular uma teoria que dê conta dos efeitos fundamentais da tecnologia da informação no mundo contemporâneo (nota de "orelha") – A sociedade em rede/Manuel Castells – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1), São Paulo: Paz e Terra, 1999.

> A ideia de liberdade e flexibilidade (trabalhar quando e onde quiser) propagada pelas empresas constitui, na verdade, a transferência deliberada de riscos para aumentar o controle sobre os/as trabalhadores/as, pois essa liberdade significa ausência de salário garantido e incremento de custos fixos que se convertem em responsabilidade dos mesmos (Antunes e Filgueiras, 2020, p. 33).

Compreende-se, portanto, que as novas tecnologias têm uma significação importante para entender, de acordo com a pergunta de pesquisa deste projeto, se a suposta precarização do trabalho de jornalistas que será investigada, está ligada à digitalização das mídias, para além da desregulamentação do mercado. Neste sentido, Standing (2014), aponta que o ambiente eletrônico permite e encoraja o que ele intitula de atividades multitarefas. O autor define que os "multitarefeiros são excelentes candidatos à precarização, uma vez que têm mais problemas em se concentrar e mais dificuldades em excluir a informação irrelevante ou perturbadora" (*Ibidem*, pg. 40). Na concepção que o autor se utiliza para explicar a fusão das atividades a partir das novas tecnologias, é considerado que a categoria a ser estudada pode ser reconhecida pelo termo multitarefeira, ou, se utilizando da linguagem jornalística, atuação de *multimídia*. De acordo com a pesquisa[21] do perfil de trabalho de jornalista,

> Na segunda década dos anos 2000, a resposta que a indústria mainstream buscou dar à crise foi um misto de iniquidade com incompetência: o foco foi na redução do número de profissionais atuando no mercado e, para suprir a carência cada vez mais acentuada de força de trabalho qualificada (e em número compatível) nas 19 redações, os empresários acenaram com a bandeira da multifunção sem multissalário, evidentemente (LIMA; MICK, 2022, p. 18)

Portanto, tratar da precarização de jornalistas, traz desafios não somente na forma de descrever as multitarefas realizadas diariamente, mas em conceituar esta precarização para entender se o novo formato de trabalho mascara alguma informalidade. Desta maneira, utilizamos o conceito de Ludmila Abílio (2018) que estabelece o termo "viração" para descrever estratégias de sobrevivência que não estão relacionadas ao

[21] Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho/Samuel Pantoja Lima (Coord. Geral); Jacques Mick ... [*et al*] – 1. ed. – Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

planejamento de uma carreira e à realização profissional, que pode ser interpretada como "bico". No jornalismo, profissionais, têm atuado no formato de *freelancer*, o que significa dizer que se trabalha de forma autônoma, cumprindo tarefas pontuais seja para alguma empresa, seja por meio de edital público ou de organização da sociedade civil. Poderia, então, este profissional ser interpretado e adaptado como o "fazedor de bico qualificado" da informalidade?

A autora também aborda o tema da *uberização* como "uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho", reforçando o que já foi dito anteriormente. Portanto, para o lado do trabalhador, explica Abílio, significa transformá-lo em *nanoempreendedor* de si mesmo: "é uma nova forma de organização onde se abolem as relações de emprego e todas as formas de proteção, segurança e garantias que vêm delas, e conta com uma nova formação subjetiva do trabalhador, ou o 'gerente de si próprio[22]". Desta forma pretende-se entender se o jornalista empreendedor consegue se sustentar tanto profissionalmente, quanto economicamente, de acordo com apontamento levantado na pesquisa nacional do perfil de jornalistas ao destacar que, desde os anos 1970 e 1980, o enxugamento de redações jornalísticas é decorrente das reestruturações em razão da informatização e digitalização das empresas de mídia. Porém, conforme o estudo, "ao longo do tempo, essas inovações deixaram de representar melhorias para a dinâmica de trabalho":

> Nos últimos 20 anos, as rotinas profissionais se diversificaram e intensificaram. Ao mesmo tempo, o número de trabalhadores da mídia diminuiu significativamente e o mercado laboral passou a apresentar sinais de intensa precarização" (LIMA; MICK, 2022, p. 20).

Não é o caso de anunciar a extinção do jornalismo no geral, mas sim a transformação de uma indústria que ainda movimenta montanhas de dinheiros de todas as partes e está entranhada na vida social contemporânea (Cristopholetti, 2019). De acordo com o especialista, entender o ponto de vista da notícia e informação que se passa em nível nacional e internacional é um fator de sobrevivência em sociedades cada vez mais complexas. Neste sentido, para o autor,

[22] Entrevista concedida ao site da IHU em 17/06/2019. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590086-o-estado-esta-se-transformando-em-orientador-da-precarizacao-do-trabalho-entrevista-com-ludmila-costhek-abilio Acesso em 01 out 19.

> (...) é difícil aceitar passivamente que uma indústria dedicada a uma condição tão vital possa desaparecer da noite para o dia. A queda nas tiragens dos jornais e pulverização da audiência e perda de credibilidade e interesse levam rapidamente a acreditar que o jornalismo possa estar obsoleto. Mas o próprio jornalismo nos ensina a ser céticos diante das aparências, e demonstra, todos os dias, como a realidade é complexa e contraditória (CRISTOPHOLETTI, 2019, p. 14).

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, não foi identificada nenhuma forma de uberização de trabalhadores da imprensa. O que se constatou foi a precarização de profissionais nas mais diversas atividades jornalísticas, seja na pressão da rotina diária em fechar matérias, seja no formato de contratação pendendo para a informalidade, seja na prática salarial, muitas vezes abaixo da qualificação investida. Segundo o relato de Laura, o que poupou parte dos jornalistas das demissões ocorridas em 2004, por ocasião do fechamento do jornal *O Norte*, foi a incorporação desses profissionais à assessoria de imprensa governamental durante a gestão municipal de Ricardo Coutinho, prefeito de João Pessoa entre 2005 e 2010.

> LAURA – Muita gente, com esse fechamento, nunca mais trabalhou na área... muita gente.... a sorte que foi o ano que Ricardo Coutinho ganhou para prefeito e absorveu muita gente, muito jornalista (na gestão municipal). Muita gente (ainda) hoje trabalha no serviço público do Estado e prefeitura.

O entendimento de que o jornalismo é uma paixão e uma missão com intuito de transformar a sociedade, ou pelo menos tentar, também está muito presente nas falas de nossas e nossos entrevistadas/os. Esse sentimento segue até hoje nas trajetórias de Graziela, Waléria, Fernando e Fátima. Conforme os relatos, independentemente da situação financeira ou das disposições socioprofissionais, para estes jornalistas o amor à profissão faz com que as dificuldades promovidas pela baixa remuneração e condições precárias de trabalho com jornadas extensas e rotina dedicada ao trabalho fossem amenizados. Waléria diz que tem orgulho até hoje de tudo o que passou dentro das redações de jornais em Belém/PA, sua terra natal. Ela conta, com sorriso largo, que a primeira matéria de capa estampada com sua assinatura foi enquadrada e pendurada na parede. No entanto, a declaração de amor mais profunda ao jornalismo tenha sido do colega Fernando, radialista e jornalista que moldou e estruturou sua vida pessoal em torno da profissão:

> FERNANDO – (...) mas é porque era minha paixão *risos* quando eu tinha 10 anos de idade, 11 anos, 12 anos, eu ficava ... eu morava em Lagoa Seca, que é sete quilômetros de Campina Grande, eu ficava lá num sítio, numa granja, e eu ficava ouvindo um radinho de pilha, que era do meu irmão, ouvindo os programas esportivos, de rádio e tal, e era minha paixão! Eu queria ser radialista. Se eu não fosse radialista eu acho que eu tinha morrido, sabe *risos* porque era paixão mesmo. Era tanta paixão que eu fui trabalhar de graça na rádio. E minha esposa ficava: rapaz! você ao invés de descansar o fim de semana fica com essa coisa de rádio e tal tal tal. Aí eu fui, entrei no rádio e foi paixão mesmo. Uma vez uma amiga disse: rapaz, esse negócio de ser radialista não ganha nada! Aí eu respondi: se eu pudesse eu trabalhava de graça! E como é que você ia comer, disse ela? Aí eu falei: comer já é outra coisa *risos* porque se eu quisesse ganhar dinheiro eu ia trabalhar de motorista de caminhão, que ganha mais dinheiro. Motorista de ônibus. Mas meu problema não é dinheiro. Minha família toda é comerciante, minhas primas, primos, trabalham na Ceasa e tal. Mas eu quis ser radialista. Eu quis ser da comunicação, realizar um sonho de infância.

Aliás, a baixa remuneração e a alta carga horária de trabalho é a principal queixa de jornalistas que hoje estão no mercado de trabalho. Formas subjetivas de assédio moral também estão vinculadas à precarização laboral, como é o caso de Laura (64), que precisa continuar no mercado de trabalho pois a aposentadoria não dá conta de pagar as necessidades básicas da jornalista; e de Fátima (51), terceirizada na Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF, afirma que sente ter dois patrões: a empresa que a terceiriza e faz exigências diferenciadas da chefia de imprensa no Ministério ao qual presta serviço. Esta situação, segundo ela, a deixa numa posição de pressão diária por ter de atender duas vozes em um mesmo dia.

1.3 Jornalista ou colaborador/a? O discurso de empreendedor na categoria e a busca por trabalho em mídias digitais independentes

Conforme mencionado anteriormente, verifica-se a absorção de profissionais de imprensa por órgãos públicos na Paraíba, por outro, sobretudo em âmbito nacional, muitos jornalistas passaram a optar pelo trabalho por conta própria ou pela atuação em portais independentes, caracterizados por recursos limitados e baixa remuneração. Soma-se a isso a inserção em modalidades de trabalho autônomo, como o exercício da atividade freelancer por meio da formalização como microempreendedor individual (MEI). Essa

situação foi evidenciada por pesquisas do Centro de Pesquisas em Comunicação e Trabalho (CPCT), da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), indicando concordância ao proposto neste subtítulo.

Assim sendo, no intuito de conhecer o perfil dos profissionais de imprensa no país, a FENAJ[23], entidade máxima de representação dos jornalistas no Brasil, realizou pesquisa[24] para investigar quem são as pessoas que hoje trabalham enquanto jornalistas. De acordo com o levantamento, a categoria é formada, majoritariamente, por jornalistas mulheres, com presença significativa de jovens, cuja renda média de 60% das entrevistadas e entrevistados é entre R$ 5,5 mil a R$ 11 mil por mês. O estudo ainda apontou um aumento da precarização do trabalho destes profissionais a partir de indicadores como o tipo de contratação com a redução dos vínculos por CLT, "onde as formas precárias chegaram a 24% ("*freelas*", prestação de serviço sem contrato, PJ e MEI)", além de novas formas de fazer jornalismo a partir da velocidade das transformações tecnológicas, conforme indica a pesquisa:

> O cenário do jornalismo como profissão e forma social de conhecimento ficou sensivelmente mais complexo, tanto nas empresas da mídia hegemônica (*mainstream*) como nas nascentes organizações e novos arranjos independentes (sobretudo online), seja pelo fenômeno da precarização do trabalho, pelo advento das organizações do chamado jornalismo independente ou pela consolidação dos espaços de trabalho fora da mídia (LIMA e MICK, 2022, p. 9).

Outro dado relevante examinado no estudo é o alto percentual de profissionais que trabalham mais de 8h diárias: 42,2% de jornalistas entrevistados para investigar o perfil nacional do jornalista revelaram trabalhar exaustivamente, elevando, desta forma, conforme a pesquisa, "a deterioração das condições de trabalho que produzem efeitos

[23] "Criada em 20 de setembro de 1946, a FENAJ sempre se destacou na longa e árdua jornada pela adoção de regras que organizassem a profissão e garantissem para a sociedade acesso público à informação ética e plural. Com mais de 40 mil jornalistas associados aos seus 27 sindicatos estaduais e quatro municipais, a Federação tem dado demonstrações históricas de preocupação com a liberdade na comunicação e com a democracia como valor inalienável do cidadão sem abrir mão de sua missão principal de lutar por melhores condições de vida e trabalho para os jornalistas profissionais". Disponível em https://fenaj.org.br/fenaj/a-federacao/, acesso em 10/04/2022.

[24] Pesquisa realizada pela FENAJ em parceria com a UFSC, cujos dados foram colhidos no segundo semestre de 2021 para traçar o perfil de jornalistas brasileiros, uma década após a realização da última investigação. Disponível em https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2021/11/2021-11-12-Sum%C3%A1rio-Executivo-19%C2%BA-Encontro-da-SBPJor-RETIJ-VFINAL-REVISADA-2.pdf, acesso em 10/11/2021.

nocivos sobre jornalistas, em especial o nível de estresse e a disseminação das formas de assédio moral". Ainda conforme o estudo, as jornadas excessivas, os baixos salários e a fragilidade em vínculos trabalhistas aumentaram ainda mais neste início da terceira década do século XXI. É importante ressaltar, que a categoria não possui conselho ou ordem profissional, ou algum órgão de autorregulação e monitoramento da atividade de jornalista no Brasil, restando apenas a representação sindical presente nos estados, e entidades da sociedade civil como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)[25].

Neste sentido, a FENAJ, que produz relatórios anuais sobre violência contra jornalistas desde 1.999[26], se torna a instituição com mais força diante das pressões sociais em nome da defesa profissão. Além dos estudos realizados em parceria com universidades e Dieese, a entidade se faz presente nos principais debates políticos junto ao Congresso Nacional e ao executivo federal, no intuito de defender a regulação da profissão, a volta do diploma e a taxação de grandes plataformas digitais. A ação sindical, no entanto, se encontra cada vez mais enfraquecida não apenas pela supressão do imposto destinado aos sindicatos na reforma da legislação de 2017, mas também pela diminuição da atuação dos profissionais de imprensa. A terceirização do jornalismo, junto da desregulamentação da profissão, enxugou ainda mais o quadro dos sindicalizados, como é o exemplo da Paraíba, que viu seu sindicato minguar após o fechamento dos impressos.

Dito isto, segundo revela a pesquisa realizada pela UFSC em parceria com a FENAJ, passado pouco mais de uma década da decisão da Suprema Corte em extinguir o registro profissional, somadas à emergente plataformização dos meios de comunicação, uma outra configuração de imprensa surgiu e se adaptou às novas exigências de mídia e mercado, em uma espécie de alternativa à, cada vez mais, enxuta imprensa tradicional. A percepção destas transformações é acentuada pelos coordenadores da pesquisa, responsáveis por analisar o perfil do profissional de imprensa, ao comparar os estudos de 2012 com o último de 2021, decorridas uma década de distância entre as investigações:

> Poucas profissões sofreram tantas metamorfoses, nos últimos vinte anos, quanto a dos jornalistas brasileiros.

[25] Organizado em quase todo o Território Nacional, em 20 Comitês Estaduais ou Regionais pela Democratização da Comunicação, o FNDC nasceu nos anos 80 como movimento social pela democratização da comunicação e teve papel essencial no embate político, institucional e teórico sobre o setor. Foi atuante na finalização dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que preparava a nova Constituição Federal. Disponível em fndc.org.br.

[26] https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/4702-precarizacao-marca-atividade-do-jornalista. Visto em 29 de julho de 2025.

> Transformações estruturais do capitalismo combinaram-se à política de expansão do ensino superior, à redemocratização do país e a mudanças na regulamentação profissional e produziram um ambiente em que se reconfiguraram por inteiro as possibilidades de atuação dos jornalistas. Como resultados, as dimensões da categoria se expandiram exponencialmente, diversificaram-se as áreas de atuação desses profissionais e alteraram-se competências e habilidades deles demandadas (MICK e LIMA, 2022, p. 15).

No ano de 2019, outro estudo importante para traçar o perfil profissional de jornalistas, publicado pelo Centro de Pesquisas em Comunicação e Trabalho (CPCT), da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), identificou que, a partir das mudanças no mercado, um novo tipo de organização de mídia se popularizou no Brasil, formando "novos arranjos econômicos de trabalhos jornalísticos", baseados, excepcionalmente, na precarização das relações de trabalho.

A pesquisa do CPCT mostrou a forte presença de jovens de até 35 anos nestes "arranjos jornalísticos", sendo que, destes, 95% são jornalistas diplomados que precisam, em sua maioria, realizar atividades paralelas para seu sustento. A situação, conforme o levantamento acadêmico, gera longas jornadas de trabalho, especialmente às mulheres, as quais acumulam atividades profissionais com tarefas domésticas. Independentemente deste retrato social, o estudo revelou que existe um forte comprometimento dos profissionais, o que fora denominado pelos pesquisadores envolvidos como "uma grande paixão pelo jornalismo". Neste sentido, esta nova configuração seria responsável por uma mudança de estilo jornalístico, segundo os especialistas da ECA, "provocando transformações nos conceitos de redação, pauta e utilização de novas linguagens".

No entanto, esta nova estrutura de trabalho se mostra economicamente instável pois depende basicamente de financiamento coletivo, editais públicos ou Organizações Não Governamentais (ONG's), o que causaria, conforme o levantamento realizado pela CPTC, instabilidade de trabalho e falta de perspectiva futura, tanto econômica de subsistência quanto profissional. De acordo com Roseli Figaro (2013), uma série de funções jornalísticas desapareceram do cenário das rotinas produtivas do *métier* do jornalista e os produtos impressos, televisivos ou radiofônicos, são produzidos de maneiras completamente diferentes do que há cerca de vinte anos. Segundo a pesquisadora, ao mesmo tempo que estas atividades profissionais encolheram, o trabalho de repórter também sofreu modificações, tornando as grandes redações de jornais em

meios de produção que, a qualquer momento e lugar, podem ser instalados com um *notebook* e/ou um aparelho de celular *smartphone*, se houver acesso à internet. Também, o isolamento social provocado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que acometeu o mundo entre os anos de 2020 e 2022, pode ser considerado um impulsionador das constantes transformações e adaptações do espaço de atuação jornalística.

A lógica de mercado, no entanto, segue sendo a mesma: obter a contribuição do esforço do trabalho do colaborador, ou prestador de serviços, para a realização de lucro capitalista. Tanto para jornalistas, quanto motoristas ou entregadores de alimentos, o fundamento é o mesmo, e tem a ver com as novas organizações de trabalho cuja espinha dorsal é a flexibilização da legislação ou total ausência de regulação, como é o caso das plataformas, seja para informação, seja para contratação de motoristas ou aluguel de imóveis.

Neste sentido, para além do fechamento dos jornais e diminuição de sua circulação, há que se considerar o processo de individualização de jornalistas e o afastamento do movimento sindical, situação que já vem sendo amplamente pesquisada e aplicada aos trabalhadores de plataformas digitais como Uber e iFood. O fenômeno é tratado por Boltanski e Chiapello (2009), como enfraquecimento das defesas do mundo do trabalho, tendência que se acentuou a partir dos anos 1980, quando da diminuição do nível de adesão de profissionais sindicalizados e as mutações do capitalismo naquele período. De acordo com os autores,

> A dessindicalização à qual assistimos nos últimos vinte anos num país onde os sindicatos já se apresentavam precariamente implantados e divididos contribuiu muito, graças ao enfraquecimento dos instrumentos e dos meios críticos que induziu para a mudança de relação de forças entre empregadores e empregados em sentido desfavorável a estes últimos e facilitou o trabalho da reestruturação do capitalismo (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 287)

Neste sentido, tanto faz qual é a profissão que está sendo analisada, a precarização acentuada do trabalho é a mesma em contexto atual de trabalho plataformizado, e permitem as comparações a partir da conceituação do que se entende por uberização do trabalho.

> Como expressão acentuada do atual contexto de precarização do trabalho, a uberização tem sido objeto da atenção dos pesquisadores do campo do trabalho, seja pelo crescimento acelerado do trabalho plataformizado, seja pelas gravosas condições a que são submetidos os trabalhadores, mapeadas em sucessivas pesquisas, seja

> pela eficiente burla à regulação protetiva do trabalho, com manifestações erráticas do Poder Judiciário, animadas pela produção de controvérsias e de discursos que confundem o debate (Filgueiras; Dutra, 2023, p. 193).

As pesquisas realizadas no ano de 2024 pela FENAJ sobre o mercado de trabalho de jornalistas, em parceria com o Dieese, abordadas na introdução, apontam para uma diminuição de quadros de profissionais de imprensa em redações por todo o país, bem como a retração das próprias redações. A situação, segundo a maior instituição nacional de defesa do jornalismo, é gravíssima do ponto de vista de mercado de trabalho. O fechamento de jornais impressos Brasil afora, vem sendo acompanhado pela mídia digital Poder 360[27], que há anos analisa o fechamento dos principais jornais. De acordo com a plataforma, no ano de 2022 a circulação dos impressos despencou 16,1% em comparação ao ano anterior. Por outro lado, os impressos que estão migrando para o meio online, não absorvem a quantidade de jornalistas demitidos, como foi o caso dos jornais da Paraíba, conforme contou Fernando. Ele disse que foi o único que seguiu para o jornal online, em razão de ser dirigente sindical e não por opção do jornal.

De olho no futuro próximo, a FENAJ seguiu a tendência de outros países em proteger a profissão, pedindo nas instâncias de decisão nacional (Três Poderes), a taxação de grandes plataformas digitais com o objetivo principal de proteger e valorizar a profissão. De acordo com o manifesto lançado pela entidade, "essas plataformas – reunidas na sigla Gafam (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft) – conformam hoje grandes monopólios de comunicação de massa, que detêm o poder de influenciar a política, a economia, a organização social e a cultura dos países". O documento, assinado em 2020, detalha especialmente a preocupação com a falta de regulação destas operadoras no mercado nacional:

> No Brasil, as grandes plataformas digitais dominam totalmente o fluxo da informação e, pela legislação, não são consideradas empresas de comunicação, mas de tecnologia. Consideradas a Opep (maiores exportadores de petróleo do mundo) do século 21, só uma das empresas desse grande monopólio da internet, a Alphabet, dona do Google, teve um aumento de 13% no faturamento no primeiro trimestre da pandemia de

[27] https://www.poder360.com.br/economia/jornais-impressos-circulacao-despenca-161-em-2022/ acessado em 20 de março de 2024.

> Covid-19, com um lucro líquido de U$ 6,8 bilhões. Esse modelo de negócio destrói as empresas do segmento da comunicação. O setor mais atingido até o momento é o de jornais e revistas impressos. As plataformas se apropriam gratuitamente do trabalho jornalístico, usado para expandir a sua audiência, solapando as empresas pela derrubada da circulação paga (assinaturas e vendas avulsas, atingindo também setores conexos, como a distribuição e as bancas de jornais e revistas, em completa decadência) e por drenarem as verbas publicitárias. Todos os setores, como rádio e televisão, são atingidos. Com isso, vê-se totalmente minada a sustentação econômica da atividade jornalística no Brasil e no mundo. No Brasil, o debate sobre a remuneração do conteúdo jornalístico produzido por terceiros e utilizado indiscriminadamente pelas grandes plataformas da internet ganhou, recentemente, a esfera pública. Este debate é relevante e necessário, e as iniciativas conhecidas – uma sugestão de emenda ao PL 2630, para obrigar a remuneração a veículos de comunicação e a jornalistas; e o PL 4.255, que atualiza a Lei 9.610/1998, conhecida como Lei de Direitos Autorais – merecem reflexão aprofundada (Fenaj, Manifesto pela taxação das grandes plataformas digitais, pelo fortalecimento do jornalismo e pela valorização dos jornalistas, 2020).

Portanto, os debates que englobam esse desafio perpassam não somente o ambiente laboral, mas a relação dos países com a nova agenda global do capitalismo, o que nos remete a uma construção não apenas individual, mas coletiva de novas estruturas sociais e suas distintas práticas. Essa tendência se torna motivo de preocupação entre dirigentes sindicais e jornalistas atentos a essas novas configurações.

Exemplo de como a precarização ultrapassa fronteiras é o relato que faz parte da trajetória profissional da entrevistada Graziela e trata da relação laboral entre correspondentes internacionais. Ela conta que pensou várias vezes em concretizar o sonho de ser jornalista correspondente do Brasil na Europa. No entanto, ao começar a fazer viagens internacionais enquanto repórter da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), se deparou com uma triste realidade: profissionais que moram em país estrangeiro, mas recebem em Real, sem contrato, com diversas dificuldades para se manter enquanto jornalista e a incerteza diária de conseguir emplacar matérias, já que são pagos por prestação de serviço realizado. Esta situação é a que mais se assemelha à *uberização* da profissão de nossas entrevistas, porém o caso específico de correspondentes internacionais não é recorte deste estudo.

A ideia de que profissionais de comunicação são colaboradores – vocábulo inculcado pelas empresas de comunicação aos seus trabalhadores – emerge trazendo sensação de insegurança, instabilidade e precarização, conforme analisado neste capítulo. As trajetórias aqui examinadas, com exceção da e do jornalista concursada/o, trouxe profundas transformações na vida socioprofissional, levando à desistência da profissão por falta de perspectiva de futuro; ou uma incessante imersão em qualificação e títulos para melhorar a colocação no mercado de trabalho do jornalismo com salários compatíveis. No entanto, atualmente esta escolha se mostra cada vez mais competitiva e exaustiva para jornalistas veteranos, tendo em vista a plataformização do jornalismo, cada vez mais baseada em métricas digitais para se manter no ar. Esta disposição afasta das redações jornalistas os quadros com mais de 20 anos de atuação e abre espaço para um universo totalmente absorvido por monopólios digitais de comunicação, regidos pela mão nem um pouco invisível das Big Techs.

CAPÍTULO II / Transformações no meio jornalístico brasileiro e os arranjos alternativos: o que mudou nas relações profissionais e sociais com a migração do meio impresso para o digital?

> O universo do jornalismo é um campo, mas que está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo muito heterônomo, muito fortemente sujeito às pressões comerciais, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura.
>
> Pierre Bourdieu (1997)

No capítulo anterior, percebemos que a falta de perspectivas tem levado jornalistas a abandonarem a carreira, afinal, competir no mercado tornou-se uma corrida exaustiva e muitas vezes ineficaz, dada a transformação estrutural do setor, especificamente a partir da plataformização da profissão, onde o jornalismo é cada vez mais orientado por métricas digitais e domínio das Big Techs. Diante de tal realidade, jornalistas com mais de 20 anos de experiência – como no caso de seis das nossas entrevistas – cada vez mais entendem que sua atuação profissional é direcionada a uma lógica voltada para o engajamento online, redações enxutas e ao encolhimento do mercado de trabalho jornalístico.

Para além destas observações, existe a tendência de migração das relações tradicionais para uma espécie de monopólio digital das Big Techs, indicando controle algorítmico sobre a circulação da informação, e isso muda estruturalmente as disposições socioprofissionais de jornalistas. Aquela redação considerada tradicional, que ao longo de dois séculos prevaleceu no Brasil, muito bem descrita por Waléria, perde totalmente sua caracterização para se transformar em ambientes nômades, como no caso denominado de “arranjos alternativos” pela CPTC da USP, ou pequenas salas com no máximo cinco jornalistas para exercer a função de 10 profissionais, ilustrada por Fernando.

No que se refere ao contexto da precarização, diante do que foi dito acima, sobre o domínio de algoritmos pelas Big Techs e transformações estruturantes na rotina do ambiente de trabalho jornalístico no contexto das transformações do capitalismo global, o uso do termo "colaborador" (em vez de "empregado") por parte das empresas de comunicação pode ser considerado uma forma de mascarar relações de trabalho precárias, gerando insegurança e instabilidade. Por outro lado, a busca por mais diplomas e especializações para competir no mercado tornou-se uma corrida exaustiva e muitas vezes

ineficaz, dada a metamorfose do setor. Sob essa ótica, a precarização não é um fenômeno isolado ou individual, mas uma reestruturação coletiva e global do trabalho, impulsionada pela convergência entre o modelo de negócios do capitalismo digital e as práticas das empresas de comunicação. O resultado é um cenário de desproteção, esgotamento e mudança forçada no perfil da força de trabalho jornalística.

Diante do exposto, neste capítulo apresentamos argumentos que tratam de compreender esta outra configuração de imprensa que surge diante das adaptações necessárias em um ambiente marcado pela desregulamentação, plataformização e desproteção laboral. Sob essa ótica, apresentamos elementos analíticos das disposições que, articulados às trajetórias e experiências das pessoas entrevistadas e à compreensão do espaço profissional do jornalismo, buscamos argumentar em que medida a desregulamentação da atividade jornalística e a precarização associada à plataformização do trabalho incidem sobre as configurações do exercício profissional na imprensa. Segundo Figaro (2021), podemos afirmar que, a veloz e silenciosa dominação da plataformização no mundo socioprofissional, "o capitalismo sempre se apropriou do tempo social do trabalho humano, transformando-o em riqueza e tomando para si a potência do fazer de trabalhadores" (Figaro, 2021). Dito de outra forma, segundo Figaro, pesquisadora do trabalho em comunicação,

> O capitalismo de plataforma se apropria cada vez mais da nossa capacidade de comunicação, de interação com os outros por meio de dados, que podem ser nossos corpos, olhares, gestos, gostos, e nossas subjetividades. Isso tudo empacotado como mercadoria a ser negociada no mercado da publicidade, do controle social e da política em benefício do capitalista (FIGARO, 2021, in Grhoman, pg 47).

A crise no jornalismo parece se aprofundar cada vez mais quando o foco se dá nas jornadas exaustivas propiciadas pelo recente agravamento com a entrada da terceira década do século XXI (anos 2020), com o agravamento conjunto de jornadas longas, baixos salários e vínculos trabalhistas frágeis. Tanto é que a principal defesa da categoria está focada na FENAJ, que emerge como a principal (e quase única) instituição de defesa da categoria, atuando em consonância com os 31 sindicatos estaduais vinculados à federação. Talvez a principal consequência do enfraquecimento da representatividade tenha sido a intervenção estatal com a Reforma Trabalhista, que fragilizou financeiramente os sindicatos, como no caso emblemático do Sindicato de Jornalistas da Paraíba, onde o fechamento dos jornais impressos levou ao definhamento da

representação sindical do Estado, resultando em crise de filiação e sustentação da própria categoria que cada vez mais precisa de defesa.

Até agora, conforme argumentado neste estudo, a estrutura da profissão jornalista encaminha-se para uma reconfiguração das disposições socioprofissionais das práticas jornalísticas após mais de uma década sem diploma e com o avanço do capitalismo de plataforma. Diante de tal afirmação, um novo modelo de imprensa deve surgir em face da adaptação às exigências do mercado digital, servindo como alternativa à imprensa tradicional, com menos repórteres e investimento. Essa outra configuração provavelmente inclui veículos digitais independentes, nichos jornalísticos e formas de jornalismo empreendedor. Para além desta realidade, o jornalismo ainda precisa competir com novos formatos de veicular informação via redes sociais, por meio de influenciadores digitais, também monopolizadas pelas Big Tehcs.

Exemplo disso é a Lei nº 15.325, de janeiro de 2026, sancionada recentemente pelo Governo Brasileiro, que dispõe sobre o exercício da profissão de multimídia, conforme explicação no 2º Artigo: "multimídia é a designação do profissional multifuncional, de nível superior ou técnico, apto a exercer atividades em áreas de criação, produção, captação, edição, planejamento, gestão, organização, programação, publicação, disseminação ou distribuição de conteúdo de sons, imagens, animações, vídeos e textos nos diferentes tipos de mídias eletrônicas e digitais de comunicação e de entretenimento"[28]. Onde se lê multifuncional, pode-se interpretar como multitarefas, ou seja, atuação profissional que trabalha em diversas frentes, em acordo com Standing (2014), conforme argumentado em nosso Capítulo 1, subtítulo 1.2, que justifica a reconfiguração da profissão de jornalista no início do século XXI, diante da virada do capitalismo analógico para o capitalismo digital. No entanto, apesar de atual, o texto sugere que essa nova regulação do Estado não resolveu os problemas centrais de precarização, apenas os reconfigurou em novos formatos. Dito de outra forma, mais uma vez o Estado reinventa novos formatos que aparentemente formalizam a informalização do espaço social da imprensa e da comunicação.

Assim sendo, a análise das trajetórias sob o olhar das disposições examinadas para esta pesquisa, pretende trazer elementos subjetivos com os quais o capitalismo de plataforma se movimenta a partir da apropriação simbólica e silenciosa de gestos, gostos,

[28] https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2026/lei-15325-6-janeiro-2026-798628-publicacaooriginal-177700-pl.html visto em 04 de fevereiro de 2026.

olhares, ou seja, nosso corpo físico e emocional, para tanto, os fundamentos que compõe a tríade *habitus*, espaço e capital é central neste estudo. Entre esses elementos, destaca-se a noção de *capital*, cuja discussão se integra às dimensões examinadas ao longo do estudo. Ao se deparar com a palavra capital, pressupõe-se de imediato tratar de uma noção econômica ou mercantil. Para Bourdieu, porém, o termo integra um sistema mais amplo que o das trocas de bens. Conforme observa Grenfell (2018, p. 136), o autor desloca a economia da esfera estrita da troca mercantil para um domínio mais abrangente de trocas e avaliações culturais. Nesse sentido, além do capital econômico, Bourdieu formulou as categorias de capital cultural, capital social e capital simbólico. Segundo Joas (2017, p. 419), esses conceitos permitem modelar uma estrutura de classes.

Neste estudo, o cruzamento dos dados coletados na pesquisa (Anexo II) constitui etapa metodológica central para avaliar empiricamente a existência ou não de precarização do trabalho jornalístico, identificar suas formas de manifestação nos meios de comunicação analisados e examinar se a desregulamentação configura uma hipótese explicativa. Grenfell (2018) destaca que a teoria do capital em Bourdieu e suas aplicações em diferentes dimensões de sua obra apresentam características distintivas, as quais serão examinadas a seguir:

> A forma institucionalizada do capital (educação formal), em graus variados para grupos diferentes, tenta inculcar (incorporar) um *habitus*, cujo princípio é congruente com os princípios dominantes dos vários campos onde o capital existe em suas formas objetificadas: adquirir, por exemplo, uma predisposição às regras do jogo vendo quadros numa galeria e, além disso, fazê-lo de modo que pareça completamente natural e sem esforço (cf. BOURDIEU, 2007:69 [1979:76]) (GRENFELL, 2018, p. 142-143).

Desta forma, compreende-se, nesta pesquisa, que o capital jornalístico se constitui pela apropriação simbólica associada ao acúmulo de capitais escolares e ao trânsito por espaços que, em conjunto, ampliam as possibilidades de mobilidade social ascendente e convergem para o exercício profissional, tanto em meios tradicionais, como jornal impresso, rádio e televisão, quanto nas atuais e predominantes redes sociais e plataformas digitais. Tanto a reconfiguração nas estruturas do jornalismo analisadas acima, que levou à desistência da profissão, quanto a reconversão profissional, nas análises aqui examinadas, se deu pela qualificação acadêmica. Bourdieu (2007) define que:

> Pelo fato de que as estratégias de reprodução constituem um sistema e dependem do estado do sistema dos instrumentos de reprodução, assim como do estado – volume e estrutura – do

> capital a ser reproduzido, qualquer mudança em uma ou outra destas relações acarreta uma *reestruturação* do sistema das estratégias de reprodução: a *reconversão* do capital detido sob uma espécie particular em uma outra espécie, mais acessível, mais rentável e/ou mais legítima, em determinado estado do sistema dos instrumentos de reprodução, tende a determinar uma transformação da estrutura patrimonial (BOURDIEU, 2007 pg 122).

No caso de Waléria, por exemplo, ela uniu jornalismo com reconversão e trânsito no espaço de atuação para se tornar advogada defensora de mulheres do sistema prisional, paixão, segundo ela, descoberta ao exercer a profissão na área judiciária.

> WALÉRIA – Nunca pensei em largar o jornalismo. Não pensei e não penso. Eu decidi quando eu fui trabalhar no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em 2012, que eu comecei a cobrir o sistema prisional, que era uma paixão que eu já tinha desde quando eu entrei a primeira vez como repórter em uma delegacia e vi aquelas mazelas, aquelas violações, aquelas coisas todas. E aí teve ... quando eu fui para o CNJ, que eu fui entender melhor esse universo, eu percebi que a minha carteira da Fenaj não dava mais conta sozinha de fazer tudo que eu queria e eu precisava de uma carteira da OAB. E aí, mas eu tinha ... Eu estava com uma filha pequena em uma cidade sem rede de apoio e não tinha chance, assim, para mim ia ser muito difícil. Quando me mudei para Curitiba, em 2016, já cheguei aqui determinada a estudar Direito. Mas aí em 2016 ainda era o período de adaptação e tal. Aí em 2017 eu me inscrevi no Enem e perdi a data de pagamento da coisa e não consegui fazer ... perdi a data, tinha que pagar, né, a inscrição e tal. Aí em 2018 eu estava na loucura de campo, trabalhando com ... ano eleitoral é sempre o caos, né! Aí quando chegou em 2019, eu decidi e fui fazer cursinho porque eu queria que fosse na federal, porque o curso de Direito é muito caro, com filho e tal... e aí eu tirei uma nota bem boa no Enem mas mesmo assim não consegui entrar na federal, por muito pouco, mas com a minha nota bem boa, eu consegui bolsa parcial na faculdade privada aqui, mais 'power', assim, de Direito.

Em sua obra *Sobre a Televisão* – inspiração para esta pesquisa, Bourdieu (1997) tratava da mercantilização da notícia, sendo a propaganda/comercial dos meios de comunicação mais importante que as notícias, deixando o jornalismo refém de pautas ditadas pelos donos dos meios, e os jornalistas concorrentes entre si, criando uma atmosfera de competitividade típica do capitalismo.

> A concorrência econômica entre as emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes ou, como se diz, pelas fatias de mercado realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o *furo*, a informação exclusiva, a reputação na

> profissão etc., e que não vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas (BOURDIEU, 1997 p. 57-58)

A investigação das disposições sociais dos profissionais de imprensa, conforme o objeto deste estudo, está diretamente ligada ao exame da existência ou não de um *campo jornalístico*. A compreensão sobre a existência desse campo é relevante por entender que é no campo que os jornalistas se movimentam e agem no mundo social. Isto posto, *campo* pode ser entendido objetivamente como um *espaço* de posições determinadas pela distribuição desigual e competitiva de alguma forma capital; um microcosmo de atividade constituída na sociedade moderna como os campos científicos, artísticos, jurídicos, econômicos, jornalísticos; e são nascidos de conflitos ou competição. Para o caso específico do campo jornalístico, Bourdieu (1997) vincula a influência que os mecanismos de um campo jornalístico exercem, primeiramente, sobre os próprios jornalistas, para em seguida analisar essa influência em diferentes campos de produção cultural, seja no campo jurídico, literário, artístico ou científico.

Levando em consideração a competição entre colegas de classe em busca do melhor furo e da matéria/reportagem de capa, apresenta-se uma rotina sufocante de trabalho, com jornadas exaustivas (nenhum jornalista que está escrevendo uma matéria levanta e vai embora quando o horário de trabalho se encerra), cuja dominação simbólica de pautas e reportagens – busca incessante da profissão repórter, remete ao sonho infanto juvenil de nossas entrevistadas/os, quando ao pensar na faculdade de jornalismo para exercer a profissão, queria ver suas matérias estampadas nos principais jornais, revistas, rádios e TV's nacionais ou regionais.

Bourdieu (1997) também aborda a importância da profissão de jornalistas enquanto um fenômeno social, partindo do que, à época, era o que havia de mais moderno no mundo da informação e comunicação: a televisão. Desta forma, o pensador refletiu sobre a influência destes profissionais, o que nos permite conceituar a teoria bourdieusiana especificamente para esta categoria. E, mais do que isso, em se tratando do avanço da tecnologia e a penetração da internet em praticamente todas as regiões do planeta, incluindo comunidades remotas, permite-nos ampliar a reflexão do autor para o universo das plataformas digitais, ao utilizar esta citação como exemplo, substituindo mentalmente a palavra *televisão* por *internet*:

> De fato, penso que a televisão, através dos diferentes mecanismos que me esforço por descrever de maneira rápida – uma análise aprofundada e sistemática teria exigido muito mais tempo –, expõe a um grande perigo as diferentes esferas de produção cultural, arte, literatura, ciência, filosofia, direito; creio mesmo que, ao contrário do que pensam e dizem, sem dúvida com toda a boa-fé, os jornalistas mais conscientes de suas responsabilidades, ela expõe a um perigo não menor a vida política e a democracia. Eu poderia prová-lo facilmente analisando o tratamento que, levada pela busca da mais ampla audiência, a televisão, seguida por uma parte da imprensa, concedeu aos fomentadores de discursos e de atos xenófobos e racistas, ou mostrando as concessões que ela faz todos os dias a uma visão estreita e estreitamente nacional, para não dizer nacionalista, da política (BOURDIEU, 1997, p. 10).

Entre os entrevistados, duas jornalistas passaram por mais de dez redações ao longo de suas trajetórias profissionais, distribuídas entre veículos impressos, portais de notícias e televisivos. Outro profissional atuou em praticamente todos os meios de comunicação da Paraíba, submetido a carga excessiva de trabalho, sobretudo nos finais de semana, em função da cobertura esportiva estadual e nacional. Um quarto entrevistado alcançou posição de destaque como redator de um caderno especial de fim de semana em jornal de grande circulação no estado; contudo, não possuía autonomia editorial, já que as pautas eram definidas em reuniões fechadas pela direção do jornal e, em grande medida, orientadas pelos interesses de patrocinadores. Essa circunstância gerou profunda frustração e o levou a buscar outra área profissional, apesar de já integrado ao campo jornalístico paraibano. Para Bourdieu,

> Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças" (BOURDIEU, 1997 pg 57).

A partir da análise das oito trajetórias, observa-se que a permanência no campo jornalístico exige investimento constante de energia, elevada competitividade e a mobilização de estratégias específicas. Essa disposição aparece de forma mais explícita apenas em Waléria e Fernando, que se declaram apaixonados pela profissão e inclinados a enfrentar os desafios impostos pelo campo jornalístico. Duas das entrevistadas permaneceram no jornalismo em razão da aprovação em concursos públicos, o que lhes garantiu estabilidade e direitos trabalhistas, sobretudo no que se refere à aposentadoria.

Em contraste, uma jornalista afirma não desejar mais atuar na área após vivenciar relações de trabalho abusivas e baixa remuneração; outra encontra-se dividida entre dois empregadores, situação que produz angústia, ansiedade e recorrentes desejos de desistência. Há, ainda, o caso de um jornalista premiado que precisou deixar seu estado natal diante da inexistência de oportunidades profissionais, bem como o de uma jornalista que permanece na profissão em razão do baixo valor de sua aposentadoria.

Assim sendo, a presente pesquisa pretende abordar a experiência de jornalistas paraibanos e nacionais, sua trajetória e construção da condição de classe e condicionamentos sociais (Bourdieu, 2007). Para tanto, a investigação sobre o espaço e o campo jornalístico tem influência forte na perspectiva de jornalistas experientes, com mais de dez anos de prática profissional. Dito isto, a partir da percepção das práticas culturais e sociais de nossas entrevistadas/os, o que mais chama atenção é a paixão pelo jornalismo desde um olhar infantojuvenil. Das oito entrevistas, sete afirmaram que a escolha pela profissão se deu ainda no ensino fundamental ou médio. Este retrato aproxima as disposições socioculturais do espaço jornalístico, qualquer que seja a região e a cultura das nossas análises. Do sertão ao brejo paraibano até a Ilha do Marajó, no norte do país, descendo ao sul brasileiro, o desejo pela profissão aconteceu sob trajetórias distintas que se entrelaçam pela semelhança cultural, educacional e familiar: todas e todos oriundos da classe trabalhadora e ascenderam por meio do estudo em diferentes níveis e condições, no entanto a reprodução das disposições profissionais se aproximam ao longo da carreira. Um caso emblemático é do jornalista que ganhou o único Prêmio Esso na Paraíba e teve de desistir de exercer a profissão no estado por pressões políticas e econômicas.

Em se tratando de profissionais, em sua maioria, formados na virada dos anos 1990 e 2000, a pergunta sobre adaptação às novas tecnologias digitais que substituíram rapidamente a vida analógica da máquina de escrever, caneta, bloquinho de mão e gravador a pilha, a maioria conseguiu se adaptar e trabalhar sem sufoco até a virada da década do ano 2010, quando explodiu, em nível mundial, a entrada do que hoje chamamos de redes sociais. A ruptura foi tão veloz que, pouco mais de uma década depois, alterou os rumos da sociedade e do mundo do trabalho.

A fusão das atividades jornalísticas ocorreu paulatinamente e de forma quase que imperceptível, ao passo que promoveu o profissional ao cargo de repórter multimídia, unindo as funções de produção e reportagem, ao mesmo tempo, para vários veículos. Iniciou-se, então, uma nova fase dentro das redações: um jornalista só passou a ser

repórter de TV, de rádio, de sites e jornal impresso, sendo que para cada meio de comunicação, existe uma forma própria de se comunicar.

Essa tendência acarretou mudanças drásticas dentro da linguagem jornalística, "[...] representando a digitalização a convergência de vários formatos (vídeo, áudio, texto) numa solução tecnológica para a distribuição de um produto único, o que requer capacidade ampliada para processar todos esses materiais (BOLAÑOS, 2016, p. 05). Portanto, a adoção de novas tecnologias são ingredientes que – ainda – tendem a transformar o universo jornalístico.

> O trabalho na área da informação produz relações de identidade complexas que consideramos ser cada vez mais objetos de estudo pertinentes, no contexto das mudanças significativas que ocorrem no âmbito dos fluxos de atividade e mobilidade (física e/ ou virtual) requeridas no vasto campo da informação, conhecimento e comunicação. Esta ideia está presente nos debates atuais desenvolvidos pelos próprios jornalistas (MATOS e RHUKUZAGE, 2015, p. 339).

No caso da Paraíba, houve uma grande transformação. A partir de resgate via história oral, contada por dirigentes sindicais do Sindicato de Jornalistas da Paraíba – aqui gostaria de agradecer a enorme atenção dada a esta pesquisa desde o início dos estudos, ainda em 2021, por este sindicato. Em especial ao ex-presidente Land Seixas (*in memoriam*), ao qual, de forma acolhedora, sempre respondeu aos questionamentos desta jornalista e pesquisadora.

Em abril de 2020, o Estado da Paraíba acompanhou o fechamento de seu último grande jornal impresso quando, após 66 anos de funcionamento, o *Jornal Correio da Paraíba* finalizou suas atividades, deixando um legado de jornalistas desempregados em meio à pandemia. *O Norte*[29], outro grande periódico que deixou de circular neste século, teve sua primeira edição impressa em maio de 1908, e a última em fevereiro de 2012 e, junto do também extinto *Diário de Borborema*, que circulava em Campina Grande-PB, fazia parte dos *Diários Associados*, conglomerado de comunicação fundado nas primeiras décadas do século XX pelo paraibano Assis Chateaubriand[30]. Atualmente o Estado da

[29] Os impressos *Correio da Paraíba* e *O Norte*, tinham suas sedes em João Pessoa, assim como *A União*, que continua com a redação e o parque gráfico na capital paraibana.

[30] *Chatô*, o rei do Brasil - como ficou eternizado na biografia escrita por Fernando Morais (1994) - ficou mundialmente conhecido como o barão da mídia brasileira ao se tornar, aos 32 anos, dono do maior conglomerado de empresas de comunicação, incluindo jornais impressos, rádios e televisões. A história de vida do personagem paraibano se funde com o período da pré-industrialização do país, no final da década de 1940.

Paraíba conta somente com um jornal impresso, *A União*, subsidiado pelo Governo do Estado. A migração dos impressos para a mídia digital é um fenômeno que já vem ocorrendo desde o início dos anos 2000, promovendo transformações tanto no cotidiano do jornalismo, quanto na rotina do jornalista e, por que não, afirmar na sociedade como um todo.

> No jornalismo, como em outros universos, a crise é complexa, multifacetada e dinâmica. Nas últimas décadas, ela tem se materializado na queda das tiragens dos jornais, extinção de revistas, diminuição das audiências na televisão, demissão de profissionais e o consequente enxugamento das redações. Observamos também o desaparecimento de veículos e a falência de empresas, o abandono de algumas práticas e o desvio de funções antes consideradas constitutivas do gesto de informar. Mas a crise do jornalismo não se restringe à míngua de dinheiro (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 16-17).

Na verdade, a crise do jornalismo e dos jornalistas é a crise do capitalismo que se apresenta de forma intensa desde a virada da década de 2010 para 2020. Um capitalismo de plataforma, que metamorfoseou as relações de trabalho tanto do ponto de vista social quanto laboral. As transformações são profundas e atinge não apenas o Brasil, mas todo o cenário global. A chegada de plataformas digitais tomou conta do mundo do trabalho e, no jornalismo não foi diferente. Paulatinamente os impressos deram lugar aos portais de notícia e, de repente, em um piscar de olhos, as bancas de jornais deixaram de expor jornalões e, inclusive, deixaram de existir. Neste sentido, de forma abrupta, as notícias que antes eram buscadas em sites passaram a se informar e consumir notícias selecionadas por conglomerados da internet.

Para Christofoletti (2019), essa nova configuração colocou o jornalismo e jornalistas nas mãos de gigantes da tecnologia, alterando o mercado econômico e laboral do setor, trazendo à tona questões éticas e de desinformação.

> A situação fica mais drástica para jornalistas e meios de comunicação quando se percebe que os sistemas das plataformas de tecnologia não são transparentes e que as regras para organizar e distribuir conteúdo são desconhecidas até mesmo pelos produtores de notícias. Para além da vulnerabilidade comercial das organizações de notícias, há a agudização de um problema cívico: a imprensa de plataforma se viabiliza por negócios privados que distribuem informação a partir de sistemas técnicos obscuros e que se movem por interesses privados (geralmente mercantis) e não públicos. Se o modelo de negócios das

> plataformas se rege pela intensa exposição de conteúdos, pela circulação e recirculação deles, pouco importará se tais informações são verdadeiras ou não, responsavelmente balizadas em apuração ou não. Vai importar e viralizar (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 50).

Essa nova reconfiguração afeta diretamente na contratação de profissionais da imprensa tanto do ponto de vista de contratação, quanto da precarização. A quantidade de jornalistas dentro de uma redação é reduzida pois um profissional é capaz de fazer o trabalho de cinco ou mais, já que não se vai mais para as ruas cobrirem pautas. O relato da entrevistada Fátima mostra o estresse e o assédio por meio da pressão em escrever matérias a partir de entrevistas online transmitidas por outras emissoras. Fernando relata que, após o fechamento do Correio da Paraíba, o Portal do Correio absorveu apenas um profissional: ele. A justificativa foi a de que um jornalista pode realizar o trabalho de três ou mais repórteres já que a apuração é toda feita online dentro de uma redação diminuta.

Neste sentido, Antunes (2023) destaca que o trabalho plataforrmizado remonta ao início da Revolução Industrial, com jornadas prolongadas e exaustivas e níveis intensos de exploração da mão-de-obra profissional, formando, o que o autor denomina por "novo proletariado de serviços na era digital".

> Cria-se, desse modo, uma disponibilidade enorme para o labor, possibilitada pela expansão do trabalho *on-line, digital*, pelos "aplicativos" e plataformas que se utilizam cada vez mais intensamente dessa força de trabalho sobrante que, entretanto, é apresentada pelas plataformas como "prestadora de serviços", "trabalho autônomo", configurando modalidades de trabalho que mascaram o trabalho assalariado, *individualizando-o, invisibilizando-o* e, assim, escapando da legislação social do trabalho existente onde essas plataformas atuam (ANTUNES, 2019, pg 21-22).

Para se ter uma visualização desta característica que predomina nas redações jornalísticas em Brasília/DF, epicentro da política nacional e historicamente ambiente propício para recepcionar jornalistas de todo país interessados em desenvolver suas carreiras, a média salarial em novembro/dezembro de 2025, em assessorias de imprensa e comunicação dos Ministérios, orbita entre R$ 6.500 a R$ 8.000, em regime de contratação terceirizada via MEI que eu chamaria de híbrida, levando em consideração as declarações de Fátima: na Esplanada dos Ministérios maioria de jornalistas contratados servem a dois patrões (a empresa terceirizada e às chefias das assessorias de comunicação), cuja pressão diária se traduz em números: total de matérias publicadas controladas por meio de aplicativos internos a exemplo do Trello ou outras plataformas

de vigilância. Dito isto, cabe ressaltar que os valores oferecidos através da pejotização são de oito horas semanais, sob controle e supervisão das chefias tanto do Ministério quanto da empresa terceirizada. Esta terceirização sem limites precarizou ainda mais as relações de trabalho, sendo esta a predominância da dinâmica das assessorias de imprensa estatais. Ademais, para fins de burlar o sistema, muitas instituições públicas federais utilizam-se de consultorias e bolsas disfarçadas de salário cujo regime segue sendo de oito horas diárias e 40 horas semanais, com as mesmas características da CLT.

Em veículos de comunicação não é diferente. O que chama atenção neste microcosmo jornalístico é a atuação no campo e espaço destes profissionais: repórteres de elite que impulsionam tanto a credibilidade ao representar a empresa, quanto a parte econômica gerando pomposos comerciais entre a programação de programas jornalísticos, são merecedores de salários acima da média profissional. E quem seriam esses repórteres/jornalistas de elite? O campo jornalístico é um espaço social estruturado onde há dominante e dominados e cada profissional exerce poder simbólico de acordo com seu capital cultural – aqui se trata mais de disputas intelectuais do que econômicas, em que pese a relação que se dá dentro dos espaços jornalísticos, afinal estamos analisando trajetórias – onde há lutas de forças e espaços de desigualdade (salarial ou de posição dentro do ambiente: a editoria política é diferente da editoria de esportes, por exemplo) para distinguir a posição dentro de uma redação seja jornalística, seja de assessoria de imprensa.

Dito isto, reside aqui outro questionamento que faz parte da análise de trajetórias desta pesquisa: existe jornalista de elite dentro de assessorias de instituições públicas? Existe! E a sua distinção se dá por meio da ocupação dos espaços sociais e sua correlação de forças internas. Um assessor de imprensa que trabalha diretamente com ministros ou ministras, assessorando e viajando colado ao chefe de Estado é totalmente diferenciado de jornalistas que prestam serviço terceirizado em assessorias destes órgão, servindo ao mesmo ministério, no entanto sua distinção salarial e ocupacional dentro de um mesmo espaço coloca jornalistas e assessores de imprensa em outro patamar de comparação gerando, desta forma, capital simbólico que coloca assessores ministeriais acima da assessoria de comunicação. As relações salariais e de força dentro do mesmo espaço de atuação, portanto, são definidas a partir da forma de contratação, e do uso do poder econômico entre as diferenças salariais para distinguir quem é quem dentro do mesmo espaço profissional.

Essa realidade que não é nova, incide diretamente na precarização do trabalho em sua forma de contratação laboral e diferença salarial, além de afetar as relações sociais dentro do mesmo ambiente de trabalho. Bourdieu (1997), trata desta questão ao relacionar as editorias: repórteres de política ganham mais porque precisam transitar em espaços políticos, jurídicos, culturais, além de compreender as disposições estruturadas no capital simbólico e cultural. Para ele, a editoria que divide uma redação de profissionais, exerce poder e influência na posição de jornalistas dentro de um mesmo espaço.

Trazendo para a realidade deste estudo, podemos afirmar que, para Aline foi mais fácil desistir da profissão porque ela não disputava espaço e nem ambicionava posição de destaque. Seu intuito sempre foi conseguir se sustentar e ter uma vida tranquila sem pressão de horário para fechar matéria e assédio por ter de seguir regras subjetivas impostas pela cultura política paraibana.

> ALINE – quando eu estava no Governo do Estado, com a vice-governadora, foi aí que eu comecei a pensar em fazer sistemas para a internet. Porque eu pensei, não quero isso aqui pra mim o resto da vida, não ... eu tava com abuso já! Lá com a vice-governadora era horrível. Acho que fiquei lá só um ano, não aguentei porque eu não levo desaforo. Teve um dia que ... a vice-governadora era Lígia né, ainda nem sei se ela é até hoje 23'19 que é esposa de Damião Feliciano. Aí que eles não iam lá sempre (no gabinete), na verdade quase não ia. Mas quando ia, chegava na hora da gente ir embora, quando estava se arrumando pra ir embora aí chegava alguém e dizia: para que eles estão chegando! Aí lá ia a gente esperar, já era 19h, depois de ter passado a tarde toda trabalhado. Teve uma vez, uma reunião que Damião Feliciano juntou todo mundo, e ele não era o vice, ele era esposo da vice e deputado federal. Aí chegou lá na reunião e {disse} – olhe, não sei o que não sei o que (imitando voz de gritos) a gente é uma equipe, mas ó quando eu mandar pular na piscina é pra vocês pularem e não perguntarem o porquê! Aí eu assim, é pow? vai sonhando que é assim ... eu nunca fui dessas assim sabe de aceitar assim ... eu não preciso nada disso, sabe.

Aline sentiu que a situação saiu do limite do suportável e, em acordo com seu capital simbólico adquirido dentro das redações jornalísticas, buscou reestruturar outra forma de adquirir capital econômico para reconfigurar sua profissão e, desta forma, buscou a reconversão de capitais para sair do jornalismo a partir da experiencia adquirida com o jornalismo. Outra fala que merece atenção é a de Fátima, quando ela relata a tensão de trabalhar para dois patrões e receber um salário baixo, além da pressão por alta performance metrificada por um aplicativo que avalia a produtividade diária.

> FÁTIMA – Eu tenho essa sensação e é uma sensação que te gera ansiedade, entendeu? Que gera uma certa ansiedade até hoje em

> dia e como isso é contabilizado para a empresa. Quanto mais tu trabalhas, quanto mais é, por exemplo, textos se produz, isso não tem interesse porque ela (empresa) está recebendo, né? Porém, quando tu estás dentro do Ministério, tu não ficas restrito a isso e tu acaba tendo que fazer várias outras coisas e não ocupando o teu tempo para o que vai de fato pagar o teu salário, entendeu? Então isso é uma coisa que gera ansiedade, tu saberes que tu tens que botar um texto ali, o ideal seria colocar um texto por dia pra tu ser considerada uma pessoa produtiva, só que tu estás fazendo outras tarefas que não são contabilizadas para a empresa, mas são contabilizadas para tua chefia imediata dentro do Ministério. Eles (a empresa) fazem isso mensalmente, mas durante o mês eles já ficam na pressão para saber quanto a gente está gerando, entendeu, quanto que eles vão poder contar, digamos, de entradas (de matérias no aplicativo). Com certeza há dois patrões.

A pressão por trabalhos digitalizados no serviço público, configura, segundo Druck e Vieira (2024), a entrada da *uberização* do serviço público, impondo práticas da iniciativa privada em ambiente, substituindo o déficit de servidores públicos por empresas privadas. De acordo com o estudo das autoras, "em 2040, mais de 68 mil servidores aptos a se aposentar poderão ser substituídos por automação". Para elas,

> Essas informações e previsões indicam como o avanço da automação no serviço público, assim como a sua enfática defesa pelas empresas da área de TIC's está subordinada à lógica privada, que rege também a PEC 32, quando amplia a terceirização e a transferência de serviços públicos para a iniciativa privada (DRUCK; VIEIRA 2024 pg 316)

Esta situação, recorrente no serviço público federal quando se trata de constituir uma equipe de assessoria de comunicação, é tema de questionamento por parte da Fenaj e Sindicatos de Jornalistas, que pressiona o Estado a abrir vagas para jornalistas em concursos públicos federais. A instituição solicitou, no ano de 2023, reunião com o Ministério de Gestão e Inovação (MGI), para dialogar sobre a necessidade de substituir a terceirização de empresas de comunicação por servidores públicos[31]. De acordo com a entidade sindical, "mais de 1/3 dos jornalistas brasileiros (34,9%) trabalham fora da mídia, contemplando atividades como assessoria de imprensa ou comunicação, produção de conteúdo para mídias digitais ou outras ações que utilizam conhecimento jornalístico".

> Atualmente há um número significativo de jornalistas nos diversos ministérios e empresas federais, mas a maioria não é concursada. "Muito pelo contrário, muitos são contratados de maneiras que burlam a legislação trabalhista, como pessoas jurídicas (PJs), mas que ao mesmo tempo têm trabalho habitual e

[31] https://fenaj.org.br/fenaj-solicita-ao-ministerio-da-gestao-vagas-para-jornalistas-em-novos-concursos-federais/, visto em 20 de janeiro de 2026.

> remunerado, seno contratados por empresas ou agências de Comunicação que prestam serviço ao governo", destaca Márcia Quintanilha. Muitas vezes, estes profissionais recebem pagamentos bem abaixo do que prevê os acordos coletivos negociados pelos sindicatos (https://fenaj.org.br/fenaj-solicita-ao-ministerio-da-gestao-vagas-para-jornalistas-em-novos-concursos-federais/).

A pesquisa sobre o Perfil do Jornalista Brasileiro identificou que mais de 1/3 dos jornalistas brasileiros (34,9%) trabalham fora da mídia, contemplando atividades como assessoria de imprensa ou comunicação, produção de conteúdo para mídias digitais ou outras ações que utilizam conhecimento jornalístico. A investigação aponta que 43,4% desses trabalhadores têm como atividade principal a assessorias de imprensa e, neste sentido, a Fenaj defende a criação de carreira de jornalista nas administrações públicas federal, estaduais e municipais.

2.1 Mercado de trabalho jornalístico: mídia eletrônica, jornalismo independente ou concurso público?

A compreensão de que a precarização do trabalho de jornalistas está inculcada no discurso de entidades de classe como Fenaj e sindicatos de jornalistas, além de instituições de pesquisa como USP e Fundacentro, revelou a dimensão da desestruturação da categoria em todo o país. De acordo com o Censo do Ensino Superior de 2023, publicado pelo Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira[32] – INEP, existem, em todo o país, 196 cursos de Jornalismo e dois em todo estado da Paraíba, concentradas na Universidade Federal da Paraíba/UFPB em João Pessoa, e na Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, em Campina Grande.

Considerando que o ensino superior prepara para exercer a profissão, mesmo que esta não exija diploma, o estado da Paraíba, além do escasso ou quase inexistente campo de trabalho jornalístico, sofre com os chamados desertos de notícias. De acordo com o Atlas de Notícias[33], a região Nordeste enfrenta desafios do ponto de vista de informação. Conforme levantamento do mapeamento em 2024, rádios ainda seguem sendo a maior

[32] https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados visto em 30 de julho de 2025.

[33] O **Atlas da Notícia** é um mapeamento de veículos produtores de notícias – especialmente de jornalismo local – no território brasileiro. O levantamento é produzido por uma rede de estudantes e voluntários, coordenados por nossos pesquisadores regionais - https://atlas.jor.br/institucional/sobre-o-atlas-da-noticia/ visto em 01 de agosto de 2025.

fonte de notícias, junto de plataformas digitais específicas de jornalismo, sendo responsável por 85% das iniciativas jornalísticas mapeadas. Ainda conforme o estudo, "283 novos veículos foram adicionados à base, um crescimento de mais de 10%, na comparação com o mapeamento anterior (2023). Com isso, 143 municípios nordestinos deixaram de ser classificados como desertos de notícias". No entanto, este censo revela que "o Nordeste ainda tem a maior quantidade de desertos de notícias do país: 890 municípios", sendo a segunda região com maior número de desertos noticiosos, perdendo apenas para o Sudeste. Isso quer dizer que, "em 49,61% dos municípios nordestinos, as populações não têm acesso à informação sobre sua comunidade produzida e checada pelo jornalismo local", sendo alimentada de informações por veículos de mídia de capitais ou em nível nacional.

> A região ainda tem 488 municípios quase-desertos. Esses são lugares onde foram mapeados apenas um ou dois veículos jornalísticos. Ou seja, são territórios que correm grande risco de se tornarem desertos de notícias. Se somarmos os desertos com os quase-desertos, podemos afirmar que mais de 76% dos municípios nordestinos apresentam um ambiente de notícias frágil. Entre outras questões, isso representa um grande desafio para o combate à desinformação na região (https://atlas.jor.br/atlas-v-7/nordeste-reduz-desertos-de-noticias-mas-ainda-enfrenta-desafios/)

Outras edições do Atlas da Notícia apontaram que "os estados nordestinos com maior concentração de veículos jornalísticos são Bahia (861), Maranhão (392), Pernambuco (378) e Ceará (316). Apenas na Bahia, a pesquisa encontrou 73 impressos, 482 online, 275 rádios e 31 TVs".

Quantidade de desertos de notícia no NE[34]

Estado	Desertos	Proporção desertos/municípios	Variação vs 2023
AL	49	48,04%	-13
CE	76	41,30%	-8
PB	125	56,05%	-13
PE	62	33,51%	-31
BA	153	36,69%	-22
PI	163	72,77%	-8
RN	110	65,87%	-18
SE	37	49,33%	-5
MA	115	53,00%	-10

O quadro apresentado pelo Atlas de Notícias, também demonstrou que a tendencia consolidada é de iniciativas jornalísticas que existem apenas nas redes sociais. “Essas páginas geralmente produzem conteúdos mais curtos, com notícias sobre trânsito, violência, política e o calendário de eventos das cidades. Elas podem ser administradas por uma única pessoa e exibem recorrentemente anúncios pagos por prefeituras e pelo comércio local”. A revelação do Atlas de Notícias produz outros questionamentos sobre a trajetória de trabalho no Nordeste brasileiro.

Em que pese o crescimento da região Nordeste entre 2003 e 2015 com investimentos públicos federais, sua história é marcada por forte desigualdade social,

[34] Conforme estudo do Atlas de Notícias, censo de 2024.

econômica e estrutural. Sobre os desertos de notícias, Waléria, formada no início dos anos 2000, já entendia que havia apagões de comunicação e falta de jornalismo profissional para propagar notícias, especialmente com foco no Norte do Brasil, região amazônica. Segundo seu relato, foi esta uma das percepções que a fez entrar no jornalismo para, como ela mesma destaca, "salvar o mundo".

> WALÉRIA – Era muito a ideologia de salvar o mundo. Até porque eu venho de uma família muito pobre, da periferia de Belém e eu sou a primeira pessoa da minha família a ter curso superior. Então não era só entrar numa universidade pública, mas a entrar em uma universidade. Então eu não tinha muito parâmetro nem do que é que era fazer uma faculdade. Eu lembro que no meu primeiro dia de aula, que teve o guardamento do curso, fez tipo uma pesquisa, mandou a gente escreveu no papel porque é que a gente estava naquele curso. E aí quando todo mundo entregou, aí ficou lá lendo, aí ele perguntou, quem é Waléria? Eu já me tremi toda, né risos eu falei, meu Deus, já comecei fazendo merda. Aí eu falei eu, por quê? Aí ele riu. Nunca vou esquecer ... ele disse assim, 'o teu caso por comunicação é patológico, né?' risos eu falei por quê? Tipo, bem sem entender direito ... ele falou, meu Deus, tu respondeste em duas laudas porque tu estás nesse curso e todos os caminhos, tudo que tu enxergas para comunicação, ééééé ... e acho que é isso. Eu nunca, nunca me frustrei com jornalismo pra ser bem sincera ... Eu nasci em Belém, mas eu mudei para Ananindeua com 12 anos e a família da minha mãe é do Marajó, e a do meu pai é de Macapá, no Amapá. E eu não conseguia, tipo não entrava na minha cabeça, como é que os municípios do Marajó não se conectavam estando todos no mesmo arquipélago. Então, um dos meus grandes sonhos de vida, era isso, quando eu entrei na faculdade e no curso.

De acordo com Oliveira e Rodgers (2021), foi na década de 1950 que a região Nordeste ganhou holofotes em nível nacional a partir do olhar crítico do economista paraibano Celso Furtado. Seus esforços levaram à criação da Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – importante instituição que injetou recursos para acelerar o crescimento industrial do Nordeste e colocar a região na concorrência nacional.

> Os investimentos se concentraram em grandes projetos industriais, agrícolas ou de serviços, com destaque para as regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, com as áreas mais dinâmicas passando a coexistir com grandes sub-regiões estagnadas. De outra parte, as heranças do trabalho escravo e da estrutura fundiária baseada no latifúndio, associadas ao longo e parcial processo de incorporação do trabalho assalariado e à grande disponibilidade de mão de obra, condicionaram a manutenção de relações espoliativas de trabalho e de baixos níveis de remuneração, mesmo com os novos projetos

> e os processos de modernização econômica (Guimarães Neto, 1997) (OLIVEIRA; RODGERS, pg 23, 2021).

Nos anos subsequentes, a desigualdade regional ora piorava, ora apresentava pequenas melhoras, conforme os humores políticos e econômicos do Brasil e a metamorfose capitalista global. Nos anos de 1990, por exemplo, a entrada do neoliberalismo mexeu mais uma vez com o Nordeste brasileiro, trazendo mais desequilíbrio entre as outras regiões, em especial às regiões Sul e Sudeste, São Paulo em destaque devido ao impulsionamento da industrialização. De acordo com Oliveira e Rodgers (2021, p.22), "essas estruturas e forças operam em vários níveis, no ambiente macroeconômico e macrossocial, no nível do sistema de produção e da comunidade local, assim como nas empresas e até mesmo nas famílias". As crises enfrentadas a partir do novo milênio, acentuaram mais ainda as desigualdades que, apesar de forte investimento no setor produtivo e de infraestrutura, tal qual a transposição do Rio São Francisco e concentração de recursos no Complexo Industrial Portuário de SUAPE, os níveis de pobreza e de desigualdade continuaram elevados (Oliveira; Rodgers, pg 22).

Ademais, a histórica instabilidade política nacional, onde os Três Poderes deliberam em desarmonia, como por exemplo a "Constituição Cidadã", promulgada em 1988 ao fim da ditadura militar, que garantiu direitos fundamentais e estabeleceu – ou pelo menos tentou – a redemocratização e a implementação de um Estado Democrático de Direitos, desde sua promulgação sofre ataques e ameaças por meio de Emendas Constitucionais e outros recursos jurídicos que impedem a plena execução da Constituição brasileira[35]. Neste sentido, as reformas de estado que o Brasil sofreu a cada troca de gestão, cujas forças de poder se dão, especialmente, por meio de partidos políticos – ora governados por ideologias mais à esquerda, ora mais à direita, ou como foi o caso da última grande reforma, por meio de golpe de Estado.

No entanto, tratar da relação de forças de trabalho de forma histórica, no Brasil e países periféricos, é lembrar do processo de estruturação do Estado brasileiro na passagem dos anos 1930, de uma economia rural mesclada com padrões escravocratas, para um capitalismo de produção industrial se desenvolvendo em áreas urbanas. Esta metamorfose é fundamental para se entender o Brasil de hoje, que enfrenta desigualdades socioeconômicas semelhantes em relação à força de trabalho produzida sob o mantra do capitalismo de plataforma, cujo excedente de mão de obra e estrutura do mundo do

[35] Sobre este tema, discorro o histórico constitucional do país em minha dissertação

trabalho, segundo Antunes (2023), não é uma transformação recente. Diante disso, Francisco de Oliveira (2003) aponta, de forma cirúrgica, os contornos feitos tanto do ponto de vista da estrutura de Estado que estava sendo construída a partir de políticos populistas, quanto da visão empresarial que submergia com experiencias laborais praticadas no campo para a cidade. Nessa perspectiva, o autor destaca que:

> (...) a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primária-exportadora. Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das "especificidades particulares" da expansão do sistema (OLIVEIRA, pg 63, 2003).

Dito de outra forma, as dinâmicas políticas e econômicas do país se dão a partir de um conjunto de relação de forças dominantes de um capital político, econômico e simbólico, cujas relações de forças se dão a partir de interesses voltados a uma elite empresarial em detrimento das agendas sociais. udo isso para explicar a maneira como a Reforma Trabalhista aconteceu, no ano de 2017, que praticamente surrupiou todos os direitos da classe trabalhadora. Essa dinâmica política e econômica eu explico na minha dissertação de mestrado que trata de analisar a Reforma Trabalhista sob a perspectiva da retirada de direitos fundamentais e humanos que garantiam, minimamente, dignidade para a classe trabalhadora. Neste sentido, sob a luz da reforma que reestruturou o mercado de trabalho brasileiro, com recorte para a região Nordeste, Oliveira e Rodgers (2021), destacam a situação regional como uma tragédia do ponto de vista das relações laborais e a condição precária de trabalho. Para além destas imposições políticas, o ano de 2020 a 2022 deixa marcas profundas de retrocesso não apenas nacional, mas mundial, com a pandemia da COVID-19, que transformou o capitalismo de plataforma para um patamar mais agressivo de disputas econômicas e aprofundou a desigualdade socioeconômica a níveis descomunais. Segundo os autores,

> A Reforma Trabalhista, posta em vigência em 2017, visou introduzir um outro padrão de regulação das relações de trabalho, de teor claramente precarizante, aproximando o formal do informal. Na confluência de tudo isso, a crise econômica e a ofensiva política contra o direito dos trabalhadores, somados aos impactos da pandemia da COVID-19 sobre a economia e o emprego, o Nordeste perde mais que a média do país, com aumentos desproporcionais nos níveis de desocupação e na subutilização da força de trabalho (OLIVEIRA; RODGERS, pg 24, 2021).

Diversos estudos foram produzidos a partir da tragédia de alcance global desencadeada pela declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), que reconheceu o surto da COVID-19 como uma pandemia. No plano profissional, a prática jornalística foi profundamente afetada, uma vez que a cobertura exigia a atuação direta nas ruas e nas redações, com o objetivo de informar a população sobre a evolução da crise sanitária no Brasil e no mundo. Esse cenário tornou-se ainda mais crítico diante de uma gestão federal que minimizava a gravidade da doença e desdenhava do número de mortes e do colapso social, expondo de forma aguda os profissionais de imprensa a situações de risco. No conjunto das entrevistas realizadas, apenas Graziela, jornalista concursada da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), relatou ter vivenciado diretamente esse contexto de perigo. À época, a EBC era dirigida por gestores alinhados a posições negacionistas, o que agravava as condições de trabalho. Segundo seu relato, a tragédia não assumiu proporções ainda maiores em razão da mobilização coletiva e da união entre os jornalistas.

> GRAZIELA – Nesse período, eu trabalhava num programa de reportagens especiais chamado Caminhos da Reportagem, então a gente não estava na pauta diária. Isso foi uma certa proteção, porque quem estava cobrindo a pauta diária tinha que ir para a rua normalmente. Inclusive o pessoal foi cobrir o Bolsonaro, que tirou a máscara anunciando que tinha COVID, enfim, quem estava no dia a dia, no factual, pegou toda essa confusão aí. Como eu estava numa reportagem de mais longo prazo, eu fazia produção e reportagem, então a gente fez o seguinte acordo: quando a gente estava produzindo e escrevendo, fazia de casa para não ficar aglomerando na redação. Quanto a gente tinha que gravar presencialmente, se fosse alguém de Brasília, então a gente ia presencialmente, sei lá, uma ou duas vezes na semana, de máscara e tal, avisava a pessoa para ter todos os cuidados. Às vezes deu certo, às vezes não dava certo, que às vezes você chegava lá, a pessoa não estava nem aí, não estava de máscara, estava em lugar fechado. Mas a gente tentou assim, marcar em lugares abertos, em uma pracinha perto da casa da pessoa, do lado de fora, enfim, então algum nível de segurança a gente conseguiu ter. A gente não ficou superexposto, não ficou 100% preservado, mas também não ficou superexposto com esse acordo aí. Fora que assim, muita gente só topava gravar, mesmo à distância, né? Remoto. Então isso acabou que nos protegeu também. O acordo, feito diretamente com a minha coordenadora imediata, que era uma pessoa assim, sensível, e organizou esse processo de trabalho para toda a equipe dela. Mas assim, por um momento foi um acordo que a chefia dela concordou. Mas com o passar do tempo na pandemia e com a pressão do governo Bolsonaro para

> que todo mundo voltasse, como era uma gestão bolsonarista da empresa, então as chefias começaram a fazer pressão para que todo mundo voltasse também, e pressionar minha chefe para que ela colocasse a equipe dela para voltar 100% presencial. A gente conseguiu segurar um tempo ... é ... a minha chefe realmente foi um bom escudo. Assim, ela sempre fez uma boa barreira, porque ela sempre argumentava, 'não, não tem necessidade, a minha equipe está trabalhando, está entregando, quando tem que gravar, eles vão, nunca se negaram a ir mas eles, enfim, não precisam estar todo mundo aqui no presencial, sendo que está todo mundo trabalho está funcionando da maneira que está. Então, com isso, com alguma briga, com algum nível de argumentação, ela fez uma barreira e a gente só voltou ao 100% presencial quando tomou vacina. Ah, quer dizer, teve um detalhe! Durante um tempo, a empresa colocou todo mundo remoto. Depois de um tempo, ela mandou todo mundo voltar. Você só poderia ficar remoto se você tivesse alguma condição de saúde comprovada. Como eu tenho histórico de asma, então apresentei atestado e eu pude ficar nesse esquema por isso. Outras pessoas que não tinham, tiveram que voltar muito antes na redação e ficar presencial. Então, assim, eu fiquei até a vacina porque eu tinha essa condição específica, mas assim não foi algo... Foi por um tempo aceito pela empresa e depois foi mesmo, assim, algo conseguido na pressão. Assim, muita tensão. Muito 'ah, vamos mandar vocês voltarem, ah tem que voltar porque só os preguiçosos que estão em casa. Foi uma tensão bem grande nesse período, na verdade, e assim a pressão das pessoas dizendo que não iam voltar, que iam entrar na justiça, que etc ... e da minha chefe também, que fez esse enfrentamento, esse diálogo, contribuiu para que a gente só voltasse 100% quando tomou a vacina quem tinha atestado médico. Quem não tinha, foi obrigado a voltar antes.

De acordo com dossiê apresentado pela FENAJ, em dois anos de pandemia, foram registradas 314 mortes de jornalistas[36]. Conforme acompanhamento realizado pela instituição,

> O Relatório sobre jornalistas vítimas de Covid-19 no Brasil produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), por meio de seu Departamento de Saúde acompanha a evolução dos casos e detectou, tristemente, que o país é o recordista de mortes de profissionais de imprensa por Covid-19, em todo o mundo, seguido pela Índia, Peru e México, segundo dados do portal Press Emblem Campaign (Dossiê jornalistas vitimados pela COVID-19, pg 2).

[36] https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/03/RELAT%C3%93RIO-FENAJ-COVID_MAR%C3%87O-22.pdf. Visto em dezembro de 2025.

O relatório, à época, era atualizado constantemente e, a FENAJ contou com o empenho coletivo de toda a direção da federação, bem como das direções estaduais dos Sindicatos: "a FENAJ continua denunciando a prática genocida do governo federal como a principal responsável pela dimensão da pandemia no Brasil e lutando por um Brasil melhor, mais junto, sem Bolsonaro e suas milícias", escreveu a entidade em seu documento. Neste sentido, o apoio da classe sindical foi fundamental para denunciar e registrar os agravos cometidos contra profissionais de imprensa.

2.2 Proteção ao trabalho: instituições sindicais que atuam para manter o trabalho de jornalistas

Não somente a desregulamentação da profissão ocorrida por entendimento da Suprema Corte brasileira em junho de 2009, mas a Reforma Trabalhista de 2017 – que retirou direitos trabalhistas e desorganizou a legislação l do ponto de vista das conquistas de décadas de trabalhadores e trabalhadoras, aboliu a contribuição sindical. A instituição sindical que representa a categoria de jornalistas na Paraíba já vinha perdendo arrecadação em razão dos fechamentos dos impressos desde o início dos anos 2000. Cabe destacar que a maior contribuição sindical advinha de pagamento dos profissionais das redações dos periódicos impressos. No entanto, a atuação do sindicato na defesa dos direitos trabalhistas após o fechamento do último jornal, o Correio da Paraíba, em meados de 2020, ou seja, no início da pandemia, assegura, até hoje, que os profissionais recebam seus direitos trabalhistas, conforme destaca Fernando, dirigente sindical:

> FERNANDO – se não fosse o sindicato, o povo além de perder o emprego, iria perder tudo ... tinha gente lá que tinha 20-30 anos de jornal. Ou seja, além de perder o emprego ia perder também os seus direitos trabalhistas. Não tem nada a ver, disse o sindicato, vocês estão fechando (o jornal) e não está falindo não vocês estão fechando as portas ... ou então prova que é falência, são 30 empresas de comunicação que o sistema Correio têm – eles têm rádio, TV e portal. Só aqui em João Pessoa eles têm a 98 (FM), a Correio, duas rádios AM e a Mix; são quatro rádios só em João Pessoa.

Os 31 sindicatos ligados à Fenaj, atuam para interromper, ou pelo menos mitigar o avanço da precarização do trabalho de jornalistas me todo o país. Estudo realizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP)[37] revelou que

[37] https://fenaj.org.br/numero-de-jornalistas-registrados-sem-diploma-no-pais-passa-de-55-mil/

existem, no país, mais de 55 mil registros de profissionais sem registro em todo o país. Para a organização sindical, a quantidade de trabalhadores de imprensa atuando sem qualificação profissional e técnica abre caminhos para a produção de notícias sem compromisso com a ética e responsabilidade no repasse da informação. De acordo com a federação, "publicações apresentadas como notícias cresceram de forma exponencial, enquanto o jornalismo profissional foi enfraquecido pela precarização do trabalho e pela concentração do poder informativo nas mãos das Big Techs". Desta forma, a instituição nacional que garante os direitos de profissionais da imprensa, defendem a restituição da exigência de garantia de diploma profissional, "é urgente a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/2012, conhecida como PEC do Diploma, que restabelece o reconhecimento legal da formação superior em Jornalismo como requisito para o exercício da profissão". Acompanhe na tabela a quantidade de registros profissionais sem diploma, distribuídos por unidade da Federação:

UF	Qtde por UF
AC	269
AL	311
AM	636
AP	55
BA	1310
CE	871
DF	2447
ES	1138
GO	675
MA	906
MG	3819
MS	938
MT	1059
PA	532
PB	691
PE	1009
PI	482
PR	1466
RJ	6558
RN	327
RO	998
RR	62
RS	2130
SC	1620
SE	763
SP	23683
TO	296
Total	**55051**

A precarização do trabalho de profissionais da imprensa, acompanhada de perto por sindicatos e pela Fenaj, incide diretamente na saúde física e mental de jornalistas. É o caso, por exemplo, das entrevistadas Fátima e Laura. Fátima contou que, atualmente, "serve a duas chefias", a empresa terceirizada de comunicação que a contrata, que faz exigências de produtividade, e à chefia da comunicação de assessoria de imprensa ministerial, que tem outras demandas para além da produção de texto, trazendo prejuízos emocionais como cansaço extremo e crises de ansiedade. Laura, já aposentada, não pode deixar de trabalhar suas 35h semanais porque a aposentadoria não cobre todas suas despesas mensais, apesar dos mais de 25 anos de contribuição e dedicação ao ofício de informar.

Diante desta realidade acentuada, conforme dito antes, pela Reforma Trabalhista e pandemia de COVID-19, mais a chegada do trabalho por plataformas, a Fenaj e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Saúde do Trabalho – Fundacentro, instituição de pesquisa ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) realiza, desde 2024, estudo sobre saúde mental e trabalho dos jornalistas. A coleta de dados teve início em maio de 2024, a partir do lançamento da investigação, e pretende ouvir mais de dois mil jornalistas. De acordo com os responsáveis pela pesquisa, "O objetivo é fazer um estudo nacional com a categoria que relacione as variáveis trabalho, sofrimento e adoecimento mental, considerando a complexidade existente"[38]. A proposta é, ainda, trazer os mesmos recursos de pesquisa para outras profissões:

> O estudo traz a possibilidade de identificar variáveis vulnerabilizantes comuns a outras categorias profissionais. A pesquisa será quali-quantitativa. Na fase quantitativa, serão identificados os fenômenos associados ao sofrimento mental. O instrumento coletará dados sociodemográficos e de atuação profissional, com escalas autoaplicáveis e de rastreio de saúde mental. Será realizada uma análise multifatorial. Já a qualitativa trará entrevistas semiestruturadas com sujeitos que possuam as características apontadas como vulnerabilidade. Os dados passarão por análise de conteúdo, com amostra definida por saturação. (https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/4702-precarizacao-marca-atividade-do-jornalista)

[38] Fonte: https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/4702-precarizacao-marca-atividade-do-jornalista. Visto em setembro de 2025.

A iniciativa partiu da leitura acadêmica dos últimos dez anos (teses e dissertações apresentadas em seminários e congressos, bem como publicações de artigos), que traz diagnósticos de sofrimento aliado à precarização do trabalho de jornalistas, há muito mais tempo sentida por quem escolhe esta profissão. A realidade, no entanto, remete aos anos de 2003 em diante como sendo pioneiro no estudo e investigação da relação entre saúde e trabalho da categoria. Com perspectiva de ser publicada no segundo semestre de 2026, certamente esta novidade será objeto de acompanhamento e incremento de dados a esta tese. Por enquanto, o que se tem, é o que foi divulgado nos sites institucionais das organizações responsáveis por desenvolver o estudo, incluindo a plataforma YouTube, quando do lançamento nacional da pesquisa, que traz a fala de gestores e profissionais dedicados a entender este fenômeno social[39].

A Fenaj, também preocupada em defender direitos e garantias trabalhistas iniciou, recentemente, pesquisa para avaliar os impactos socioeconômicos de jornalistas correspondentes internacionais. O objetivo, de acordo com federação sindical, "é identificar a percepção de freelancers e empregados sobre a precarização e seus possíveis impactos na qualidade do conteúdo jornalístico"[40]. De acordo com a instituição,

> O enxugamento das redações em todo o mundo resultou em cortes expressivos na editoria internacional. O posto de correspondente, que durante décadas foi considerado a coroação de uma carreira jornalística, vem passando por várias transformações, sobretudo nas condições de trabalho. Uma pesquisa está avaliando como os próprios correspondentes e freelancers brasileiros percebem esse novo contexto laboral — e como a precarização impacta na produção jornalística (https://fenaj.org.br/pesquisa-quer-ouvir-correspondentes-internacionais-sobre-condicoes-de-trabalho/)

O estudo é realizado pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), criado há mais de duas décadas na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), e terá duas etapas: "a primeira incluiu 15 entrevistas com correspondentes e ex-correspondentes. A nova etapa é um questionário online, anonimizado, destinado a jornalistas brasileiros que atualmente residem fora do país e prestam serviços a veículos no Brasil ou a qualquer outra mídia estrangeira. Podem

[39] Fonte: Fundacentro: Pesquisa Nacional sobre Condições de Saúde Mental de jornalistas em https://www.youtube.com/watch?v=PiDijqFw66A. Visto em abril de 2025.
[40] Fonte: https://fenaj.org.br/pesquisa-quer-ouvir-correspondentes-internacionais-sobre-condicoes-de-trabalho/. Visto em novembro de 2025.

ser contratados, colaboradores eventuais e freelancers". Inicialmente, segundo as pesquisadoras envolvidas no estudo, "nas entrevistas qualitativas, já foi possível perceber que a remuneração de freelancers é incompatível com o custo de vida nos países e outros indicadores de precarização prevaleceram nas respostas, como a multifuncionalidade e a instabilidade de renda".

A percepção aqui é clara: tanto instituições sindicais como acadêmicas, mantêm a dignidade da profissão, com ferramentas sociais de pesquisa, para mostrar ao Brasil e ao mundo que a carreira agoniza, mas existe e resiste ao capitalismo de plataformas. A importância, portanto, desta tese, é escancarar ainda mais o grito de socorro de profissionais que são parte do imaginário brasileiro. No entanto, entende-se a estrutura do Estado e a instituição de representatividades da classe trabalhadora enquanto ferramentas de dominação tanto de reformas estruturais, quanto da institucionalização de mecanismos de defesa, como foi o caso da Reforma Trabalhista que desinstitucionalizou sindicatos, centrais sindicais e federações. Sobre sindicalismo e a Reforma Trabalhista, sugiro a leitura de minha dissertação de mestrado que traz esse debate à luz da agenda do Estado e suas implicações para o aumento das desigualdades sociais e laborais.

Este cenário abordado de forma suscinta por se tratar de uma pesquisa de doutorado, cujas limitações são impostas por prazos e cumprimento de disciplinas e metas, foi amplamente destacado na fala de todas e todos entrevistadas/os, com destaques para o que a partir de agora iremos investigar com a leitura e análise das trajetórias ouvidas para esta etapa do estudo, tendo em vista que uma tese não termina com a defesa do estudo apresentado. Dito de outra forma, a partir deste momento, examinaremos a privacidade de cada uma e cada um que confidenciou parte de sua história de vida que, analisada sob o ponto de vista das disposições socioprofissionais em trajetórias, nada tem em comum com a narração ou memórias de vida.

CAPÍTULO III / Disposições profissionais: trajetórias sociais e a reconversão de capitais

> *A história é indispensável para nós, sociólogos: infelizmente, em muitos domínios, em especial no domínio da história da época recente, os trabalhos são ainda insuficientes, sobretudo quando se trata de fenômenos novos, como o jornalismo.*
> Pierre Bourdieu (1997)

Adentrar no espaço íntimo e particular de cada uma e cada um merece mais que respeito e atenção, é preciso uma análise de trajetórias com o cuidado de quem trata de assuntos pessoais com o rigor acadêmico exigido em investigações científicas. Tal processo de revisitar escolhas profissionais por meio de um olhar aprofundado sobre o passado pode ser doloroso, sobretudo quando a relação entre imposições contextuais que implicaram a alteração de rotas profissionais delineadas por anos. As ciências sociais tratam de analisar tais fenômenos sem confundi-lo com narrativas biográficas coerentes e lineares. Trata-se de não reproduzir biografias de caráter cinematográfico, romanesco ou ancoradas em uma suposta "história real", geralmente marcada pela perspectiva subjetiva de quem a narra ou escreve. Bourdieu (1996), enfatiza que análise científica de trajetórias não trata de falar de história da vida no sentido de sucessão de acontecimentos históricos, o que resultaria na ilusão de uma transparência biográfica. Para Bourdieu, não se pode compreender uma trajetória sem que se tenha previamente construído os estados sucessivos no campo em que se revelou (p. 190). Partindo deste pressuposto, o autor analisa que "acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, em diferentes estruturas da distribuição das espécies de capital que estão em jogo no campo considerado" (p. 190). Para ele,

> (...) não podemos entender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, p. 190, 1996).

Até esta etapa da tese, analisou-se a atividade jornalística à luz de suas transformações recentes e de seus possíveis desdobramentos, com ênfase na incidência das configurações do capitalismo contemporâneo sobre os novos arranjos jornalísticos e, consequentemente, reconfigurações profissionais. Refletiu-se, igualmente, sobre a constituição do Mundo do Trabalho no Brasil, com destaque para a região Nordeste. A

partir deste ponto, propõe-se aprofundar a análise das entrevistas, com o objetivo de compreender de que modo as disposições sociais se articulam às imposições estruturais do mercado de trabalho jornalístico, considerando as especificidades das posições ocupadas por cada profissional. Para tanto, foram definidas as seguintes categorias de análise: trajetórias que mudaram vidas, manutenção da profissão, trajetórias precárias, trajetórias interrompidas e trajetórias marcadas por processos de reconversão de capitais.

Ao considerarmos uma série de trajetórias no interior de um mesmo campo profissional, observam-se diversos elementos em comum entre as e os profissionais entrevistadas/os, especialmente no que se refere às tentativas ou à efetiva reconversão profissional para outras atividades. Das oito entrevistas, apenas duas disseram que, para prosseguir no campo jornalístico, deveriam prestar concurso público em razão de estabilidade e garantia de direitos trabalhistas. Chama a atenção que estes jornalistas tenham contado que, ainda na faculdade de jornalismo, compreenderam a gravidade das relações laborais precárias, algo como a impossibilidade de um futuro na profissão escolhida. Ambos cogitaram desistir do curso, como é o caso de Graziela e Túlio, conforme veremos a seguir.

Apesar de cada uma e cada um visualizar ou não um futuro na profissão, ao analisar as semelhanças dessas trajetórias, torna-se fundamental articular as histórias individuais ao contexto coletivo no qual as entrevistadas estão inseridas, de modo a compreender como experiências singulares, "ao estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes" (Bourdieu, 2006 pg. 21). Para chegar a esta compreensão, é importante entender as trajetórias de vida de nossas/os jornalistas a partir das diferentes disposições estabelecidas nas estruturas de um campo e espaço social. Todas e todos entrevistadas/os afirmaram que a escolha profissional se deu a partir da percepção que o jornalismo daria vez e voz às desigualdades e injustiças sociais que perseguiram as histórias de vida de cada uma e cada um.

Nessa perspectiva, entende-se que a escolha pelo exercício do jornalismo foi também influenciada pela ambição de acesso ao uso legítimo da palavra e pela possibilidade de alcançar reconhecimento e relevância social. Essa predisposição ganha sentido quando se observam trajetórias marcadas por infâncias e juventudes atravessadas por restrições socioeconômicas familiares, nas quais o acesso a bens culturais era limitado, embora não inexistente. Nesse contexto, o jornalismo se configura como um meio de distinção social e de ampliação das possibilidades de inserção no espaço social. Assim, pode-se afirmar que o *habitus* individual "define-se como um princípio gerador

de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, como um sistema de classificação (principium divisionis) dessas práticas", articulando experiências passadas e disposições incorporadas que orientam percepções, escolhas e modos de agir no interior do campo jornalístico. Para o autor,

> A relação estabelecida, de fato, entre as características pertinentes na condição econômica e social – o volume e estrutura do capital, cuja apreensão é sincrônica e diacrônica – e os traços distintivos associados à posição correspondente no espaço dos estilos de vida não se torna uma relação inteligível a não ser pela construção do *habitus* como fórmula geradora que permite justificar, ao mesmo tempo, práticas e produtos classificáveis, assim como julgamentos, por sua vez classificados que constituem estas práticas e estas obras em sistema de sinais distintivos (BOURDIEU, 2007, p. 162).

Neste sentido, a análise das disposições sociais é central para a compreensão das motivações que levam uma pessoa a escolher a profissão de jornalista – para esta pesquisa, mas que pode ser aplicada a diversas profissões – bem como a permanecer ou desistir dela diante das transformações experimentadas no desempenho das atividades profissionais – e aqui nos referimos, em especial, ao vertiginoso crescimento da precarização e arranjos laborais. Com isso, busca-se compreender as diferentes experiências laborais a partir de uma análise que considere as trajetórias sociais – especialmente as ocupacionais – de profissionais que migraram dos jornais impressos fechados para as mídias digitais ou, como em casos aqui apresentados, desistem da profissão. Desta forma, adianto que dos cinco profissionais analisados, três migraram do jornalismo ou para a docência, ou para o funcionalismo público federal ou, como no caso de Aline, a desistência do jornalismo e subsequente investida em outra carreira profissional.

Portanto, a análise das disposições sociais nos permite examinar em que medida a inadaptabilidade frente às exigências de plantões, horas extras sem remuneração adequada, dupla ou tripla jornada, além da pouca qualificação no manuseio de ferramentas digitais, intrínsecas às novas configurações de trabalho jornalístico, desestimula o jornalista a prosseguir sua tão sonhada carreira. Ou, às/aos que se aposentaram por não haver mais oportunidades de emprego em razão de um possível encolhimento das redações, ou por questões geracionais, conforme já identificado na pesquisa do perfil de jornalistas brasileiros em nível nacional.

Ao tratar do *habitus* enquanto conceito central na análise de jornalistas, também voltamos nossa atenção à subjetividade destes profissionais, que traduzem a realidade em

notícias para transformá-la em fatos que se tornarão públicos no sentido de serem publicados em algum veículo de comunicação. Neste sentido, Bourdieu (1997) vai identificar que "(...) Os jornalistas têm "óculos" especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado" (*Ibidem*, pg. 25). A seleção do que é selecionado e publicizado seria, portanto, a força das disposições de cada repórter, editor ou coordenador de redação que os leva a destacar esta ou aquela informação? Bourdieu nos oferece uma resposta a esta indagação ao dizer que "(...) o jornalista é uma entidade abstrata que não existe; o que existe são jornalistas diferentes segundo o sexo, a idade, o nível da instrução, o jornal, o meio de informação" (1997, pg. 30).

Considerando essas indicações acerca das condicionantes em sua forma de pensar, julgar e agir de profissionais com trajetórias de vida singulares, nas quais os marcadores sociais assumem papel decisivo, apresentam-se, a seguir, características das pessoas entrevistadas. A descrição contempla aspectos centrais para a análise desta pesquisa, tais como a qualificação profissional, especialmente nos casos em que, diante das dificuldades de garantir a sobrevivência econômica exclusivamente por meio do jornalismo, optou-se pela ampliação ou reconversão das atividades profissionais; a posse de Registro Profissional, presente em todas e todos os entrevistados; bem como a renda e a ocupação exercidas no momento da entrevista. Para fins de sistematização e melhor compreensão do material empírico, adotaram-se categorizações que permitem situar, de forma sintética, quem são as entrevistadas e os entrevistados.

Cabe esclarecer a lógica adotada na categorização de seus respectivos territórios. As entrevistadas e os entrevistados que permaneceram no mesmo local de formação, estudo e moradia foram classificados sob a identificação de um único estado. Já aqueles que se graduaram em seus estados de origem e, posteriormente, passaram por processos de reconversão profissional, ingressaram por concurso público ou se deslocaram em razão de casamento ou outras circunstâncias, têm sua trajetória representada no quadro pela indicação do estado de origem e do estado ou região de atuação, conforme exemplos como BA/DF, PB/BA e RS/DF. Ressalta-se, ainda, que as entrevistadas e os entrevistados não são identificados nominalmente, em conformidade com a decisão do Comitê de Ética que autorizou a pesquisa. Tal procedimento decorre da adoção da metodologia de entrevistas em profundidade, a qual pode envolver a exposição de experiências sensíveis, incluindo situações de assédio moral, bem como aspectos da intimidade familiar e pessoal.

NOME	IDADE	GÊNERO E ESTADO CIVIL	RENDA	ESCOLARIZAÇÃO	REGISTRO PROFISSIONAL	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL
LAURA – PB	64	F S	Cerca de 3 S.M	Graduação em Jornalismo/UFPB	Sim – jornalista e radialista	Diretoria do sindicato dos jornalistas da paraíba. Assessora do SINTESPB (Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior do Estado da Paraíba) desde 2005 por seleção por análise de currículo e entrevista. Até 2014 trabalhava como prestadora de serviços pela cooperativa e somente a partir de 2014 teve carteira assinada. Trabalha sem equipe e eventualmente trabalha aos fins de semana e feriados. Tem um jornal interno que sazonal, que é ativado conforme a gestão do sindicato, trabalhando na atualidade mais com releases, redes sociais e site da instituição.
FERNANDO – PB	64	M C	Cerca de 5 S.M	Especialização	Sim – jornalista e radialista	Dirigente Sindical, aposentada, assessora sindicato desde 2005. Até 2014 trabalhava como prestadora de serviços por cooperativa via MEI. A partir de 2014 teve carteira assinada. Trabalha sem equipe e eventualmente atua aos fins de semana e feriados. Tem um jornal interno que sazonal, que é

						ativado conforme a gestão do sindicato, trabalhando na atualidade mais com releases, redes sociais e site da instituição. Fez parte da equipe de jornalistas do Jornal O Norte.
CLAUDIO – PB/BA	53	M C	Cerca de 8 S.M	Graduação em Jornalismo /UEPB. Mestrado em Linguística e Letras/UFPB. Doutorado/UnB	Sim – jornalista e radialista	Doutor em Artes Cênicas, pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas no Instituto de Artes da Universidade de Brasília (UnB). Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), no curso de Publicidade e Propaganda do Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória (CMSMV), do qual foi diretor pro-tempore, e é atual Coordenador de Arte e Cultura da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC). Trabalhou no Diário de Borborema em Campina Grande.
ALINE – PB	38	F S	Cerca de 6 S.M	Jornalismo/UFPB e Mestrado Profissional em Comunicação/UFPB. Curso Técnico de dois anos e meio em Análise e Programação de Sistemas/Unipê-JP.	Sim	Programadora de Sistemas terceirizada por empresa que serve ao governo de Pernambuco e Paraíba; programadora de sistemas quarteirizada de banco norte-

						americano. Trabalhou como repórter no Correio da Paraíba.
TÚLIO – PB/DF	34	M S	Cerca de 5 S.M	Graduação em Jornalismo/UFPB e Direito/UFPB. Mestrado em Comunicação/UFPB	Sim	Funcionário público federal, jornalista concursado pela União. Trabalhou como repórter no Correio da Paraíba.
FÁTIMA – RS/DF	51	F C	Cerca de 4 S.M	Graduação em Jornalismo (UNISINOS); Especialização em Marketing (Mackenzie)	Sim	Jornalista terceirizada na Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF.
GRAZIELA – BA/DF	38	F C	Cerca de 6 S.M	Graduação em jornalismo (UESB); Especialização em Comunicação e Política.	Sim	Jornalista concursada (celetista) em empresa de comunicação pública nacional.
WALÉRIA – PA/PR	45	F C	Cerca de 6 S.M	Graduação em Jornalismo (UFPA) e Direito (uni); Especialização em Marketing Político e Propaganda Eleitoral (USP); Especialização em Processo Penal; Mestranda em Políticas Públicas e Direitos Humanos.	Sim	Assessora da presidência da Câmara Municipal de Curitiba e advogada penal.

A partir do cruzamento das análises, é possível identificar que a maioria entrou no jornalismo tocado por uma paixão pela escrita, por querer mudar o mundo ou para ‘fazer

a diferença' ao narrar fatos na mídia, seja ela escrita, televisiva ou pelas ondas do rádio. Outra característica em comum que chama a atenção é a condição socioeconômica dos profissionais: todas/os com condições familiares financeiras precárias, quase todos estudaram em escolas públicas ou com bolsa de estudo. Isso significa que, para a maioria, o esforço de pais e mães foi fundamental para oferecer oportunidades que não tiveram em seus períodos escolares. Destes, apenas um migrou da Paraíba para São Paulo na adolescência em bisca de melhores estudos e oportunidades, mas retornou ao estado de origem para cursar o ensino superior. Das cinco mulheres entrevistadas, apenas duas são mães, o que demonstra, segundo levantamento do perfil profissional realizado pela Fenaj, que a profissão esteve em primeiro lugar ao longo de suas trajetórias entrelaçadas. Outro ponto que chama atenção é o fato de iniciarem no jornalismo no despertar da juventude, trabalhando de forma gratuita para conseguir se fixar na profissão e 'ter um nome' no mercado de imprensa, bem como a exploração e assédio generalizados nos estágios durante a graduação. A maioria identifica que a preparação para a entrada no jornalismo foi traumática. Apenas dois jornalistas disseram que não estagiaram e entraram direto nas redações de impressos, o que trouxe alguns traumas pela falta de prática jornalística.

Destas observações analíticas, o desfecho profissional, passados mais de dez anos de carreira, resume-se ou na desistência da profissão, ou no investimento de qualificação profissional para se manter no mercado de trabalho. A baixa remuneração é a parte mais sensível das entrevistas, visível no semblante de cada um e cada uma. A expressão facial, ao serem questionadas/os sobre salários, trazia um misto de tristeza com frustração, reafirmado nas falas em seguida à pergunta. Outro ponto importante dito em todas as falas é referente à aposentadoria. Somente dois jornalistas que passaram em concurso público federal disseram que buscaram segurança financeira para se manter na profissão pois não enxergavam futuro promissor trabalhando sem estabilidade. Ainda em se tratando de cruzar as trajetórias, a troca de empregos em busca de outros melhores, seja a remuneração ou a diminuição de jornada, foi identificada em todas entrevistas.

3.1 Caminhos da pesquisa

O percurso metodológico que guiou este estudo foi a pesquisa qualitativa, aplicada por meio de entrevistas em profundidade, bem como observação do comportamento social das e dos jornalistas da Paraíba, a partir de amostragem selecionada e focada em profissionais que trabalharam em jornais impressos paraibanos ao longo de suas trajetórias. A busca destes profissionais se deu, em sua maioria, por indicação do

Sindicato dos Jornalistas Paraibanos – Sindjor/PB –, e indicações pelo método bola de neve, com indicação de colegas que passaram pelas redações dos jornais, quando ainda estavam em funcionamento. Importante destacar que o sentido desta pesquisa sempre foi entender as trajetórias profissionais destes jornalistas, suas subjetividades, opiniões e motivações que os levaram a escolher o jornalismo enquanto profissão, e não o jornalismo como carreira profissional. Da mesma forma, durante o percurso e aprofundamento da pesquisa, a necessidade de ampliar o estudo e aprofundar o entendimento das escolhas profissionais em escala nacional, aconteceu de forma natural, tendo em vista a leitura e literatura voltada aos sentimentos ligados à precarização da profissão.

A partir desta definição, iniciaram-se os trabalhos de campo, levando em consideração que o período inicial do doutorado se deu em plena pandemia de Covid-19, em 2021, considerado o ano mais letal da infecção respiratória que deixou o mundo confinado em razão da Emergência Global declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), conforme Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde[41]. Portanto, os primeiros contatos com o Sindicato dos Jornalistas aconteceram de forma remota, tendo em vista que os dirigentes sindicais atuavam de suas próprias casas, em que pese a sede da instituição existir no centro de João Pessoa/PB. Esta ação, combinada com o avanço e aprofundamento de pesquisas e estudos sobre jornalistas e suas escolhas profissionais, permitiu que o estado da arte da tese fosse pensado e desenhado no formato em que se apresenta.

Do mesmo modo, ao compreender que as conversas informais que se davam com jornalistas oriundos das redações dos jornais impressos extintos da Paraíba, antes da busca das e dos profissionais que se dispuseram a abrir suas vidas pessoais e laborais, entendeu-se necessário buscar a anuência do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS-UFPB), que autorizou a pesquisa por meio do Parecer nº 7.297.115 e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme anexo II, mesmo que alguns jornalistas consentissem o não anonimato. Desta forma, a escolha da pesquisadora foi em ocultar a identificação de todas as oito pessoas entrevistadas.

Ao mesmo tempo que as autorizações estavam em andamento no CEP/CCS-UFPB, o Grupo de Orientação coordenado pelo Professor Doutor Maurício Rombaldi

[41] https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_88_23nov21_fig37nova.pdf/view. Visto em fevereiro 2026.

definia, de forma coletiva, roteiro de perguntas (Anexo II) para ser aplicado às entrevistas semiestruturadas e em profundidade, em acordo com as disposições *bourdieusianas* solicitadas pelo orientador. Desta maneira, o roteiro de questionamentos foi organizado em conformidade com a colaboração de colegas e professor. Por decisão desta pesquisadora, antes de iniciar as entrevistas, com o objetivo de ilustrar os perfis analisados exposto no quadro de apresentação das e dos jornalistas, foi realizado um questionário de apresentação (Anexo I), cuja função principal foi a de compreender a realidade atual de cada profissional escolhido para desenvolver esta tese.

O próximo passo, então, foi iniciar os contatos com jornalistas sugeridos pelo sindicato e/ou, indicados por profissionais já entrevistados. Este processo aconteceu entre os anos de 2023 e 2025, concomitantemente ao desenvolvimento da escritura da tese. À medida que as entrevistas avançavam, a partir da entrega das entrevistas em profundidade, percebeu-se a semelhança entre as e os jornalistas, desde a infância até a escolha dos caminhos profissionais. Dito de outra forma, a condução desta pesquisa parte de um importante conjunto de escolhas e decisões embasadas em teoria, combinadas com pesquisas quantitativas realizadas na última década sobre o perfil de jornalistas no Brasil. Destaco, ainda, a importância da leitura de teses e dissertações que versam sobre a atividade jornalística e que jogam luz tanto à pessoa que se forma jornalista, quanto ao profissional com experiência, como a tese de Reimberg (2015), jornalista e pesquisadora que trata de sofrimento e prazer na profissão de jornalista, referente especialmente à saúde física e mental de profissionais de imprensa de diversas áreas. Também trago a dissertação de Cremonini (2019), que analisa o sofrimento de jornalista a partir da reconfiguração das novas formas de trabalho. Busco, ainda, na pesquisa de Donato (2023), colega de doutoramento e de profissão, que trata de trabalho precário em comunidade paraibana, no sentido de aprimorar os estudos sobre precarização no Estado da Paraíba. Importante reforçar que a brilhante e vasta produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Sociologia-PPGS da UFPB é fonte de sabedoria desta tese que buscou atualizar, do ponto de vista nacional e regional, as tendências do Mundo do Trabalho contemporâneo, bem como a reprodução de valores e capitais simbólicos em âmbito global.

Assim sendo, foram realizadas entrevistas em profundidade junto a oito jornalistas de idades e experiências profissionais variadas, que exerceram suas atividades enquanto repórteres tanto na Paraíba quanto outras regiões do país. Nelas, se buscou compreender a constituição de disposições sociais que levam jornalistas a insistir ou desistir de uma

profissão marcada atualmente pela fragilidade da atividade profissional, seja com baixos salários, contratação laboral precária ou jornadas extenuantes e exaustivas. Estudos que tratam de precarização do trabalho em redações jornalísticas, bem como da saúde mental e física de jornalistas, cresceram ao longo dos últimos cinco anos, dadas as condições laborais cada vez mais instáveis, tendo em vista distintos fatores que aqui serão abordados. Neste sentido, a Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, em parceria com outras instituições como o Departamento Intersindical de Estatística e estudo Socioeconômicos – Dieese e Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, realiza pesquisas para tratar do tema e alertar aos profissionais dos distintos problemas gerados pelo aumento da precarização do trabalho jornalístico, além, claro, de utilizar tais ferramentas em defesa da categoria. Diante desta situação, um dos primeiros questionamentos, quando a tese ainda estava em estágio inicial de projeto era: a profissão repórter teria chegado ao seu esgotamento? Diante de todas as dificuldades em tornar concreto o nascimento de uma tese, desde a fase inicial do doutorado com a participação de reflexões e debates em sala de aula, bem como da participação de congressos, eventos e seminários voltados à linha de pesquisa deste trabalho, todo o processo foi pensado e realizado em acordo com a orientação e em atenção às etapas de cada processo aqui descrito, incluindo a opção de escrever em primeira pessoa, tendo em vista que ao longo das entrevistas as trajetórias analisadas cujas histórias de vida muito se assemelhavam à minha.

3.2 Ser jornalista: trajetórias profissionais que mudaram vidas

Entender o porquê jovens entram na universidade para seguir uma profissão em que a inserção no mercado de trabalho esteja cada vez mais difícil talvez seja uma das chaves do processo de compreensão desta pesquisa. Uma hipótese seria a paixão arrebatadora pela profissão, daquelas que faz cegar para a realidade. No entanto, mesmo que seja paixão – por rádio, TV ou jornal impresso – o sentimento decorre de pré-disposições socialmente constituídas que que produzem a "vocação" para uma carreira. Neste sentido, é a partir do estudo da constituição das disposições dos profissionais entrevistados que propomos compreender o porquê de jornalistas se submeterem a empregos precarizados. No mesmo sentido, trata-se de avaliar em que medida se constituiria uma espécie de glamourização da profissão, que implicaria em fazer dela uma

opção atraente a despeito da sua não regulamentação e da cada vez menor quantidade de veículos de comunicação capazes de se tornar um espaço de contratação de profissionais.

A constatação da diminuição das redações jornalísticas em nível nacional é verificada em pesquisa encomendada da Fenaj ao Dieese, parcialmente[42] divulgada em dezembro de 2023. De acordo com o estudo dirigido[43], o mercado formal de jornalistas diminuiu 21% em nove anos, "em números absolutos, a categoria saiu de 60.899 empregos celetistas, em 2013, para 47.900 postos com carteira assinada, em 2021, último ano da série histórica", revela a investigação que tem por base os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). Para além desta apuração, a análise sindical acusou que, "em relação a 2013, praticamente todas as funções apresentaram queda no número de trabalhadores, exceto a de editor de mídia eletrônica que cresceu 61,1% no período de nove anos". O Dieese identificou, portanto, que:

> Dos 47,9 mil trabalhadores da área, a maior parte estava empregada formalmente nas ocupações/funções de Jornalista, com 21%, equivalente a 10.101 postos de trabalho. Em seguida, Assessor de Imprensa, com 20%, (9.474 empregos). Na sequência: Editor (17%, ou 8.240 trabalhadores), Repórter (exceto Rádio e Televisão), com 10% ou 4.757; Revisor de Texto (7%, ou 3.488) e Repórter de Rádio e Televisão (5%, ou 2.589). Observando o movimento entre 2020 e 2021, oito ocupações/funções sofreram redução do número de vínculos: Âncora de Rádio e Televisão; Crítico; Editor de Jornal; Editor de Mídia Eletrônica; Editor de Revista; Editor de Texto e Imagem; Repórter (exceto Rádio e TV); e Repórter Fotográfico[44].

Antes de submergir no universo dos nossos entrevistados, um ponto fundamental de congruência identificado entre eles é a entrada na profissão por meio da universidade, com exceção de Franco, que iniciou a carreira de radialista em uma época que não havia qualificação para exercer esta atividade, bastava talento e vocação. Pelo menos era o que se pensava. E é neste ponto que a importância da educação na trajetória destas pessoas se destaca, no que se refere à internalização da construção social dos nossos entrevistados. A escolha profissional, neste sentido, está subjetivamente ligada ao acesso e às condições que definiram as trajetórias aqui apresentadas. Túlio, por exemplo,

[42]Até o término desta escrita, a única publicização do estudo foi realizada por meio de artigo jornalístico, dividido em quatro matérias disponibilizadas no site da entidade jornalística.

[43] https://fenaj.org.br/mesmo-com-desoneracao-da-folha-mercado-de-trabalho-formal-de-jornalistas-encolhe-21-em-nove-anos/ acessado em 28 de dezembro de 2023.

[44] (site oficial Fenaj https://fenaj.org.br/mesmo-com-desoneracao-da-folha-mercado-de-trabalho-formal-de-jornalistas-encolhe-21-em-nove-anos/ visto em 28/12/23)

estudou todo o ensino fundamental em escola privada e, ao entrar no ensino médio, preparatório para a escolha profissional, ingressou na escola pública mais bem conceituada de João Pessoa, com maior índice de aprovação no ensino superior, além de ter frequentado cursinho particular de português, um diferencial para o ingresso no serviço público federal.

Chama a atenção que profissionais qualificados tenham que trabalhar em mais de um lugar para sobreviver ou, até mesmo desistir da primeira formação em razão da baixa remuneração, precarização e falta de perspectiva, como é o caso de três entre as cinco análises feitas. Estudo publicado pelo Dieese, em outubro de 2023[45], anunciou que o número de ocupados com ensino superior completo aumentou 15% entre os anos de 2019 a 2022, no entanto esse crescimento ocorreu em ocupações não condizentes com a escolaridade. A informação é particularmente relevante no contexto contemporâneo, pois revela, conforme a interpretação de Quijoux (2021), aquilo que Bourdieu identificou, em seus estudos sobre educação, como "o papel da escola na 'fabricação' de trabalhadores". Evidencia-se, assim, a existência de uma profunda conexão entre educação e trabalho, na medida em que os percursos escolares contribuem para a conformação de disposições, expectativas e possibilidades de inserção no mercado laboral.:

> (...) a instituição escolar não determina simplesmente o acesso a diferentes cargos ou profissões, que são a base do espaço social. Por meio da força simbólica que o certificado comporta, ele possui um poder de atribuição de status que também condiciona de forma duradoura a relação que os agentes mantêm com seu trabalho (QUIJOUX, p. 223, 2021).

Identificou-se, a partir das entrevistas, que três profissionais promoveram a reconversão de suas trajetórias como estratégia de adaptação às exigências da sobrevivência econômica e a uma nova realidade laboral e, consequentemente, a novas formas de sociabilidade. A reconversão, conforme Bourdieu (2007, p. 122), consiste em uma estratégia, consciente ou não, voltada à conservação ou à ampliação do patrimônio, bem como à manutenção ou ao aprimoramento da posição ocupada na estrutura de classes. Esse conjunto de práticas, segundo o autor, encontra-se condicionado ao acesso e à qualificação por meio de títulos escolares, os quais funcionam como recursos centrais na busca por melhores posições no espaço profissional.

[45] Boletim Emprego em Pauta, número 26 de novembro de 2023, disponível em https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2023/boletimEmpregoemPauta26.pdf, acessado em 28 de dezembro de 2023.

> Por intermédio da disposição em relação ao futuro – que, por sua vez, é determinada pelas oportunidades objetivas de reprodução do grupo –, estas estratégias dependem, em primeiro lugar, do volume e estrutura do capital a ser reproduzido, ou seja, do volume atual e potencial do capital econômico, do capital cultural e do capital social, possuídos pelo grupo, assim como de seu peso relativo na estrutura patrimonial (BOURDIEU, 2007, p. 122).

Todas nossas entrevistas foram realizadas com jornalistas diplomados e registro profissional. Encontramos, portanto, inclinações voltadas à construção de trajetórias individuais por meio da ascensão via curso superior. Bourdieu (2007), investigou que a ascensão socioprofissional por meio da escolarização "é um conjunto de estratégias implementadas para manter a posição herdada ou obter, por intermédio de diplomas, o equivalente real ao que estes garantiam em um estado real anterior a relação de diplomas". Identificamos, portanto, que a escolha profissional se deu, acima de tudo, na condição de, por meio de um curso superior, subir de vida e obter melhores condições financeiras que a família nuclear pode oferecer. As disposições em melhorar a posição no espaço social e, consequentemente, constituir melhor estrutura, se deu, em todas entrevistas, por meio da titulação.

De todas as entrevistas, somente Aline desfrutou de predisposição socioeconômica privilegiada cujos pais têm nível superior. Dito de outra forma, o diploma universitário tem relevante importância para ascensão social e, por isso, destaco as entrevistas de Aline e Túlio que encontraram no jornalismo apenas uma porta de entrada para a Universidade, diferentemente das outras, que decidiram pela profissão para mudar de vida. Das oito análises, somente duas autoexaminam que caíram na profissão de "paraquedas" porque escolheram o curso para entrar logo na vida universitária (Aline), ou, como no caso de Túlio que escolheu a profissão por ouvir desde criança que escrevia bem. Túlio, 34 anos no momento da entrevista, solteiro, jornalista graduado pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em comunicação pela UFPB, realizou segunda graduação em Direito, também pela UFPB, anos após se formar em jornalismo. Foi repórter especial do Correio da Paraíba, sendo responsável pelas grandes reportagens publicadas nos cadernos dos finais de semana do impresso durante dois anos. Atuou como assessor especial no Ministério Público do Trabalho ao final do curso de Direito e, mesmo com a promessa de se estabelecer no MPT em cargo de confiança, decidiu prestar concurso para a carreira de funcionário público federal em cargo de técnico em comunicação social para jornalismo, com salário inicial de R$ 6.206, mais auxílios

alimentação e transporte. A escolha se deu em razão da estabilidade e não por ser na área do jornalismo, até porque futuramente pretende prestar concurso para Procurador do Estado da Paraíba. Quando exercia o jornalismo, seus ganhos não ultrapassavam os valores de R$ 1.800. A profissão de jornalista se deu, segundo ele, a partir de escolhas externas (familiar e escolar), e não por amor ou paixão pelo jornalismo.

> TÚLIO – então, não é que eu tenha sonhado em fazer jornalismo, nunca sonhei. Mas desde que eu era criança, as pessoas viam que eu tinha certa facilidade para escrever e desde que eu me entendo por gente as pessoas diziam: vá fazer jornalismo, você escreve muito bem! A mesma coisa eu sempre gostava muito de ler e as pessoas também sempre associavam a leitura e a escrita a fazer jornalismo. Mas assim, na minha cabeça eu nunca sonhei em fazer jornalismo, mas acabei, pela influência, e também pela facilidade da escrita e tudo o mais, enveredando por essa área. Eu estudei em escola particular até a 5ª série e depois fui para pública porque minha mãe era professora em uma escola de referência lá em João Pessoa.

Túlio revelou, ainda, total desconhecimento sobre a realidade da profissão durante o período que cursou jornalismo. Quando entrou no Correio da Paraíba, contou que não sabia como se estruturava uma matéria a partir da pauta sugerida pelas chefias. Ele também não fazia ideia de seus direitos trabalhistas enquanto trabalhador de jornal e nunca havia se interessado por sindicatos. A sensação que fica, é que Túlio depositou os esforços acadêmicos apenas para obtenção de diploma universitário, sem se preocupar em sua inserção no mercado de trabalho e, ao se deparar com um campo profissional precarizado buscou, por meio de outra titulação (graduação em Direito), práticas estratégicas de reconversão de capital. Levando em consideração que Túlio decidiu cursar jornalismo em razão de conselhos de familiares, Bourdieu (2007) destaca que,

> (...) a avaliação dos diplomas que se efetua nos grupos de interconhecimento mais diretamente testados, tais como o conjunto dos pais, vizinhos, condiscípulos (a "turma"), colegas, pode contribuir para mascarar consideravelmente os efeitos da desvalorização. Todos esses efeitos de desconhecimento individual e coletivo nada têm de ilusório já que podem, por um lado, orientar realmente as práticas e, em particular as estratégias individuais e coletivas que visam afirmar ou restaurar, na objetividade, o valor vinculado subjetivamente ao diploma ou cargo e, por outro, contribuir para determinar sua reavaliação real (BOURDIEU, 2007 pg 135).

Da mesma forma, podemos avaliar que ao escolher o jornalismo porque gostava de ler, escrever e queria trabalhar com moda sem se preocupar com o mercado de trabalho que se apresentava no ano de 2009, nem sequer sabia que a profissão havia sido

desregulamentada, era porque havia respaldo econômico familiar. As experiências profissionais a partir da conclusão do curso foram consequências do que a vida propunha e aparecia no campo jornalístico. Com 38 anos no momento da entrevista, Aline é jornalista graduada pela Universidade Federal da Paraíba, e mestrado profissional em comunicação, também pela UFPB. Foi repórter do Jornal Correio da Paraíba entre os anos de 2010 e 2014. Atualmente exerce a função de programadora de sistemas para a internet, profissão que resolveu exercer após desistir do jornalismo, depois de uma jornada de dez anos de atuação entre reportagem e assessoria de imprensa. É contratada via CLT por uma empresa terceirizada que atende secretarias municipais da prefeitura de Recife/PE, além de prestar serviço para um banco internacional. Ambas as funções desenvolvidas no formato home office, em sua residência, em João Pessoa. Enquanto jornalista, o máximo que conseguiu de ganhos por seu trabalho foi em volta de R$ 4.000, ao trabalhar em duas jornadas, enquanto repórter no jornal e assessoria de imprensa para o Governo Estadual da Paraíba. Já enquanto programadora de sistemas de internet, a renda mensal saltou para mais de R$ 10.000, sendo R$ 8.000 na carteira assinada e o restante pelo "bico" no banco internacional.

> ALINE – Me formei em 2009 na UFPB. Na época eu gostava muito de moda e lia muito revistas tipo Vogue e tal. Mas assim, no primeiro ano (do Ensino Médio) eu queria fazer letras porque eu sempre gostei de ler. Aí no segundo ano não sabia mais o que fazer e no terceiro ano eu disse que ia fazer engenharia civil. Aí passei o ano todo ... porque assim, a escola que eu estudava separava as turmas para quem ia fazer exatas, porque o vestibular aqui era assim, se você fosse fazer um curso de exatas aí a prova de terceiro ano era só de exatas. Aí passei o ano todinho na turma de exatas porque eu ia fazer, só que aí tava bem vagabunda no terceiro né, só queria saber de festa e não sei como passei na escola (risos) aí na hora de marcar a escolha do curso eu marquei jornalismo porque não estudei nada e foi como eu passei (risos).

Apesar desta aparente indiferença quanto à realidade profissional no mercado paraibano, Túlio e Aline foram os entrevistados mais radicais no sentido de dar um basta no jornalismo e partir para outra profissão. Ao verificar que não havia espaço para trabalhar, ele decidiu fazer o Enem e passar no curso de Ciências Jurídicas da UFPB. Foi a partir de então que sua realidade se transformou e todo desconhecimento da primeira graduação, se tornou o objetivo de vida dele para viver até a aposentadoria. Túlio entendeu que sua paixão era o direito trabalhista e é para esta carreira que agora ele persegue. No entanto, foi o jornalismo que abriu as portas para ele entrar na carreira

pública federal ao passar no concurso da AGU para vaga de jornalista. No entanto, a vontade dele é passar no concurso do Ministério Público do Trabalho e retornar para a Paraíba.

Ele conta que, após uma grande frustração por não encontrar mais trabalho, decidiu se dedicar à vida acadêmica e passou no mestrado em jornalismo. O valor da bolsa era o mesmo do Correio da Paraíba então, para ele, ficou no 'elas por elas' em termos de remuneração. Quando o mestrado acabou e percebeu que seguia sem rumo, tentou o doutorado em jornalismo em outros estados como Pernambuco e Rio Grande do Sul. No entanto, foi a área do Direito que despertou sua vocação.

> TÚLIO – O meu foco agora era enveredar no Direito, fazer concurso, fazer tudo, trabalhar no Direito, advogar quando eu me formasse e eu não estava mais nem pensando em jornalismo. E aí talvez no P6 ou P7 eu vi que saiu o concurso e que havia vaga para jornalista. E eram cinco vagas, sendo três para ampla concorrência ... e era o concurso que mais tinha vaga para jornalista, que em geral era uma ou duas. Nessa época eu já vinha fazendo concursos com uma vaga e ficando em sexto lugar, em quarto lugar, em nono lugar ... teve um que eu achei que ia passar, do IFPB (Instituto Federal), para jornalista e fiquei em nono lugar, achei que um dia ia ser chamado, mas não fui chamado. Até porque o nono lugar acabou sendo substituído por uma vaga PCD (Pessoa Com Deficiência), então já fui eliminado no cadastro de reserva mesmo. E aí surgiu esse concurso pra jornalismo na AGU, eram cinco vagas, três de ampla, um PCD e um negro e eu fiz para ampla. Aí eu pensei, ah, é um concurso que vai ter prova no Brasil inteiro, não vou precisar viajar, vai unir jornalismo a direito, que são as minhas duas áreas, e vai ser talvez uma boa oportunidade para mim e é engraçado que eu fiz a inscrição nesse concurso sabendo que eu ia passar desde o primeiro momento eu sabia que ia passar, que era a minha vaga.

Túlio foi movido a bucar outra profissão em razão da falta de campo profissional na Paraíba. No entanto, foi o jornalismo que abriu portas para sua estabilidade financeira e busca por uma carreira sólida. A percepção de que as pré-disposições das estruturas educacionais e familiares influenciaram em suas escolhas é nítida até porque quando ele afirma que consegue se sustentar com bolsa acadêmica ou estágio em Direito, ele tem toda a base familiar que lhe permite fazer escolhas sem preocupações adicionais que só apareceram a partir da mudança da Paraíba para o Distrito Federal, já mais maduro e consciente de suas decisões. De outra forma, Aline decidiu eliminar de vez o jornalismo de sua vida ao entender que esta escolha não traria futuro nem segurança. Analisaremos

a trajetória de Aline no subitem sobre reconversão porque ela é a única entrevistada que assumiu não querer mais, em hipótese alguma, viver de jornalismo.

Para estes dois casos, entendemos que a obtenção do diploma de jornalista se deu mais em razão da necessidade de ascensão profissional do que a exercer a profissão movidos por algum sentimento, como é a situação da maioria das entrevistas. Em que pese a decisão inicial de Aline e Túlio era a de adentrar em uma universidade para seguir os estudos conforme as disposições familiares em exigir que estudar não é opção, é obrigação, Bourdieu (2007) desenvolve o seguinte raciocínio:

> A desilusão coletiva que resulta da defasagem estrutural entre as aspirações e as oportunidades, entre a identidade social que o sistema de ensino parece prometer ou aquela que propõe a título provisório e a identidade social que oferece, realmente, para quem sai da escola, o mercado de trabalho encontra-se na origem da desafeição em relação ao trabalho e com as manifestações de *recusa da finitude social*, aliás, raiz de todas as fugas e de todas as recusas constitutivas da "contracultura" adolescente. Sem dúvida, essa discordância – e o desencantamento engendrado por seu intermédio – assume formas diferentes (BOURDIEU, 2007 pg 136).

A situação de Laura é semelhante, ao destacar que seu sonho não era o jornalismo, mas sim a advocacia. No entanto, a maneira como a notícia e a música saiam de uma caixinha para o mundo, povoava seu imaginário de menina do interior. A escolha pelo jornalismo não deixou, portanto, de ser a concretização de uma paixão infanto-juvenil.

> LAURA – Pois é eu queria muito fazer Direito, mas aí aconteceu um problema familiar que eu fiquei muito aborrecida com a justiça. Aí fazendo cursinho (pré-vestibular), peguei aquele livrinho e comecei (a folhear) e como eu era muito apaixonada por rádio porque morei muito tempo na zona rural, eu adorava o noticiário de rádio, as notícias, os informativos ... inclusive eu amava a rádio Tabajara que eu escutava lá do meu sertão ... aí eu disse: eu quero trabalhar aí! a rádio Difusora de Cajazeiras, a (rádio) Espinhara de Patos ... eu gostava muito do rádio, sabe. Então eu pensei (em prestar vestibular para jornalismo) ... aí essa época tinha radiojornalismo, eram só duas opções no curso de jornalismo (ela quis dizer comunicação): era Relações Públicas e Jornalismo, seja para rádio, TV ou jornal. Então meu estágio foi em rádio. Meu estágio, nessa época não tinha tese, essas coisas de monografia, a gente fazia nosso estágio que era elaborar um programa de rádio noticioso, opinativo e musical. E esse foi meu trabalho (de conclusão de curso).

Por outro lado, a escolha apaixonada pelo jornalismo enquanto missão de vida ficou evidente em seis de oito entrevistas, desde a passagem da adolescência para a fase

de jovem adulto. A observação deste sentimento, a partir da análise das entrevistas em profundidade, está ligada à necessidade de se destacar na sociedade em que estes jornalistas iniciaram atuação, como o caso de Waléria, que sonhou em salvar a Ilha do Marajó, no Pará, do descaso lá existente tanto pelos órgãos públicos quanto pela missão de denunciar as mais diversas violências.

> WALÉRIA – Eu decidi ser jornalista com 13 anos. Eu tinha dúvida se eu seria professora ou delegada, eu queria as duas coisas. Professora porque eu achava o máximo passar conhecimento; e delegada porque eu queria investigar todos os crimes e fazer justiça. Aí eu descobri que o jornalismo, na minha cabeça de 13 anos, eu podia fazer as duas coisas, porque a informação é conhecimento e porque eu faria apuração e faria denúncias das injustiças do mundo. E essa minha visão nunca mudou. Eu continuei achando que o jornalismo era o caminho para as duas coisas. Sempre, desde sempre.

No entanto, Waléria entendeu que, para se sustentar na profissão, na área em que gosta de militar, que é a prisional, entendeu que havia a necessidade de se qualificar com a graduação em Direito e, após a obtenção deste título, decidiu não parar e, atualmente, é discente do mestrado em Direitos Humanos. Desta forma, entende Bourdieu (2007) que,

> Quem pretende escapar à desclassificação pode produzir, de fato novas profissões mais ajustadas a suas pretensões (socialmente fundamentadas em um estado anterior das relações entre diplomas e cargos) ou, então – em conformidade com suas pretensões, por meio de uma redefinição que implica uma reavaliação –, reordenar as profissões, cujo acesso é garantido por seus diplomas (BOURDIEU, 2007 pg 143).

Neste sentido, na próxima sessão iremos explorar as estratégias de manutenção da profissão, levando em consideração as declarações apaixonadas pelo jornalismo e o que move a vontade de prosseguir no mercado de trabalho jornalístico. Observaremos também as práticas pela busca da reconfiguração na profissão, práticas ligadas à alta qualificação escolar, seja por meio de nova graduação ou pós-graduação, ou ambas.

3.3 A manutenção da profissão

Verificamos, entre as oito entrevistas, que se mantiveram na profissão os jornalistas mais antigos e politicamente ativos nos meios sindicais, os dois concursados e Waléria que, para se manter na profissão, concluiu mais uma graduação (Direito) para ter

mais estabilidade financeira e trânsito em seu espaço social. Desta forma, ao tratar com os profissionais mais experientes, sindicalizados ou até mesmo dirigentes sindicais, como é o caso de Fernando, o pertencimento dentro da redação e do ambiente profissional é intenso.

Com mais de 40 anos de profissão, sempre na cobertura esportiva de rádio ou jornal, Fernando é uma celebridade reconhecida por onde passa em toda a Paraíba. Sua voz circulou, ao longo de décadas, aos sábados e domingos, nas principais rádios locais e nacionais narrando os jogos de futebol estadual e, quando algum time viajava, lá ia o profissional entrar em campo para fazer a cobertura. Ele acompanhou toda a mutação decorrente do mundo analógico para o digital e, mais recentemente, a mudança do impresso para as mídias digitais. Ele foi o único repórter absorvido pelo portal do Correio, criado após o fechamento do jornal em 2020. Segundo ele, às vésperas do fechamento do Correio da Paraíba, visivelmente a empresa não tinha compromisso nem com a informação e nem com o trabalhador.

> FERNANDO – (...) porque eu acho que quando a empresa tem compromisso com o trabalhador, faz tudo para segurar, para sustentar ... mas daí botaram *on line* que é mais fácil ... demitiram 70 pessoas e deixaram cinco, seis trabalhando no *on line* que é muito mais fácil né fazer *on line*, não tem compromisso, qualquer hora ... quem fazia três ou quatro matérias por dia, pode fazer dez porque é uma matéria menor e (o repórter) não vai pra rua. Em cinco horas você faz 20 matérias. Normalmente pesquisa em agência (de notícias), pega a fala de um e de outro, escuta um rádio e não vai pra rua.

A situação de Laura é semelhante, com a diferença que após sair da redação d'O Norte, seguiu a trajetória em redações de assessorias de imprensa sindicais. Quando perguntada se a remuneração atual seria suficiente para arcar com as despesas da vida, incluindo moradia, alimentação e lazer, disse que já era aposentada como jornalista, mas com rendimentos insuficientes, "com a aposentadoria só dá para pagar, basicamente, o plano de saúde". Desta forma continuou trabalhando sempre em dois ou três lugares para se sustentar: "se eu fosse viver só daqui do atual trabalho, não daria não. O custo de vida aumentou demais". No caso de nossas entrevistas sindicalistas, a formação política teve muita influência em se manter na área do jornalismo não apenas nas relações, mas principalmente por acreditar no jornalismo enquanto uma classe trabalhadora fundamental para a manutenção do estado democrático de direito.

O caso de Túlio, por exemplo, é emblemático porque ele entrou na universidade em 2011, dois anos após a desregulamentação da profissão, e sequer sabia que havia acontecido essa supressão de direitos. Na verdade, segundo o jornalista, nem ele nem sua turma tinham conhecimento desta situação. Dentro da sala de aula, não lhe foi apresentada a realidade profissional, conforme relatado na entrevista. No entanto, Graziela e sua turma de colação de grau sentiram na pele as dificuldades impostas desde o dia da formatura. A desregulamentação da profissão, para ela, foi a porta de entrada para o concurso público, além da insistência da família para se manter no mercado de trabalho com segurança e estabilidade.

> GRAZIELA – Nossa, eu lembro que isso foi um baque. Eu lembro que eu fui dormir chorando esse dia dessa decisão, porque a gente tava na véspera da formatura, praticamente assim, a gente ia se formar em poucos meses, né ... concretizar, porque a essa altura a gente já tinha defendido monografia e tal. A gente chamou de 'o presente que o Gilmar Mendes nos deu', né, de formatura. Então, assim, isso impactou muito a mim e a minha turma, porque é muito ruim você fazer toda uma trajetória acadêmica, terminar e aí descobrir que o seu diploma, em tese, não vale nada, né, para o mercado. E essa foi a segunda coisa que me empurrou para o concurso público. Porque assim, isso me deu uma consciência clara de que a profissão ia entrar naquela precarização que eu já identificava. Aí eu falei, isso só vai piorar porque qualquer pessoa vai poder exercer a profissão, mesma profissão que eu, mesmo sem ter feito a trajetória da universidade e sem ter aprendido o que eu aprendi. Nos concursos públicos ainda se cobrava diploma e ainda se cobra. Então assim, foi o segundo empurrão pro concurso público, foi isso aí. Porque eu falei, bom, então assim, o lugar mais protegido onde eu vou conseguir exercer a minha profissão de maneira mais justa, vai ser no concurso público.

Dentro de uma lógica atual, onde o capital se apresenta ao trabalhador e a trabalhadora em busca de soluções individuais, nada mais coerente ao capitalismo que na própria escola o indivíduo não seja apresentado ao mercado de trabalho. Neste sentido, Filgueiras (2021), ao analisar as novas relações de trabalho e o novo mundo capitalista, entende que, caso trabalhadores escolham não questionar a ordem: "é preciso denunciar as inconsistências (econômicas e de mercado) e impor aos verdadeiros empreendedores (capitalistas), via políticas públicas, soluções para o desemprego" (pg 180).

Por outro lado, a paixão pela profissão levou à busca pela reconfiguração das práticas jornalísticas, fazendo com que Waléria, por exemplo, buscasse outra graduação

para unir os conhecimentos na área jurídica com sua ampla experiência em mais de 20 anos de jornalismo. Não satisfeita com todo conhecimento, atualmente cursa mestrado em Direitos Humanos com o intuito de seguir estudando cada vez mais. Mesmo caso de Aline e Túlio que buscaram qualificação na área com o mestrado profissional em comunicação pela UFPB, no entanto foi por meio de outros cursos que conseguiram colocação profissional com estabilidade e garantias, fugindo das práticas jornalísticas configuradas pela precarização e baixa remuneração do jornalismo.

3.4 Trajetórias precárias

Tanto Laura, quanto Fernando disseram não ter enfrentado a precarização nas redações depois de se firmarem jornalistas experientes. Mesmo tendo de trabalhar em mais de uma redação, alegam que era tranquilo o ambiente profissional. Não é o caso das outras entrevistas que disseram enfrentar situações extremas no ambiente de trabalho. A trajetória profissional desta pesquisadora que estuda a precarização do trabalho no jornalismo também não é muito distante. A semelhança dos inícios na carreira, por exemplo, impressiona. A regra parece ser a mesma na Paraíba, Rio Grande do Sul e Brasília. Ou seja, não é um ambiente propício ao acolhimento do início ao fim.

> ALINE – (a remuneração) era R$ 1.200 se não me engano. No começo foi difícil pra mim porque eu não tinha experiencia em redação né aí cheguei lá e tinha uma chefe de reportagem, que eu lembro até hoje, no meu primeiro dia ela me botou pra fazer uma matéria, que era destruição do aeroclube da prefeitura, que na época era a principal notícia ... aí colocam a pessoa no primeiro dia e botou assim: vai lá! Sem explicar porra nenhuma ... aí cheguei lá, beleza, anotei as coisas e quando eu cheguei na redação como é que coloca num texto que eu não sabia? Fiquei lá até quase quatro horas da tarde, não escrevi quase nada. Aí no outro dia todo mundo [os outros jornais] deu manchete né, primeira página, e só o Correio que deu uma notinha bem fuleira. Não posso fazer nada né! (risos) para você ver como ficou marcado que eu lembro até hoje ... começou o mutirão carcerário, apure! Era assim a pauta .... ó pega o carro que o carro tá saindo, vai lá ... aí beleza, né eu ia ....

No caso de Túlio, não havia diferença salarial em trabalhar na redação diária ou na produção de reportagens especiais veiculadas aos domingos, uma clara desconsideração pela atuação do profissional, que não teve reconhecimento salarial. A

falta de plano de carreira ou algo alguma diferenciação interna poderia incentivar jornalistas a permanecer na redação. Por isso, a alta rotatividade dos profissionais impressiona e pode ser comparada com a alta rotatividade dos entregadores de alimentos, por exemplo. O clima descontraído e juvenil também chama a atenção para uma atividade laboral descontraída e distante de um comprometimento maior, favorecendo a entrada de um perfil bastante jovem e inexperiente nas redações, conforme apontado tanto na pesquisa sobre o Perfil de Jornalistas Brasileiros, quanto nos estudos da ECA-USP sobre novos arranjos alternativos do mercado de trabalho de jornalistas, como o caso do início da carreira de Waléria. Nesta fala ela relata sua experiência na primeira vez que pisou em uma redação de jornal e descreve, conforme citado no capítulo 2, o clima coletivo que configurava a estrutura de um ambiente de trabalho de repórteres, incluindo o assédio.

> WALÉRIA – No Brasil foi o último jornal que ainda funcionou do Diários Associados. Ele fechou, ele fechou, acho que em 2001, 2000 ou 2001, por aí, o jornal A província do Pará. Mas a época que eu trabalhei lá foi 99 ou início de 2000. Não, foi 99. Eu saí ainda em 99 porque eu fui para a Record. E nesse jornal ... o motivo de eu ter saído, eu gostava muito, foi ... nossa, foi, foi uma experiência incrível. A primeira vez que eu estive numa redação, né, e era uma redação raiz, com tiozão escrevendo com cigarro caindo da boca caindo cinza de cigarro no teclado, tudo muito antigo, tinham quadros da inauguração, com Assis Chateaubriand, umas coisas assim ... era um prédio histórico em Belém, era uma coisa ... só que aí começou a atrasar salário. Eu peguei uma greve em 99. É, eu mesmo passei por uma experiência também bem dantesca, porque eu fui, eu entrei como estagiária, e aí o dono do jornal uma vez me chamou na sala dele, eu nem sabia que ele sabia que eu existia, e falou que tinha lido umas matérias minhas, que ele achava que eu tinha muito talento, que tarananã, e que ele estava querendo me promover para repórter C, que pelo nosso plano de carreira era tipo o repórter que ganhava menos. E aí ele me perguntou se eu teria disponibilidade para ter mais entrega no jornal, mais tempo, e eu falei que sim. Fiquei super empolgada e contei com esse dinheiro porque, afinal de contas, minha carteira seria assinada. Quando veio meu salário, veio como dia estagiária e eu fiz um escândalo generalizado no RH. Até porque àquela altura ele já tinha me chamado outras duas vezes na sala dele para perguntar o que eu estava achando. E eu estava começando a ficar muito incomodada de ser chamada na sala dele, porque era sempre só eu e ele. E aí eu fiz um escândalo no RH, perguntando se não tinha vindo meu salário inteiro, porque eu não tinha caído no assédio dele.

A precarização da profissão, sentida por nossos entrevistados, é recorrente desde o período do estágio profissional. Fátima relatou que seu primeiro trabalho quando entrou na faculdade foi dentro de uma redação onde ela realizava trabalho de jornalista profissional, mas recebia como secretária, além de sofrer assédios para desenvolver melhor suas atividades. Fernando igualmente iniciou sua jornada de radialista esportivo fazendo pequenos trabalhos dentro da redação de rádio de forma gratuita, por paixão em narrar jogos de futebol. Waléria foi assediada em sua primeira experiencia de redação de jornal impresso e, a partir de então, buscou trabalhar em lugares que a cercasse de mulheres. Tanto ela quanto Fátima já passaram por mais de 15 redações em quase 30 anos de atuação. Por sua vez, Graziela iniciou suas atividades profissionais em uma redação que a pagava como estagiária, mas exigia responsabilidades profissionais. Laura viu sua função de revisora de texto ser extinta à medida que a virada do milênio anunciava o avanço das tecnologias.

Cláudio entrou no Diário do Borborema escrevendo gratuitamente para se inserir no mercado de trabalho que, à época, já era escasso em Campina Grande. Para chegar até o jornalismo, ele "comeu um dobrado", como se diz no Nordeste. Aprendeu o ofício de dar aula cedo, quando do tempo que morava em São Paulo, aprendeu informática (antes dos anos 2000) e, ao retornar à Paraíba, trouxe seu computador desmontado em caixas. Foi quando chegou à sua cidade natal com o grande diferencial adquirido na vivência da cidade grande: mexer em computador e dar aula de computação. Desta forma, dando aulas de informática, nosso entrevistado chegou ao jornal. Lá ficou por cerca de três anos e sua saída foi, segundo ele, bastante controversa pois havia recentemente ganho a premiação nacional de melhor primeira capa de jornal do país, concorrendo com impressos da região Sul-Sudeste.

> CLÁUDIO – (...) depois que a gente ganhou o prêmio, a gente nem era assim tão bem remunerado, mas eu nesse momento – nesse momento, não ... quando teve a reforma do jornal eu comecei a fechar a primeira página do jornal. Eu comecei da página social, a outras páginas, projetos especiais, e daí passei a fazer a primeira página, tudo isso em um ano e pouco. Entrei na virada de 1999 para 2000 e em 2001 já estava fechando a primeira página. Na verdade, o prêmio Esso foi muito louco porque abriu portas né eu fui trabalhar depois pra fazer parte do jornal A União, mas ....

Foi quando, segundo o jornalista, começou a ser perseguido e o prêmio, que poderia ser um motivo de orgulho para toda a redação, acabou se tornando o fim de uma promissora carreira. Cláudio conta, ainda, que ao pedir demissão, em razão da visibilidade sugerida por ter vencido o concurso nacional, pleiteou os direitos trabalhistas enquanto uma forma de ser recompensado, que lhe foi sumariamente negado.

Nesta parte das demissões ou pedidos de demissão das redações, também temos um ponto em comum entre Aline e Túlio, que não são dirigentes sindicais. No entanto, nos três casos, já não havia nem clima para seguir o trabalho e nem vontade dos jornalistas em prosseguir na redação, tamanho o desgaste profissional e emocional, segundo eles, diante das jornadas exaustivas. Desta forma, Aline partiu para atuação fora do campo jornalístico e Túlio e Cláudio seguiram carreira de servidores públicos federais. Temos, desta forma, as estratégias de sobrevivência após a decisão de sair da área de atuação profissionais para encontrar novas disposições sociais e práticas profissionais, mesmo com o acúmulo de experiencia jornalística – o que, de certa forma, impulsionou a procura por uma identidade socioprofissional.

3.5 Trajetórias alteradas a reconversão de capitais

Nossas oito entrevistas podem ser consideradas altamente qualificadas: são graduadas e graduados em jornalismo, com mestrado e especialização na área de comunicação. Mesmo assim o campo do jornalismo não atendeu às expectativas salariais e de carga de trabalho que se mostraram, cada vez mais, exaustivas e sem sentido. Exceto os colegas sindicalistas, Waléria e Graziela, nossos outros entrevistados desistiram da profissão quando compreenderam que não haveria mais espaço para onde desenvolver habilidades e, consequentemente, aumento da remuneração.

No caso de Túlio, que passou no concurso público federal, o jornalismo foi a porta de entrada no sistema judiciário ao qual o jornalista pretende fazer carreira. Conforme ele revela, a ideia é prestar outro concurso para procurador do trabalho, seu grande sonho e realização profissional e pessoal. Para ele, o jornalismo segue sendo apenas sua primeira profissão, afirmação que dá sem nenhuma empolgação sobre o passado de repórter. eram cinco vagas, sendo três para ampla concorrência ... e era o concurso que mais tinha vaga para jornalista, que em geral era uma ou duas. Nessa época eu já vinha fazendo concursos com uma vaga e ficando em sexto lugar, em quarto lugar, em nono lugar ... teve um que eu achei que ia passar, do IFPB (Instituto Federal), para jornalista e fiquei em nono lugar,

achei que um dia ia ser chamado, mas não fui chamado. E aí surgiu esse concurso pra jornalismo no Governo Federal, eram cinco vagas, três de ampla, um PCD e um negro e eu fiz para ampla. Aí eu pensei, ah, é um concurso que vai ter prova no Brasil inteiro, não vou precisar viajar, vai unir jornalismo e direito, que são as minhas duas áreas.

A partir dos relatos de Aline, Cláudio e Túlio, é possível perceber que o gatilho da reconversão foi a falta de perspectiva e um acúmulo de abusos e assédios por parte das chefias. No entanto, nossas três fontes compartilhavam de uma situação pessoal e familiar favorável ao processo de buscar outra profissão, seja mudando de cidade e estado, seja cursando outra graduação. Portanto, a principal característica da reconversão, conforme a teoria bourdieusiana, se aplica nessas três entrevistas, em que nossas fontes se utilizaram dos sistemas de ensino para sair da profissão inicialmente escolhida, quando mais jovens e sem conhecimento das entranhas do jornalismo, para outra, agora sim com possibilidade de formar uma carreira, seja na docência, no funcionalismo público ou na área de sistemas de computação. Diz Bourdieu (2007):

> As transformações recentes da relação entre diferentes classes sociais e o sistema de ensino, cuja consequência foi a rápida propagação da escolaridade, incluindo todas as mudanças correlatas do próprio sistema de ensino, assim como todas as transformações da estrutura social que resultam – pelo menos, em parte – da transformação das relações estabelecidas entre diplomas e cargos, decorrem de uma intensificação da concorrência pelos diplomas; com efeito, para garantir sua reprodução, as frações da classe dominante (empresários da indústria e do comércio) e das classes médias (artesões e comerciantes), mais ricas em capital econômico, tiveram de intensificar fortemente a utilização que faziam do sistema de ensino (BOURDIEU, 2007 pg 123-124).

A escolha em mudar de profissão se dá, contudo, em um visível processo de precarização das relações de trabalho, conforme os relatos. As reconversões, segundo Bourideu (2007) "traduzem-se por outros tantos deslocamentos em um espaço social que nada tem de comum com o espaço, a um só tempo, irreal e ingenuamente realista dos estudos rotulados de "mobilidade social"" (pg 122). Podemos verificar, por exemplo, que tanto Aline quanto Cláudio percebem que o jornalismo melhorou a atuação profissional em novo espaço social, trazendo mais dinâmica ao ambiente profissional de reconversão profissional. Do ponto de vista financeiro, ambos disseram que agora se sentem mais seguros de seus direitos e deveres.

No entanto, o que podemos concluir neste espaço exíguo de debates e reflexão, é que existe uma predisposição social de buscar novos caminhos a trilhar, na medida em

que, cada vez mais, o jornalismo perde espaço para outras agendas neoliberais que nada têm a oferecer além de um presente futuro sem muitas alternativas, levando em consideração a assustadora metamorfose do capitalismo na Era Digital.

CAPÍTULO IV / Novos caminhos a trilhar

A sociologia, como todas as ciências, tem por função desvelar coisas ocultas; ao fazê-lo, ela pode contribuir para minimizar a violência simbólica que se exerce nas relações sociais e, em particular, nas relações de comunicação pela mídia.
Pierre Bourdieu (1997 cap22)

Ao longo das décadas, assim como o estilo jornalístico evoluiu e se adaptou às novas tecnologias, com o passar do tempo, o perfil do profissional de imprensa também precisou se atualizar. Para além das classificações dos estilos jornalísticos[46], da escrita literária ao surgimento do rádio, passando pela "ditadura do *lead*"[47] à criação da linguagem televisiva com a chegada da TV, a identidade do profissional de imprensa merece destaque no processo dessa construção. Desta forma, mais do que entender a importância social da imprensa brasileira, faz-se necessário compreender a figura que sempre esteve por trás da notícia: a/o jornalista!

Neste sentido, a análise das trajetórias examinadas para esta etapa da pesquisa sugere que tanto a reconfiguração do trabalho de jornalista quanto a reconversão laboral enquanto estratégia do conjunto de práticas socioprofissionais tendem a manter a precarização enquanto meio de sobrevivência para o caso de quem escolheu seguir na profissão por missão ou paixão, tal qual relatam Laura, Fernando e Fátima. Para quem escolheu a reconversão, como no caso de Aline e Cláudio, a transformação profissional em certa altura da maturidade profissional se deu a partir de traumas vividos em seus percursos, seja por baixa remuneração ou pela ausência de campo de trabalho após o fechamento dos impressos na Paraíba. No entanto, a busca por qualificação profissional por meio de concurso público, novas titulações, novos cursos de graduação ou dedicação

[46] Dentre os estilos jornalísticos, por exemplo, o opinativo e o literário da virada do século XIX para o XX "é fruto de um momento histórico em que a imprensa ainda não era vista como empresa capitalista, mas como instrumento de luta política ou embate entre ideais estéticos" (SEABRA, 2002, p. 34).
[47] A racionalização do meio que envolve a notícia coincide com um novo estilo de texto jornalístico, que se distancia do padrão literário do séc. XIX. É o aparecimento da técnica do lead (parágrafo inicial que serve de guia ou orientação), no qual o jornalista anuncia os seis elementos da notícia: o que, quem, quando, onde, como e por quê. (SEABRA, 2002, p.38).

à vida acadêmica para progredir financeiramente ou mudar de carreira, como foi a trajetória de Túlio, Waléria e Graziela, faz um elo entre nossos jornalistas entrevistados.

Sob essa perspectiva, Bourdieu (1997), analisa que existe uma "tensão entre o que é exigido pela profissão e as aspirações que se adquire nas escolas de jornalismo". O autor, inclusive, delimita uma idade específica para a crise pessoal da profissão de jornalista: os 40 anos! Para ele,

> O jornalismo é uma das profissões em que se encontram mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas, em que se exprimem muito comumente (sobretudo ao lado dos dominados, evidentemente) a cólera, o asco ou o desencorajamento diante da realidade de um trabalho que se continua a viver ou reivindicar como "não como os outros". Mas se está longe de uma situação em que essas amarguras ou esses repúdios poderiam tomar a forma de uma verdadeira resistência, individual e sobretudo coletiva (BOURDIEU, 1997 pg 63-64).

Diante de tal citação, escrita no final dos anos 1990 e ainda reflete de forma lúcida a realidade da profissão em 2026, poderíamos pensar em parar por aqui nossa análise final, deixando esta reflexão como um fechamento desta pesquisa, especialmente em razão dos argumentos discorridos ao longo deste trabalho. No entanto, vivemos em um novo paradigma de mundo e reconfiguração do trabalho em nível mundial e é preciso aprofundar o pensamento no intuito de conhecer quais seriam os novos caminhos a trilhar diante do desmanche de uma profissão cujo objetivo principal é comunicar e informar acontecimentos regionais, nacionais e mundiais. Portanto, resgatar o objetivo geral desta tese de doutorado é necessário para prosseguir na investigação de possíveis novos rumos. Resgatamos, portanto, a introdução desta pesquisa que traz a seguinte problematização:

> Neste estudo, em especial, emerge compreender sobre de que forma as crises socioeconômicas se relacionam, seja como causa ou efeito, com o desmantelamento de proteções sociais a partir do estudo de trajetórias de profissionais de imprensa que perderam suas posições de trabalho em razão do fechamento dos jornais impressos paraibanos, sem deixar de lado análise nacional e global, já que estamos tratando de uma realidade presente no mundo todo. Além disso, avalia-se como as transformações no mercado laboral e nas profissões desafiaram as tradicionais formas de regulação do trabalho, estabelecidas no período moderno.

A partir deste pensamento, conforme dito na introdução desta pesquisa, o estudo se propôs a examinar como a desregulamentação da profissão e a emergência de novas tecnologias impactaram os percursos ocupacionais, seja na forma escolhida em se manter

na carreira de jornalista, ou na opção pela migração para outra profissão ou forma de sustento ou, ainda, na qualificação para seguir a carreira. A ideia, portanto, foi entender a relação entre a precarização do trabalho, a influência do Estado enquanto agente regulador e as transformações tecnológicas, partindo do princípio que é do corpo estatal regular as regras que regem o mercado. Portanto, buscamos investigar de que forma a escolha pela profissão aconteceu, os impactos da demissão e do fechamento dos jornais, além da relação com as novas tecnologias, até chegar aos dias de hoje e atual vinculação profissional.

Se existe uma disposição dos nossos entrevistados em dispensar ou trocar o jornalismo por outra profissão que melhor atenda aos anseios materiais, culturais e simbólicos, refletimos sobre as razões pelas quais mulheres e homens, qualificados com diploma superior, especializações e pós-graduação, toleram diariamente jornadas exaustivas de trabalho com remuneração abaixo do que poderia ser o ideal. A esse respeito, Boltanski e Chiapello (2009) chegaram à conclusão de que o capitalismo necessita de uma justificação social para permitir que o cotidiano não seja insuportável e desprovido de sentido. Desta forma, os autores entendem que o "espírito do capitalismo" pode ser compreendido por meio de um "conjunto de crenças associadas à ordem capitalista":

> Para manter seu poder de mobilização, o capitalismo, portanto, deve obter recursos fora de si mesmo, nas crenças que, em determinado momento, têm importante poder de persuasão, nas ideologias marcantes, inclusive nas que lhes são hostis, inseridas no contexto cultural em que ele evolui. O espírito que sustenta o processo de acumulação, em dado momento da história, está assim impregnado pelas produções culturais que lhe são contemporâneas e foram desenvolvidas para fins que, na maioria das vezes, diferem completamente dos que visam justificar o capitalismo (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, pg 53).

No que se refere à qualificação dos trabalhadores, para Boltanski e Chiapello (2009) é relevante analisar o período entre guerras (1918 a 1939), sob a perspectiva do trabalho assalariado quando, àquela época, este regime era reservado exclusivamente aos operários. A transição de renda que ocorreu naquele período, cujos bens imobiliários em forma de acumulação de patrimônio passam por transformações consideráveis especialmente em razão da desvalorização das moedas ao longo de décadas, alavanca outro processo de transformação histórica: membros da burguesia passassem a ser

assalariados, baixando consideravelmente seu nível de vida. Consequentemente emerge nova organização social e dos recursos econômicos que "acarretou um novo estilo de vida para as profissões de nível superior, apoiadas em novos dispositivos de garantias, não mais patrimoniais, porém sociais" que, de acordo com os autores, fez surgir "uma nova possibilidade de viver 'burguesmente'".

A discussão sobre classe social vai além dos clássicos classe alta e média, média alta e média baixa; ou a diferenciação de classes por letras A, B ou C. O mundo ficou muito mais complexo, exigindo da ciência social um debruçar mais apurado sobre as desigualdades socioculturais. Neste sentido, Bourdieu apresentou em *A Distinção*, publicada no final dos anos 1970, uma síntese dos conceitos sobre a prática social e à formulação de uma teoria sobre classe social (Rombaldi; Tomizaki, 2023). E, para cada avanço brusco do capitalismo em forma de desregulamentação das atividades profissionais e do esgarçamento da flexibilização da legislação trabalhista com a liberalização de regras, é necessário estudar o comportamento da sociedade bem como suas disposições em se adequar ao que lhe é oferecido. Neste sentido, trazemos Bourdieu para o centro do debate do tema trabalho:

> Ainda que muitos defendam que tais reflexões foram direcionadas, ao longo da trajetória acadêmica do autor, a temas culturais, elas trazem uma inegável contribuição à problematização das configurações e das dinâmicas das relações de trabalho. Afinal, como explicar a maior ou menor disposição de trabalhadores a adaptarem-se ao trabalho em suas mais diversas configurações? Como compreender a desigualdade de condições para que indivíduos sejam bem-sucedidos nos esforços empreendidos ao longo de seus percursos ocupacionais? Como entender o engajamento e o desengajamento de trabalhadores junto a sindicatos e aos mais diversos movimentos de contestação política? (ROMBALDI; TOMIZAKI, 2023, pg 722).

Sobre os avanços do capitalismo, as novas tecnologias transformaram o cotidiano em escala global, com mutações que perpassam a vida laboral e impactam diretamente na sociedade. Essa agenda do capital, de acordo com Antunes (2023), "encontra-se sob comando do capital financeiro, a quem cabe impulsionar e dirigir econômica, política e ideologicamente a totalidade da produção e reprodução do valor". O autor analisa que tamanha transformação incide diretamente em novos espaços produtivos que, segundo ele, "estão cada vez mais conectados com as plataformas digitais e o mundo dos algoritmos". Antunes destaca que,

> Com a ampliação do universo digital, e as tecnologias de informação e comunicação presentes cada vez mais na produção (em sentido amplo), encontramos novos componentes que merecem uma análise cuidadosa, de modo a melhor captar o papel que essas tecnologias vêm desempenhando nas formas de acumulação do capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2023, pg 17).

Percebe-se, desta forma, a batalha que a Federação Nacional de Jornalistas, em conjunto com os 31 sindicatos que representa, enfrentam esta batalha contra a plataformização do trabalho de jornalistas e a monopolização de Big Techs, cuja intensificação se deu a partir do confinamento promovido pela Pandemia de Covid-19, entre os anos de 2020 e 2023. A percepção de nossas entrevistas destaca o acirramento da busca por novas formas de trabalho no jornalismo, seja se tratando da reconfiguração laboral ou da reconversão de capitais para novas formas de subsistência. Percebemos, por exemplo, que nenhuma entrevista apontou dificuldades em se adaptar às novas tecnologias, no entanto, quando examinado de forma acadêmica, existe um vácuo entre quem se formou jornalista na virada do milênio para quem chegou recentemente. Digo isso em razão da intensificação e globalização do uso das redes sociais para comunicar e omitir opiniões pessoais. O número de influencers cresce a cada dia, atingindo milhares de pessoas com tudo o que é tipo de informação, seja falsa ou não. E isso tem impactos profundos na profissão de jornalista, especialmente quando a rotina destes profissionais é regida sob a pressão de algoritmos. Bourdieu (1997), destacava que ser jornalista era viver sob a pressão do mercado de anúncios e patrocínios que ditavam as regras do que deveria ou não ser publicado. Desse modo, retornamos à influência do campo jornalístico sobre outros campos, especialmente os políticos e culturais. Conforme Bourdieu,

> (...) o reforço da influência de um campo jornalístico, ele próprio cada vez mais sujeito à dominação direta ou indireta da lógica comercial, tende a ameaçar a autonomia dos diferentes campos de produção cultura, reforçando no interior de cada um deles, os agentes ou as empresas que estão propensos a ceder à sedução dos lucros "externos" porque são menos ricos em capital especifico (científico, literário, etc) e estão menos seguros dos lucros específicos que o campo lhes garante imediatamente ou em prazo mais ou menos longo (BOURDIEU, 1997 pg 110).

No que se refere à plataformização dos meios de comunicação, ficamos frente a frente com a questão que dá título a esta pesquisa: o fechamento dos jornais impressos!

Regidos sob uma nova filosofia de sociedade a partir dos avanços tecnológicos, a interferência em um novo estilo de práticas jornalísticas adaptou-se a este movimento que não tem perspectiva de retroceder. Dito de outra forma, a absorção de profissionais de imprensa segue a cartilha neoliberal à qual tantas outras profissões estão sujeitas. Pochmann (2024) examina que as medidas laborais de desregulamentação de direitos laboral estão diretamente ligadas às reformas estruturais praticadas pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), e Reforma da Previdência de 2019 (EC 103/2019). O autor avalia que estas medidas favoreceram as corporações transnacionais:

> Para a classe trabalhadora, a desvalorização e sofrimento resultaram da perda do horizonte do trabalho assalariado formal, mediante a prevalência de das ocupações gerais, incapazes de gerar identidade e pertencimento coletivo, bem como a mobilidade social ascendente (POCHMANN, 2024 pg 40).

Pochmann (2024) sugere que "o primeiro quarto do século XXI consolida a passagem da antiga sociedade industrial para a nova Era Digital". O economista aprofunda a observação sobre esta nova sociedade "perante os movimentos de globalização, das mudanças climáticas e do determinismo tecnológico". Esta tríade seria, de acordo com o autor, determinante para "a naturalização da desigualdade que legitima dada realidade produzida, cujo papel dos aparelhos ideológicos (Estado, instituição familiar, escolas mídia) se tornou fundamental". Para o atual presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a sociedade industrial e agrária se formou de maneira desigual e hierarquizada, reproduzindo um descompasso educacional diante das diferenças sociais, intensificadas a partir da introdução de ferramentas tecnológicas que aprofundam os abismos entre a sociedade.

> A violência simbólica se manifesta pela forma homogênea de cultura que tende a ser imposta a todos no interior das sociedades de classe. Foi nesse sentido que Pierre Boudieu (1930-2002) ressaltou o quanto a desigualdade assumiu a condição de diferença, que se converte em vantagens de alguns em relação às desvantagens dos demais, revelando a sua evolução e reprodução ao longo do tempo (POCHMANN, 2024 pg 63).

Sobre os avanços do capitalismo, as novas tecnologias transformaram o cotidiano em escala global, com mutações que perpassam a vida laboral e impactam diretamente na

sociedade. O salto tecnológico em curso, segundo avalia Pochmann (2024), "se move por inovações disruptivas, cuja alteração no papel do Estado é estratégica, mediante a inquestionável monopolização da concorrência pelas grandes corporações privadas" (pg 64). Seguindo este raciocínio, para o autor,

> Na Era Digital, as informações pessoais são capturadas, armazenadas e sistematizadas pela inteligência artificial. Máquinas de aprendizado são treinadas por algoritmos. Operam com volume de dados sem precedentes, que resultam tanto nas decisões individuais como do setor público e privado. Assim, uma vastidão de informações sob o domínio da política de privacidade das *big techs* (música, filmes, percursos no trânsito feito por aplicativo, as contas e operações financeiras, lista de contatos telefônicos, mensagens, etc.) está sendo deslocada 24h por dia para redes de informação e comunicação que não são brasileiras – pertencentes às empresas estrangeiras (POCHMANN, 2024 pg 81).

Para além das dificuldades socioeconômicas e estruturantes do ponto de vista laboral, impostas pelo avanço do capitalismo de plataformas nessa nova fase da era digital, o aprofundamento da desigualdade é abissal. E isso não é novidade alguma há dois séculos: quanto mais a riqueza acumula e concentra entre poucos, maior a exclusão e subdesenvolvimento das maiorias. Neste sentido, Pochmann compara o desenvolvimento da sociedade capitalista na era industrial, com a formação desta nova disposição socioprofissional que se apresenta no presente futuro.

> As classes sociais estruturantes do capitalismo tardio, como o operariado e a burguesia industrial, sofreram profunda metamorfose. Enquanto a burguesia industrial se converteu em rentista, comerciante de produtos importados ou exportadora de produtos primários, o operariado da manufatura foi sendo deslocado das atividades tipicamente capitalistas para as ocupações informais e, por conta própria, às atividades de economia popular e de subsistência (POCHMANN, 2024 pg 108).

Desta forma, entendemos que os *Novos Caminhos a Trilhar*[48] não se encaixam somente para examinar esta ou aquela profissão, mas sim compreender de que forma a Era Digital irá absorver a sociedade laboral diante de imensos desafios humanos, sociais e econômicos. Portanto, em acordo com a FENAJ, que hoje é a voz de jornalistas sindicalizados ou não, a precarização do jornalista tem implicações direta para a

[48] Grifo da pesquisadora.

democracia, tendo em vista a atuação entre a notícia, o fato e a publicação, comprometendo a qualidade e a ética profissional, diante do fenômeno cada vez mais carregado de novas tecnologias, considerando o uso descomedido da Inteligência Artificial (IA) em nome da concentração do capitalismo de plataforma, acentuando radicalmente as relações de trabalho, conhecimento e poder. Isso tudo em se tratando somente do jornalismo como um laboratório de estudos entre precarização, Estado, trabalho, regulamentação e trajetória, em conformidade com as palavras-chave que traduzem em poucos caracteres o que esta pesquisa levou cinco anos de investigação profunda e detalhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve o propósito de refletir e compreender a relação entre a precarização do trabalho de profissionais da imprensa a partir da análise de trajetórias de vida pessoal e profissional, do desmantelamento de proteções sociais em razão do fechamento dos jornais impressos paraibanos, além de examinar a situação de jornalistas que trabalham em nível nacional. Este estudo também se propôs a investigar como a desregulamentação da profissão e a emergência de novas tecnologias impactaram os percursos ocupacionais, seja na forma da escolha por se manter na carreira de jornalista, ou na opção pela migração para outra profissão ou forma de sustento ou, ainda, na busca por qualificação para seguir a carreira jornalística. A iniciativa teve, ainda, o intuito de entender a relação entre a precarização do trabalho, a influência do Estado enquanto agente regulador e as transformações tecnológicas.

No entanto, ao longo deste percurso acadêmico, à medida em que os estudos teóricos avançavam, concomitantemente com a pesquisa de campo, outras hipóteses foram levantadas. Em relação à uberização da profissão, por exemplo, foram descartadas as possibilidades, conforme exposto no Capítulo I da tese. Questionamentos iniciais como a relação entre baixa remuneração e precarização de jornalistas, também não constatado, em que pese a maioria das/os entrevistadas/os relatarem que os baixos salários desestimularam, ao longo da vida, a permanência na profissão. Esta conclusão contou com o cálculo da média salarial na Paraíba e em nível nacional. Divulgação do Governo da Paraíba, com base nas informações da pesquisa PNAD Contínua 2025, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e analisados pelo Instituto

Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), apontou que "a média salarial dos trabalhadores da Paraíba terminou o ano de 2024 com o segundo maior rendimento do Nordeste, com um valor de R$ 2.406, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte na região"[49]. Em que pese a média salarial vista nas entrevistas, entre dois e oito salários-mínimos, para as e os entrevistadas/os, a precarização ficou perceptível por meio do assédio moral e sexual, jornadas exaustivas, dois ou três trabalhos para conseguir viver em acordo com seus sonhos/projetos de vida.

Dito isto, para responder ao objeto da pesquisa, busquei pela construção interpretativa a partir das trajetórias analisadas e embasadas com a teoria escolhida para este estudo, conforme debatido no Capítulo IV. Desta forma, a resposta que se chega, ao entrelaçar as vidas socioprofissionais das/os entrevistadas/os é que a precarização laboral sentida tanto nas entrevistas, quanto no campo, está em total acordo com as pesquisas apresentadas entre os Capítulos I e II, em nível nacional, cujo perfil profissional constata o agravamento da saúde física e mental com as novas relações de trabalho verificadas tanto pela desregulamentação da profissão, quanto pelo ritmo frenético do avanço das tecnologias. Aqui me refiro à flexibilização das formas de contratação, constatando que além da alta rotatividade, frequente na dinâmica da profissão, aumentou consideravelmente tendo em vista o debate sobre terceirização e flexibilização realizados ao longo da tese. Importante destacar que essa consequência é observada nas iniciativas privadas e em âmbito da esfera pública.

No que se refere à emergência de novas tecnologias, percebemos que impactaram sim os percursos ocupacionais, seja na forma escolhida em se manter na carreira de jornalista, ou na opção pela migração para outra profissão ou forma de sustento ou, ainda, na qualificação para seguir a carreira. A ideia, portanto, foi entender a relação entre a precarização do trabalho, a influência do Estado enquanto agente regulador e as transformações tecnológicas, partindo do princípio que é do corpo estatal regular as regras que regem o mercado. Portanto, buscamos investigar de que forma a escolha pela profissão aconteceu, os impactos da demissão e do fechamento dos jornais, além da

[49] https://paraiba.pb.gov.br/noticias/media-salarial-dos-trabalhadores-da-paraiba-e-segunda-maior-do-nordeste-aponta-ibge#:~:text=Nordeste%2C%20aponta%20IBGE-,M%C3%A9dia%20salarial%20dos%20trabalhadores%20da%20Para%C3%ADba,maior%20do%20Nordeste%2C%20aponta%20IBGE&text=A%20m%C3%A9dia%20salarial%20dos%20trabalhadores,Grande%20do%20Norte%20na%20regi%C3%A3o. Visto em fevereiro de 2026.

relação com as novas tecnologias, até chegar aos dias de hoje e atual vinculação profissional.

Isto posto, no âmbito desta pesquisa, após anos de trajetórias profissionais e pessoais, encontramos jornalistas que desistiram totalmente da profissão, que se tornaram professores universitários na área cultural com viés para a comunicação, dois que decidiram cursar Direito para alavancar outras oportunidades de obter renda maior, uma que quase desistiu do jornalismo porque se formou no mesmo ano e mês da decisão do STF em eliminar o registro profissional, uma aposentada que ainda precisa trabalhar para conseguir manter o plano de saúde e outra jornalistas exausta pela jornada diária ao servir a dois patrões, como ela mesma diz, em razão da terceirização de mão de obra na área de comunicação, dinâmica que se perpetua cada vez mais em órgãos públicos federais.

Trabalhamos, portanto, com os seguintes questionamentos que esta pesquisa estimulou:1) a substituição de mão de obra por tecnologia de Inteligência Artificial; 2) a disposição das práticas estatais brasileira, inspiradas na universalização e domínio global das redes sociais em insuflar novas profissões totalmente desprovida de regulação e, por sua vez, o aumento da fila da informalidade – me refiro aqui a novas formas de comunicação como *influencers, youtubers* e *gamers* – promovendo cada vez mais enxugamento nas áreas de jornalismo, cultura e entretenimento; 3) a dificuldade – tradicional – na entrada ao mercado de trabalho para os mais jovens; e 4) a desestruturação do ensino fundamental, médio e superior. Pode-se compreender, portanto, que os *Novos Caminhos a Trilhar* envolvem não apenas jornalistas e comunicadores em geral, mas profissões ameaçadas de extinção de forma avassaladora, silenciosa e subjetiva, como sugere o sistema capitalista global.

A proposta inicial desta pesquisa e sua problematização descortinou a profunda conexão entre as transformações estruturais do capitalismo, a desregulamentação estatal e a precarização de uma profissão específica – a do jornalista. Porém, conforme dito anteriormente nesta consideração final, a ideia desta pesquisadora é investigar outras profissões que, tal qual a de jornalista, percebe-se desestruturada, fragmentada e praticamente extinta diante da metamorfose do capitalismo de plataforma marchando velozmente de mãos dadas com o desmonte das profissões, escancarando a relação intrínseca entre a flexibilização, precarização e o enfraquecimento das negociações coletivas, que joga para baixo os salários e, para o caso específico desta pesquisa, , aprofunda o abismo entre o jornalista com formação e o comunicador em geral, ação

impulsionada no longínquo 2009 com a supressão da obrigatoriedade do diploma pela Suprema Corte brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. **Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Estudos Avançados**, 34 (98), 2020.

ABILIO, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle de trabalho**. Novos estud**., CEBRAP., SÃO PAULO. V39n03 pgs. 579-597. SET.-DEZ. 2020.

ALBUQUERQUE Jr, D. M. **A invenção do NE e outras artes**. Cortez, São Paulo, 2011.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo.** Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

ANTUNES, R. Capitalismo de plataforma e desantropomorfização do trabalho. In: GROHMANN, Rafael (org). **Os laboratórios do trabalho digital.** – São Paulo: Boitempo, 2021.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. ***Capital Simbólico e Classes Sociais***. In: Revista Novos Estudos. Número 96, julho de 2013.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão.** Seguido de "A influência do jornalismo" e "Os jogos olímpicos"**.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92).** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, ÈVE. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: editora Martins Fontes, 2009.

CARDOSO, A. ***A construção da sociedade do trabalho no Brasil.*** – 2 ed. – Rio de Janeiro, Amazon, 2019.

CARDOSO JR., José Cel. **Crise e desregulação do trabalho no Brasil.** Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 31 -59, novembro de 2001.

CASTELLS, M. **A Era da Informação:** Economia, Sociedade e Cultura Vol. 1 - O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTEL, R. ***As metamorfoses da questão social:*** *uma crônica do salário.* Petrópolis: Vozes, 1998.

CATANI, A. M, *et al.* **Vocabulário Bourdieu**. 1. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do Jornalismo tem solução?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

CREMONI, Caetano Braun. **Sofrimento de Jornalistas: expectativas de reconhecimento e reconfiguração do mundo do trabalho**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2019.

DONATO, Eduardo. **O trabalho precário como condição: as trajetórias ocupacionais de famílias de trabalhadores no Vale do Mamanguape**. João Pessoa, 2023.

DRUCK, Graça; VIEIRA, Denise. As transformações do trabalho dos servidores públicos: reformas administrativas, digitalização e privatização do estado. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Icebergs à deriva; o trabalho nas plataformas digitais** – São Paulo: Boitempo, 2023.

FONTES, V. **Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho.** In: KALLAIKIA – Revista de Estudos Galegos, nº2, junho de 2017.

FÍGARO, R. (org). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista.** São Paulo: Grupo GEN, 2013.

FILGUEIRAS, Vitor. "**É tudo novo", de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital.** São Paulo: Boitempo, 2021.

FILGUEIRAS, Vitor; DUTRA, Renata Queiroz. Terceirização e uberização do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Icebergs à deriva; o trabalho nas plataformas digitais** – São Paulo: Boitempo, 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GROHMANN, Rafael (Org). **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**/Alessandro Defanti ... [et al]; 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

HOLZMANN, Lorena. **Sociologia do Trabalho**. In: Cattani, Antônio; Holzmann, Lorena. Dicionário de Trabalho e Tecnologia. 2ª Edição. Porto Alegre: Zouk Editora, 2011.

WOODCOCK, J. Gamificação no mundo do trabalho e resistências dos trabalhadores. In: GROHMANN, Rafael (org). **Os laboratórios do trabalho digital.** – São Paulo: Boitempo, 2021.

JOAS, H. **Teoria social: vinte lições introdutórias.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KALIL, R. B. **A regulação do trabalho via plataformas digitais.** São Paulo: Blucher, 2020.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. A. **Reforma Trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

LAVAL, C. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo, editora Elefante, 2020.

LIMA, P. S.; MICK, J. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho.** Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

LIMA, J. C.; OLIVEIRA, R. V. **O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário.** Contemporânea, Vol. 11 n. 3 p. 905-931. Set-Dez. 2021.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MATOS, T. C. F.; RHUKUZAGE, S. K. **A informação terceirizada: identidade e trabalho não pagos na era do jornalismo digital.** Revistas Comunicação e Sociedade, vol. 28, 2015, pp. 339 – 358. Acesso em 11 Set 19.

MOTTA, L. G. Imprensa e poder. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org). **Imprensa e poder.** Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MORAIS, F. **Chatô: o rei do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011 – 4ª edição.

OIT. **As plataformas digitais e o futuro do trabalho: Promover o trabalho digno no mundo digital Bureau Internacional do Trabalho** – Genebra, BIT, 2020. ISBN 972-704-431-3 (web pdf)

PETERS, G. **Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu.** Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2013, v. 28, n. 83.

POCHMANN, Márcio. Declínio da vida em sociedade e o Brasil no início do século XXI. São Paulo: Ideias e Letras, 2024.

QUIJOUX, M. **Reprodução, *habitus*, campo: como Bourdieu pensa o trabalho?** Revista da Ciências Sociais, n 54, Janeiro/Junho de 2021, p. 220-236.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Altas, 1999.

ROMBALDI, M. TOMIZAKI, K.A. **"A Distinção": contribuições da teoria bourdieusiana aos estudos das relações de trabalho no Brasil.** In Diálogos críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil/Organizadores: Roberto Veras de Oliveira, José Ricardo Ramalho, Cesar Sanson. – São Paulo: Annablume, 2023.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho** / -- São Paulo: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes/USP, 2015.

SEABRA, R. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e poder.** – Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SÁ, MÁRCIO. **Filhos das Feiras: uma composição do campo de negócios agreste.** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

SENNET, R. ***A corrosão do caráter:*** *consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record, 1999.

STANDING, G. **O precariado:** a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WACLAWOVSKY, Luciana. E. **Reforma Trabalhista: análise sobre a tramitação da Lei 13.467/17 e suas implicações na consolidação de um Estado Democrático de Direito.** – João Pessoa, 2020.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DAS/OS ENTREVISTADAS/OS

1. Identidade de Gênero: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Outro
2. Qual ano nasceu? _____
3. Estado Civil:
   (a) Solteira/o
   (b) Casada/o
   (c) Separada/o ou Divorciada/o
   (d) Viúva/o
   (e) Outro _____
4. Tem filhos?
5. Qual raça/cor você se define?
6. Qual seu nível de escolaridade. Tem especialização? Qual?
7. Possui registro profissional de jornalista?
8. Há quanto tempo atua no jornalismo? _____
9. Atualmente você está empregada/o? Se sim, qual posição ocupa dentro da redação?
10. Trabalha em quantos lugares? Quantas horas costuma trabalhar por dia?
11. Caso seja desempregada/o ou autônomo, contribui para a Previdência Social? Há quanto tempo?
12. Você tem MEI? Paga mensalmente?
13. Você dá ou já deu aula?
14. Já passou por quantos veículos de comunicação ou assessoria de imprensa em sua trajetória até aqui?
15. Pediu atestado médico recentemente seja por contaminação pelo Covid ou alguma doença adquirida no trabalho?

16. Você mora em João Pessoa? Qual período de deslocamento para o trabalho? Vai de carro próprio, ônibus, alternativo ou carona?

17. Como você chegou até seu trabalho atual? Indicação ou seleção?

18. Onde você trabalha atualmente tem uma equipe grande ou reduzida?

19. Você faz plantão? Ele é mensal ou quinzenal?

20. Que atividades você desenvolve no dia a dia?

21. Sua remuneração é suficiente para arcar com as despesas da vida (casa, lazer, qualificação)?

ANEXO II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Para investigar a tendência à precarização do trabalho de jornalistas no Estado da Paraíba, bem como entender se a informalidade e precarização é uma realidade no campo de atuação jornalístico da Paraíba, será analisada a construção das subjetividades socialmente determinadas pela profissão. A proposta é averiguar a relação entre a alta rotatividade dos jornalistas, que supostamente acarreta a precarização do trabalho no campo jornalístico desenvolvido nas redações, ou até mesmo à informalidade, para o caso dos profissionais que atualmente desenvolvem atividades como *freelancers.* "O interesse da perspectiva bourdieusiana é retirar o foco central da atividade para revelar as estruturas sociais gerais às quais obedecem aos modos de conduta e de práticas profissionais" (QUIJOUX, P. 222, 2021).

Em razão da captação das emoções e percepções, incialmente as entrevistas deverão ser realizadas de maneira presencial, com duração prevista de três horas, a depender do tempo pré-estabelecido entre a/o jornalista e a pesquisadora. Cabe destacar aqui que, se for necessário, serão realizadas mais entrevistas, a depender da categoria destacada. Desta forma, as entrevistas serão realizadas conforme temáticas pré-estabelecidas, bem como questões norteadoras articuladas à trajetória profissional, escolar e familiar dos entrevistados.

Por envolver profissional que tem por rotina o ato de realizar entrevistas, estrategicamente o primeiro bloco do questionário será sobre sua trajetória profissional para, depois de envolver o entrevistado no espírito da pesquisa, partir para a subjetividade do campo pessoal.

A proposta é ouvir, ainda, as entidades de classe que representam a categoria como o Fórum Interinstitucional pelo Direito à Comunicação (Findac-PB), o Observatório Paraibano de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba e o Intervozes/PB, Coletivo Brasil de Comunicação Social, com o objetivo de compreender o impacto do fechamento dos jornais impressos para a sociedade paraibana e a migração do trabalho dos jornalistas para plataformas digitais.

Trajetória profissional

A maioria dos jornalistas, ao entrar na faculdade, têm um sonho de ficar famosa/o seja na TV, no rádio ou na internet. Você teve esse desejo? Como foi lidar com essa possibilidade

de reconhecimento social e, caso não tenha conseguido, como foi lidar com essa frustração?

Perguntar em seguida:

- ✓ Quando você escolheu a profissão, tinha preferência pela linguagem de TV, rádio ou jornal impresso; ou escolheu conforme habilidade descoberta ao longo do curso? O que determinou sua escolha?
- ✓ Quando você decidiu por (TV, rádio ou jornal impresso), pensou em remuneração, salário e forma de contratação?
- ✓ Teve desejo de ser funcionária/o público em outra área que não o jornalismo?

Agora eu gostaria de conhecer sua trajetória profissional de trás para frente, ou seja, do último trabalho [ou trabalho atual] até o início da carreira e como foi para você a transição tecnológica do papel para o digital (caso seja veterana/o ou aposentada/o).

Se necessário, perguntar:

- ✓ Ao longo da sua trajetória, como foi a relação com os chefes e colegas? Você sofreu algum tipo de assédio moral, seja pela chefia ou por colegas, dentro de redação?
- ✓ A virada tecnológica foi um obstáculo para você? Como acolheu essa transição em termos profissionais e financeiros.
- ✓ Quais habilidades você teve que apreender para acompanhar essa transformação do analógico para o digital? Fez algum investimento com recursos próprios ou a empresa investiu em seus profissionais?
- ✓ Já perdeu alguma vaga/trabalho para alguém mais novo? Homem ou mulher?

No caso de entrevista com repórteres e editoras do gênero feminino, perguntar sobre dupla ou tripla jornada de trabalho ao conciliar as atividades profissionais com os cuidados com filhos e casa.

Quando foi que você ouviu falar em precarização da atividade de jornalistas? Em alguma etapa da carreira você se considera ou considerou precarizado? Você já parou para refletir sobre a informalidade na profissão?

- ✓ Neste momento, introduzir a pergunta sobre faixa salarial e regimes de contratação ao longo da trajetória.

Como você enxerga o sindicato dos jornalistas? Já foi sindicalizada/o ou precisou do sindicato para alguma ação na justiça ou para outra atividade relativa à profissão? Caso tenha vivenciado alguma negociação salarial ou greve, descrever como foi a agenda com os representantes dos patrões e dos funcionários.

- ✓ Neste momento, introduzir a pergunta sobre o impacto que a decisão do STF (2009) em desregulamentar a profissão teve na vida profissional e coletiva ou se não teve nenhum impacto.

O que você entende por precarização do trabalho? Acha que seu trabalho é precarizado atualmente?

Você trabalha em quantos lugares para conseguir sustentar a família? Fora dos meios de comunicação existentes aqui (JP/CG) quais outros campos de atuação para jornalistas?

Em que situação seus plantões são/eram realizados?

Como é/foi sua relação com a chefia dos jornais pelos quais passou. Chegou a ter algum contato com os proprietários do jornal? Quando da última demissão, como foi feito o comunicado de desligamento?

Como foi atuar enquanto repórter/editor(a) no período da pandemia, levando em consideração que ainda não acabou, mas já experimentamos tempos bem melhores do que um ano e meio atrás, por exemplo.

Como você enxerga a competição dentro do campo jornalístico, acha que aqui é diferente dos grandes centros? Pensa em exercer a profissão em outro Estado para ter projeção nacional?

Qual jornalista hoje você destacaria como um modelo a ser seguida/o? Se imagina em que situação profissional daqui 10 anos? Se pudesse dar um conselho para você mesma/o quando era estudante de jornalismo, o que diria?

Você pensa em se aposentar?

Conte algum "causo" de redação que ficou marcado em sua trajetória até aqui!

- ✓ Esta pergunta é preparatória para entrar no 2º bloco

Escolaridade

Você já contou quais foram os motivos que a/o levaram a escolher a profissão de jornalista. Conte agora um pouco da sua vida escolar antes de entrar na faculdade. A escola era particular ou pública? Descreva alguma recordação desse ambiente escolar que até hoje é uma memória afetiva.

- ✓ Caso seja pública, perguntar como era o perfil dos alunos que estudavam lá, quais eram as ocupações dos pais dos colegas e se professavam alguma religião.

Como você se considerava na escola, como socializava com colegas e relação com o estudo. O que gostava e o que não gostava de fazer? Fale mais da sua autoimagem naquela época.

Seus pais têm ensino superior completo? Qual a profissão deles? Qual tipo de incentivo eles davam aos seus estudos?

Em algum momento de sua trajetória escolar você teve que trabalhar? Se sim, o que fazia?

Houve algum incentivo familiar para o estudo de línguas estrangeiras? Por quê?

Você tinha o hábito de ler livros e jornais?

Sua família professava algum tipo de religião?

Família

Agora conte um pouco da sua família: seus pais e avós paternos e maternos vêm do interior? Qual região e o que faziam (Sertão, Brejo, Cariri, Zona da Mata ou Serra da Borborema?)

- ✓ Caso sejam do interior, perguntar como se deu a vinda à capital e em que fase da vida.

O que seus irmãos e irmãs representam para você? Qual a formação deles? Vocês costumam se ver todos os finais de semana?

- ✓ Caso não tenha irmãos e irmãs, perguntar sobre a socialização com primos e parentes próximos.

Como era a vida de vocês em família? Situação econômica apertada ou viviam com folga? Em algum momento um de seus pais ficou desempregado? Sua mãe trabalhava antes de se casar?

- ✓ Caso a resposta seja positiva, perguntar se sua condição socioeconômica hoje é melhor que a dos seus pais tiveram na mesma idade.

Tem algum parente próximo ou distante que foi inspiração para você? Você acha que sofreu alguma influência familiar sobre sua escolha profissional?

Na infância a família costumava frequentar que tipo de lazer? Qual música se ouvia nas festas de família? Tinham o hábito da leitura? TV ou rádio sempre ligados dentro de casa? Filmes no cinema ou em casa?

Conte alguma memória afetiva dos tempos de brincadeira com irmãos e parentes e se você enxerga alguma relação com sua escolha de vida hoje.

Na atualidade, sua vida pessoal teve influência ou foi pautada pela rotina da redação? Como foi conciliar a família com o dia a dia de um jornal? Você costuma ou costumava comentar sobre o que acontece/acontecia na redação para o centro das discussões familiares?

Lazer, consumo e hábitos culturais

Conte sobre suas férias. Em que período do ano costuma tirar férias e por quê.

- ✓ Caso tenha a ver com o período de férias escolares dos filhos perguntar se viajam em família para fora do estado ou costuma visitar os parentes.

O que você gosta de fazer quando não está trabalhando. Tem o hábito de reservar um tempo para si (se sim, o que gosta de fazer) ou todas as agendas de lazer são organizadas em família.

Tem alguma prática esportiva?

Considera sua alimentação saudável?

Costuma frequentar bares e restaurantes?

Qual sua preferência musical?

Costuma encontrar os colegas de trabalho fora do ambiente profissional?

Política

Qual sua visão sobre a atual conjuntura política do Brasil?

Na sua opinião o sindicato tem alguma importância para a categoria?

Você acha que em algum momento da profissão influenciou politicamente a sociedade paraibana?

Em períodos eleitorais costuma trabalhar para campanhas políticas? Se sim, tem alguma distinção entre partidos políticos ou trabalha somente para complementar renda?

ANEXO III

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) PARTICIPANTE DE PESQUISA,

A pesquisadora Luciana Elisabeth Waclawovsky (doutoranda – Matrícula: 20211010512), sob orientação do professor Mauricio Rombaldi (Matrícula: 2276902) convida você a participar da pesquisa intitulada "**A TENDÊNCIA À PRECARIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE JORNALISTA NO BRASIL: UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA DE PROFISSIONAIS DA IMPRENSA DA PARAÍBA APÓS O FECHAMENTO DE JORNAIS IMPRESSOS"**. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde. Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação. Esta pesquisa tem por objetivo **compreender a trajetória dos profissionais de imprensa escrita que trabalharam nos extintos jornais que circulavam na Paraíba até 2020, com o intuito de analisar se estes e estas profissionais se encontram em algum tipo de precarização laboral ou mudaram de profissão**. Em termos metodológicos, a nossa pesquisa tipifica-se como um estudo de abordagem quantitativa-qualitativa. Com relação às técnicas de coleta de dados, utilizaremos a observação participante e a entrevista em profundidade com uso de questionário semiestruturado. Para análise dos dados utilizaremos a metodologia de análise de conteúdo. É importante destacar que esta pesquisa, como toda pesquisa com seres humanos, envolve riscos aos seus participantes. Portanto, os riscos previsíveis para essa pesquisa consideram a presença de alguma questão que gere constrangimento e/ou desconforto para responder e as dúvidas que podem surgir durante a sua participação. Neste caso você pode deixar registrado na própria pergunta ou no final do questionário as suas impressões sobre esse instrumental. É importante deixar evidente que o fato de não responder a qualquer questão não trará nenhum prejuízo a você e nem invalidará a sua participação na pesquisa. Em caso de dúvidas antes, durante ou após o preenchimento do questionário, solicitamos que entre em contato com a pesquisadora. Se for entendido que a entrevista está mexendo com o emocional das e dos entrevistados, é possível parar a entrevista para acolhimento emocional da ou do participante, bem como a possibilidade de reagendar a oitiva para outro momento. Esta pesquisa não traz nenhum benefício imediato para você, mas, ao participar deste estudo, você contribui para o

conhecimento acadêmico-científico na área dos estudos de sociologia do trabalho. Os seus relatos colaboram para um maior conhecimento e reflexões sobre as novas formas de trabalho, sejam plataformizados ou em outra área que não o jornalismo.
Você não terá nenhum custo, como também não terá quaisquer compensações financeiras com sua participação nesta pesquisa. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em um banco de dados de pesquisa (*Google Drive* e um HD externo da pesquisadora), com acesso restrito, sob a responsabilidade da pesquisadora, por pelo menos 03 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, será descartado. Você receberá uma cópia deste termo já assinado pela pesquisadora e seu orientador, no qual constam seus telefones, e-mails e endereço institucional disponibilizados para tirar as suas dúvidas sobre o Projeto de Pesquisa e sua participação, agora ou em qualquer momento.
Desde já agradecemos!
Informação de Contato da Responsável Principal, do Orientador e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB.

Luciana Elisabeth Waclawovsky
Doutoranda do PPGS/UFPB
Telefone: (83) 99317-6662.
E-mail: lu.wsky@gmail.com
Endereço institucional: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA
PPGS- Campus I - Bloco 0
CEP 58051-970, João Pessoa-PB. Fone/Fax: (83) 3216-7204

Mauricio Rombaldi
Professor do PPGS/UFPB
Telefone: (83) 99673-6827
Endereço institucional: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Campus I - Bloco 05
CEP 58051-970, João Pessoa-PB. Fone/Fax: (83) 3216-7204

Comitê de Ética em Pesquisa
Centro de Ciências da Saúde - 1º andar / Campus I / Cidade Universitária CEP: 58.051-900 - João Pessoa-PB Tel. (83) 3216 7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br
Horário de Funcionamento: 07h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

( ) Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer constrangimento ou prejuízo.

João Pessoa/PB _____ de _____ de _____

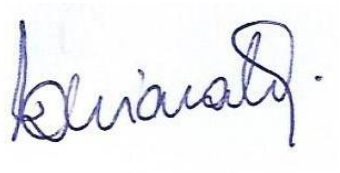
_____

Nome legível e assinatura

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a preparação deste trabalho, a autora utilizou o Language Tool e o Deep Seek para revisão gramatical e ortográfica, alguns resumos, traduções dos resumos e organização dos materiais de leitura, a fim de detectar palavras repetidas, pontuações inadequadas, erros gramaticais ou estruturais do texto e para organizar melhor as referências escolhidas. Após o uso desta ferramenta, a autora revisou e editou o conteúdo em conformidade com o método científico e com a proposta de uma Tese de Doutorado autoral, razão pela qual, a pesquisadora assume total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2026



Luciana Elisabeth Waclawovsky